



DIÁRIO



República Federativa do Brasil
DO CONGRESSO NACIONAL

SECÃO II

ANO XLII — Nº 69

QUARTA-FEIRA, 7 DE OUTUBRO DE 1987

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 7^a REUNIÃO, EM 6 DE OUTUBRO DE 1987

1.1 — ABERTURA

1.1.1. — Comunicação da Presidência

— Inexistência de **quorum** para a abertura da sessão, e convocação de sessão extraordinária a realizar-se quinta-feira, dia 8, às 10 horas com Ordem do Dia que designa.

1.2 — ENCERRAMENTO

2 — EXPEDIENTE DESPACHADO

2.2.1 — Ofício

— Nº 41/87, do Prefeito Municipal de Estrela, Estado do Rio Grande do Sul, solicitando retificação da Resolução nº 14/87.

3 — ATO DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO

— Nº 13, de 1987

4 — PORTARIAS DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO

— Nºs 25 e 26, de 1987

5 — PORTARIA DO DIRETOR-GERAL

— Nº 26, de 1987

6 — ATAS DE COMISSÃO

7 — MESA DIRETORA

8 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

9 — COMPOSIÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 7^a Reunião, em 6 de outubro de 1987

1^a Sessão Legislativa Ordinária, da 48^a Legislatura

Presidência do Sr. Francisco Rollemberg

ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Mário Maia — Nabor Júnior — Leopoldo Peres — Áureo Mello — Odacir Soares — Ronaldo Aragão — Olavo Pires — João Menezes — Almir Gabriel — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Edison Lobão — Chagas Rodrigues — Hugo Napoleão — Virgílio Távora — Cid Sabóia de Carvalho — Carlos Alberto — Lavoisier Maia — Marcondes Gadelha — Humberto Lucena — Raimundo Lira — Marco Maciel — Guilherme Palmeira

— Albano Franco — Francisco Rollemberg — Lourival Baptista — Luiz Viana — Jutahy Magalhães — Ruy Bacelar — Gerson Camata — João Calmon — Jamil Haddad — Afonso Arinos — Nelson Carneiro — Itamar Francó — Ronan Tito — Severo Gomes — Fernando Henrique Cardoso — Mauro Borges — Iram Saraiva — Irapuan Costa Júnior — Pompeu de Sousa — Maurício Corrêa — Meira Filho — Roberto Campos — Lourenço Nunes Rocha — Rachid Saldanha Derzi — Wilson Martins — Leite Chaves — Afonso Camar-

go — José Richa — Ivan Bonato — Dirceu Carneiro — Nelson Wedekin — Carlos Chiarelli — José Paulo Bisol — José Fogaca.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)

— A lista de presença acusa o comparecimento de 57 Srs. Senadores. Entretanto, não há em plenário o **quorum** regimental para a abertura da sessão.

Nos termos do § 2º do art. 180 do Regimento Interno, o expediente que se encontra sobre a

PASSOS PÔRTO
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Administrativo
JOSECLER GOMES MOREIRA
Diretor Industrial
LINDOMAR PEREIRA DA SILVA
Diretor Adjunto

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral	Cz\$ 264,00
Despesa c/ postagem	Cz\$ 66,00
(Via Terrestre)	
TOTAL	330,00
Exemplar Avulso	Cz\$ 2,00

Tiragem: 2.200 exemplares.

mesa será despachado pela Presidência, independentemente de leitura.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemburg) — A Presidência convoca sessão extraordinária a realizar-se quinta-feira, às 10 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 1987 (nº 3/87, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre o aproveitamento dos servidores da empresa de engenharia e construção de obras especiais S.A. — ECEX, no departamento de estradas de rodagem — DNER, tendo

— PARECERES, PROFERIDOS EM PLENÁRIO, FAVORÁVEIS AO PROJETO E ÀS EMENDAS.

— 2 —

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 1987 (nº 5.532/85, na Casa de origem), que dispõe sobre a profissão de trabalhador de bloco e determina outras providências, tendo

PARECER FAVORÁVEL, PROFERIDO EM PLENÁRIO.

— 3 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 162, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Prata, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 100.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, PROFERIDO EM PLENÁRIO.

— 4 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 163, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Timóteo, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 450.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, PROFERIDO EM PLENÁRIO.

— 5 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 164, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Ubá, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 240.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, PROFERIDO EM PLENÁRIO.

— 6 —

Votação, em turno, do Projeto de Resolução nº 165, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Várzea da Palma, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 77.067,67 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, PROFERIDO EM PLENÁRIO.

— 7 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 166, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa, Estado da Bahia, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 96.167,717 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, PROFERIDO EM PLENÁRIO.

— 8 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 167, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Imperatriz, Estado do Maranhão, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 525.159,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, PROFERIDO EM PLENÁRIO.

— 9 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 168, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Macaíba, Estado do Rio Grande do Norte, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 60.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, PROFERIDO EM PLENÁRIO.

— 10 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 169, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Salto de Pirapora, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 11.457,62 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, PROFERIDO EM PLENÁRIO.

— 11 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 170, de 1987, que autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a elevar, em caráter excepcional e temporariamente, o parâmetro estabelecido no item III do artigo 2º da Resolução nº 62, de 28-10-75, modificada pela nº 93, de 11-10-76, ambas do Senado Federal, de modo a permitir o registro de uma emissão de 36.730.000 Obrigações do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro — OTRJ, tendo

PARECER FAVORÁVEL, PROFERIDO EM PLENÁRIO.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemburg) — Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 10 horas e 20 minutos.)

EXPEDIENTE
DESPACHADO NOS TERMOS
DO § 2º, DO ARTIGO 180,
DO REGIMENTO INTERNO

Ofício nº 5/41, de 1987, do Prefeito Municipal de Estrela, Estado do Rio Grande do Sul, solicitando retificação da Resolução nº 14, de 1987, que autorizou aquele Município a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 6.906.228,00.

(Será incluído oportunamente em Ordem do Dia)

ATO DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO
Nº 13, DE 1987

O Primeiro-Secretário do Senado Federal, usando da competência que lhe confere o artigo

137 do Ato nº 31, de 1987, da Comissão Diretora, e considerando o disposto no parágrafo único do artigo 87 do Decreto-Lei nº 2.300, de 21 de novembro de 1986, alterado pelo Decreto-Lei nº 2.348, de 24 de julho de 1987, resolve:

Art. 1º Os limites previstos nos artigos 18, 19, 76, 88 e 117, do Ato nº 31, de 1987, da Comissão Diretora, são fixados nos seguintes valores, a partir de 1º de outubro de 1987:

Art. 18

I —
a) convite — até Cz\$ 4.500.000,00;
b) tomada de preços — até Cz\$ 45.000.000,00;
c) concorrência — acima de Cz\$ 45.000.000,00;

II —

a) convite — até Cz\$ 1.050.000,00;
b) tomada de preços — até Cz\$ 30.000.000,00;
c) concorrência — acima de Cz\$ 30.000.000,00;

Art. 19

I — Para obras e serviços de engenharia até Cz\$ 300.000,00;
II — para outros serviços e compras até Cz\$ 45.000,00.

Art. 76. A venda operar-se-á segundo os procedimentos licitatórios, no que couber, podendo a administração preferir o leilão, quando os bens, avaliados isoladamente ou em lotes, atingir quantia não superior a Cz\$ 6.000.000,00."

Art. 88. O "termo de contrato" é obrigatório nos casos de concorrência, de tomada de preços e de dispensa ou inexigibilidade de licitação, em que o valor do contrato excede a Cz\$ 6.000.000,00."

Art. 117

II —

III — obras e serviços de valor até Cz\$ 1.050.000,00."

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 1º de outubro de 1987 — Senador **Jutahy Magalhães**, Primeiro-Secretário.

PORTARIA Nº 25, DE 1987

O Primeiro-Secretário do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais, RESOLVE:

Designar Wilson Roberto Theodoro, Orione Duarte Maia e Benício Tavares da Cunha Mello, para, sob a presidência do primeiro, integrarem Comissão Especial para revisão do Inquérito Administrativo constante dos Processos nºs 010277/84.1 e 019174/85.3.

Senado Federal, 30 de setembro de 1987. — Senador **Jutahy Magalhães**, Primeiro-Secretário.

PORTARIA Nº 26, DE 1987

O Primeiro-Secretário do Senado Federal, no uso de sua competência regimental, RESOLVE:

Designar os servidores Carlos Magno Fagundes Franci, arquiteto, para integrar a Comissão Especial destinada a realizar estudos e levantamentos com vistas a orientar o estabelecimento de critérios para padronização dos móveis para o Senado Federal e Carlos Roberto Marcelino, datilógrafo, para secretariar a referida comissão.

Senado Federal, 1º de outubro de 1987. — Senador **Jutahy Magalhães**, Primeiro-Secretário.

PORTARIA Nº 26, DE 1987

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 215 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, e tendo em vista o disposto no artigo 482, parágrafo 1º, do mesmo Regulamento, RESOLVE:

Designar Fernando Silva de Palma Lima, Assessor Legislativo, Afrânia Cavalcanti Melo Júnior, Assessor Legislativo e Aureliano Pinto de Menezes, Técnico Legislativo para, sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão de Sindicância incumbida de apurar os fatos constantes nos Processos nºs 011490/87-0, 013528/87-4, 016324/87-0, 016294/87-4 e 014643/87-1.

Senado Federal, 5 de outubro de 1987. — **José Passos Pôrto**, Diretor-Geral.

ATAS DE COMISSÃO

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL 6ª Reunião, realizada em 25 de agosto de 1987

As dezenove horas do dia vinte e cinco de agosto de mil novecentos e oitenta e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, presentes os Senhores Senadores Meira Filho, Presidente; Pompeu de Sousa e Maurício Corrêa, reúne-se a Comissão do Distrito Federal. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Sénhores Senadores Mauro Benevides, Salданha Derzi, Albano Franco, Iram Saraiva, Chagas Rodrigues, Alexandre Costa, Edison Lobão e Mauro Borges. Comparecem, também, a convite, os Senhores Deputados Jofran Frejat, Valmir Campelo, Sigmaringa Seixas, Geraldo Campos, Augusto Carvalho e Márcia Kubitschek e, ainda, os Secretários de Governo do Distrito Federal, Senhores Carlos Magalhães, de Viação e Obras; Adolfo Lopes, de Serviços Sociais e Benedito Domingos, da Habitação. O Senhor Presidente abre os trabalhos e convida os Senhores Secretários de Viação e Obras, Dr. Carlos Magalhães e Serviços Sociais, Dr. Adolfo Lopes que transmitem assuntos pertinentes a transferência dos invasores da SQN 110, com explanação minuciosa e bem detalhada, sobre a situação em que se encontram estes invasores; quais medidas foram adotadas e as que ainda o serão pelo GDF. Dando continuidade, o Senhor Presidente concede a palavra, pela

ordem, e pelas interpelações, aos seguintes parlamentares: Senadores Maurício Corrêa, Pompeu de Sousa, e os Deputados: Sigmaringa Seixas, Augusto Carvalho, Jofran Frejat, Márcia Kubitschek, Valmir Campelo e Geraldo Campos. Em seguida, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos presentes pela ordem; Representante da Invasão, Senhora Maria do Barro, Sénhor Sebastião Rios Correia, Padre Horta, Sénhor Freilence Franciscano, Doutora Herilda Balduíno, Sénhor Abrão Cavalcante e Sénhor Francisco Paraná. Os pronunciamentos desta Reunião, serão publicados, na íntegra, em anexo a esta Ata, por determinação do Senhor Presidente, Senador Meira Filho.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Carlos Guilherme Fonseca, Secretário da Comissão, a presente Ata que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ANEXO À ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 1987, REFERENTE AOS PRONUNCIAMENTOS DOS SENHORES SECRETÁRIOS DE SERVIÇOS SOCIAIS DR. ADOLFO LOPES JAMEL EDIM E O SECRETÁRIO DE VIAÇÃO E OBRAS DR. CARLOS MAGALHÃES, DA SILVEIRA QUE PRESTARAM ESCLARECIMENTO SOBRE A DESTINAÇÃO DADA AOS INVASORES DA SUPERQUADRA NORTE 110.

Presidente: Senador **Meira Filho**

Vice-Presidente: Senador **Edison Lobão**
(Integra do apanhamento taquigráfico da reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Havendo número regimental, declaro a aberta reunião da Comissão do Distrito Federal.

Ao iniciar esta reunião, apresentamos a todos, os nossos votos sinceros de boas vindas.

Queremos, primeiramente, agradecer a presença da imprensa, que certamente vem nos ajudar.

Srs. Senadores, vou ler o expediente que deu origem a esta reunião especial e gostaria de fazer dela mais que uma reunião, um encontro, pela necessidade que temos todos nós de buscar soluções para os nossos problemas.

O expediente começa por um pedido que esta Comissão recebeu da Comissão de Justiça e Paz no sentido de que solicitasse do Governador José Aparecido, através de convocação, as presenças dos Secretários de Viação e Obras, Dr. Carlos Magalhães da Silveira, e de Serviço Social, o Dr. Adolfo Lopes Jamel Edim. Então, foi um expediente para o Governador, nos seguintes termos:

"Sr. Governador, em atenção ao pedido da Comissão de Justiça e Paz, solicito a V. Ex. providências no sentido de convocar o Secretário de Serviços Sociais, de Viação e Obras, para prestarem a esta Comissão esclarecimentos sobre a destinação que será dada aos invasores da SQN 110."

É bom que se esclareça que este expediente foi enviado ao Sr. Governador antes da desocupação da invasão.

"Esclareço, ainda, que esta Comissão se reúne ordinariamente às terças-feiras, às 19 horas, ficando, entretanto, o dia e a hora a critério de V. Ex."

Certo de poder contar com a atenção pre-ciosa de V. Ex^a, agradeço antecipadamente."

Em resposta, esta Comissão recebeu do Sr. Governador o seguinte ofício:

"Sr. Presidente, cumpro o dever de informar a V. Ex^a que em atenção ao Ofício n° 51/87, de 14 de agosto último, os Srs. Secretários de Serviço Social e Viação e Obras comparecerão perante esta Comissão, no dia 25 de agosto próximo, para prestar esclarecimentos sobre os invasores da SQN 109/110.

Valho-me da oportunidade para renovar a V. Ex^a os protestos de estima e consideração."

Assina o Governador do Distrito Federal, o Deputado José Aparecido de Oliveira.

Agradeço as presenças do Senador Pompeu de Sousa, nosso companheiro na Assembleia Constituinte, e também dos Constituintes Jofran Frejat, Valmir Campelo, Sigmaringa Seixas e Geraldo Campos. Agradeço, também, a presença de todos, porque sem essas presenças a nossa reunião de hoje não teria utilidade alguma.

Então, para começar os nossos trabalhos, devo dizer que os Secretários virão, aqui, inicialmente, prestar esclarecimentos. Posteriormente, após os esclarecimentos de cada um, é facultado a qualquer membro desta Comissão, à guisa de esclarecimentos, formular perguntas aos respectivos Secretários.

Convidado inicialmente para participar da Mesa o Secretário de Serviço Social, o Dr. Adolfo Lopes Jamei Edim, e também o Secretário de Viação e Obras, o Dr. Carlos Magalhães da Silveira.

Segundo a ordem alfabética, tem a palavra o Secretário de Serviço Social, o Dr. Adolfo Lopes Jamei Edim.

O SR. ADOLFO LOPES JAMEI EDIM — Ilustre Senador Dr. Meira Filho, Presidente da Comissão do Distrito Federal, no Senado Federal, ilustre Senador Pompeu de Sousa, membro desta Comissão, ilustres Deputados Constituintes Jofran Frejat, Valmir Campelo, Sigmaringa Seixas e Geraldo Campos; Srs. Representantes da Comissão de Justiça e Paz, da Igreja e das comunidades, meus colegas de equipe governamental, companheiro Carlos Magalhães, Senhoras e Senhores, na verdade, as primeiras palavras do Presidente Meira Filho sintetizam até uma necessidade, um encontro. Quaisquer criaturas, hoje, dentro do Distrito Federal, se não obtiverem a visão de um encontro em torno dos seus problemas, certamente, estarão fadadas a, num período muito curto, colaborarem negativamente dentro desse processo crítico que chamamos de migração desordenada.

S. Ex^a, o Governador José Aparecido de Oliveira, solicitou-nos que comparecêssemos aqui e prestássemos esclarecimentos que fossem necessários quanto ao episódio ocorrido na SQN 109/110, o de uma alternativa foi colocada e ficou bastante visualizada, já que, durante mais de sessenta dias, numa operação denominada de "Peregrinação com Vencimentos", comparecemos à localidade e, em visita a todos os barracos — nenhum sequer ficou de fora — convidamos aquela população para eleger as seguintes alternativas — já que, por determinação governamental, ninguém poderia permanecer na 110 Norte:

poderiam viajar se desejassem para qualquer ponto do País ou do Distrito Federal, se aqui tivessem onde morar, poderiam receber um auxílio social — se o desejassem — durante um período mínimo de trinta dias; poderiam ir para Brasília, depois de uma conversa com o Prefeito e com os Vereadores e depois de um acordo com a Secretaria de Viação e Obras, no sentido de que, a partir do momento que fôssemos conseguindo o "chão" e, no caso, lotes de 360m², a Secretaria ficaria encarregada da terraplenagem, do encascalhamento de todo o setor, da colocação em 120 dias de uma escola de argamassa armada e, de um posto de saúde de argamassa armada, de um poço artesiano, onde está, neste momento, chegando a água, e da presença da ceramista Maria do Barro, que, através de terapia ocupacional, pudesse resgatar, a nível de promoção do homem, muito dessa dívida da qual todos temos parcela, durante anos, acumulada, que se chama dívida social. A ceramista, que aqui está presente é quem pode dar o seu testemunho, ali compareceu. Trago para V. Ex^a a notícia de que já na semana que vem todas as famílias que aquiesceram, perto de 150, começam as suas casas próprias de adobe, onde a ceramista especialista na confecção de tijolos e telhas, convidou, comunitariamente, à terapia ocupacional e todos colaborarão na feitura dos tijolos e telhas.

Convidaria, de início, S. Presidente, a qualquer um que ainda não chegou à Brasília, para junto com o Prefeito Adhemar Alves observasse o que tem sido feito em termo de projeto social. A tônica principal da operação da SQN 110 foi de que não houvesse violência e de que não houvesse constrangimento. Foram 60 dias de uma pregação-convite no sentido de que as criaturas pudessem entender e fazer a eleição da alternativa melhor. Queremos dizer que todos que aquiesceram, procederam porque assim o desejaram, já que ninguém foi obrigado a fazer qualquer tipo de eleição única. Enquanto essa operação estava sendo realizada, dois empresários da região do entorno, um de nome Dayer e outro Sarkis, ofereceram — observando o quadro de angústia porque passa todo o Distrito Federal, e em nome do equilíbrio social, porque a partir do momento que fracassarmos como sociedade e como Governo, certamente seremos expulsos de Brasília no ritmo em que está — 150 lotes de 400 metros quadrados, numa região com luz elétrica, distante 14 quilômetros da cidade de Brazlândia. Essa alternativa não foi aceita pela comissão dos moradores, e um outro empresário de nome Milton Bezerra, ofereceu, também um loteamento seu, a 56 quilômetros da Rodovia do Distrito Federal, no município conhecido como Corumbá de Goiás, 150 unidades também, num local onde o asfalto passa a porta do empreendimento, 700 famílias já moram ali, há um comércio razoável, e uma escola, com possibilidade fácil de água com três a quatro metros de profundidade. Esse cidadão, agora por último, já na fase segunda do episódio, compareceu até ao local e mostrou os pontos positivos e naturalmente foram apreendidos os negativos também. Esta forma nós podemos dizer, aqui, sem nenhuma dúvida, quanto à possibilidade de erros, que é a mais digna do que a permanência na SQN 110, dentro da promiscuidade, da sujeira total, da possibilidade em aquelas criaturas. Ao visitar barraco por barra-

co, pude constatar não só a preocupação da redondeza que enviou — como pôde ser constatado pelos documentos que trouxemos — através de abaixo-assinados, pedido para que alguma coisa fosse feita, já que a presença de favelados e da favela crescendo, com quase 600 barracos tem crescido em derredor a marginalidade, estupro, que de um, passou para 11 do mesmo mês — segundo o delegado de polícia — e todos os comerciantes já receberam visitas indesejáveis de criaturas às vezes ociosas, pêrambulando com dificuldades pela vida, mas dentro de um circuito de difícil equacionamento. Nesta oportunidade, em várias oportunidades, repito, dialogamos, por lideranças que para ali foram, ora da Igreja, ora de partidos políticos, ora de confraternização e solidariedade de outros segmentos dentro do circuito de moradia ou de aluguel, enfim, pacientemente, permanecemos na área até que, por último, numa operação onde a Segurança Pública foi convocada, a Secretaria de Viação e Obras, a própria Secretaria de Serviços Sociais, a Secretaria de Saúde, a Cruz Vermelha, assistimos àquele final que foi olvidar já de forma mais incisiva para que as criaturas deixassem a SQN 110. Todos assistiram, felizmente, não teve um episódio que se pudesse considerar como violência, embora houvesse segurança dentro do circuito.

Fica o questionamento, a grande indagação: Como está Brasília, como está a vida das famílias que aceitaram seguir para lá? Qual a proposta social que ali foi desenvolvida? E repito, estão todos convidados, mas adiantem que face do denodado trabalho de integração entre prefeitura, Governo do Distrito Federal, Fundação Maria do Barro, Senar, do Ministério do Trabalho e, acima de tudo, a cooperação de assistentes sociais, psicólogos e pedagogos, quero, neste momento, dizer que Brasília é uma realidade, funcionou, deu certo. Gostaria que alguém perguntasse a qualquer morador, hoje, lá, se ele gostaria de sair dos seus 360 metros quadrados, doados pela prefeitura daquele município. Certamente V. S^a obtém a resposta de que estão bem melhores do que estavam na SQN 110.

Mas o que aconteceu de importante nesta forma criativa. Na verdade, estamos organizando uma convivência que já existe de fato entre região do entorno e o Distrito Federal. Ouvimos do Prefeito Adhemar Alves que 80% dos que ali moram trabalham no Distrito Federal, utilizam a rede hospitalar do Distrito Federal, utilizam as escolas do Distrito Federal e são aqui, portanto, também empregados. Ônibus de uma em uma hora, de meia em meia hora à vontade. E conseguimos no circuito que a Viação Santo Antônio entrasse para facilitar os novos moradores.

Estamos abrindo, historicamente, anotem isso, uma forma solidária de convivência, onde se tivermos habilidade para não humilhar os passageiros, a mútua cooperação vai florescer e, certamente, estamos diante de uma grande alternativa, que é adentrar o entorno, não jogando homens, não empurrando pelos caminhões da vida, como aqueles que chegaram iludidos, num verdadeiro engodo, com bilhetes de prefeitos, que tenho em meu poder, vindo do Nordeste, sem rumo, sem direção, sem uma política federal, condigna no campo social migratório. Esses homens aqui chegaram, no período de Juscelino Kubitschek e continuaram chegando até hoje. Dentro desse cir-

cuito é evidente que a nossa dívida social aumenta. Daí a idéia que parte de uma premissa: Se não houve dignidade na vinda, se não há dignidade na permanência, por que não se pensar no retorno ou numa remoção com dignidade? Essa é a premissa que para nós está claríssima, meridianamente colocada e acreditamos, temos fé, que num trabalho fraterno, onde se coloque para o prefeito que vai entregar a escola, que não vai beneficiar apenas aos que foram, mas aos que lá estão. O posto de saúde, que servirá para todos; o poço artesiano, que também servirá para todos, a presença da Maria do Barro, que não vai servir apenas para as 300 famílias que podem chegar lá, mas para todas as que lá estão. E estamos, então, inaugurando um circuito interessante. E se alguém perguntasse hoje: "O senhor entende que houve alguma falha, secretário?" Eu diria: "houve sim, uma falha perdoável, mas houve". Não poderíamos ter feito esta operação de forma concomitante. Poderíamos, perfeitamente, ter realizado o mesmo trabalho, preparado primeiro toda a área, toda a infra-estrutura e levado os primeiros moradores da SQN 110 para "observar para onde estavam indo. E, certamente, aquela primeira impressão, que foi mostrar o cerrado, deve ter causado alguma dúvida e apenas 125 acreditaram, quase 150. Acho que esta falha podemos recuperar daqui para frente.

A proposta está sendo colocada para a sociedade. Não houve idéia de perfeição e nem queremos ser a palmatória do mundo, mas, nos descuidarmos de Brasília agora, vai ficar complicadíssima dentro do circuito de vida de todos nós.

Vejam o episódio do Setor Comercial Sul, que tem muito a ver com o da Super Quadra 110 Norte. É o mesmo fenômeno migratório que se repete. Todas as áreas subterrâneas da cidade já estão invadidas. Brasília está irreversivelmente, inchada. E qualquer criatura de bom senso sabe que isto não é trabalho para um governo, temos que está juntos neste episódio.

Não há espaço para você dizer, também, que a obra é sua. Essa obra não tem dono, é uma obra social em que todos temos que estar envolvidos, dando a nossa capacidade, a nossa criatividade, o nosso esforço e nossa colaboração. Tenho certeza que talvez mais duas, três ou quatro gerações passarão, trabalhando duro e, certamente, não vão obter um progresso definitivo em termos de pagamento definitivo da dívida social. O quadro que observamos do pai e da mãe junto à criança, arrastando para esse tipo de vida, vítima ele do desemprego, da impossibilidade e da própria dificuldade que chamamos de equacionamento da distribuição de renda, tudo isso empurra para um despenhadeiro essas criaturas, obrigando-nos às vezes, a colaborar pensando por elas, porque muitos ali, na idade de 1 a 6 anos, não tiveram alimento suficiente e, de lá para cá, tem dificuldade até de compreensão e de entendimento.

Meus amigos, meus companheiros, Sr. Presidente, esta proposta está exatamente intitulada "Proposta: Alternativa Intergovernamental de re integração Sócio-Rural Urbana da População Carente do Distrito Federal". Daqui para frente, vamos continuar fazendo contatos com prefeitos, harmonizando governador com governador, na obtenção de áreas onde possamos criar, não digo cidades, mas uma infra-estrutura digna para, de-

pois sim, somente depois, elegermos quem vai para onde. E, certamente, muitos, acredito, ao invés de convidar, comparecerão para dizer que desejam ir, porque não vejo dignidade nenhuma dentro dos barracos por onde ando dentro do Distrito Federal. Acho até que um milímetro de dignidade que for apresentado, devemos procurar cercar com carinho e com amor, esse tipo de proposta, porque é melhor do que se morar, como a televisão ontem noticiou, junto das baratas e dos ratos e na ausência do social permanente. Nestas idas nossas, vamos fazer uma solicitação: já é hora de darmos uma importância maior terapêutica denominada produção, ao trabalho quem sabe, já dentro do Distrito Federal muitas áreas são inviáveis para determinados tipos de indústrias, quem sabe dentro destas áreas maiores, do entorno goiano ou mineiro nós possamos em cada assentamento desse que for produzido, dando 30% para que o prefeito da região também equacione os problemas que ele tem, que não são poucos, consiga ali uma agro-indústria ou outra coisa que possa absolver essa mão-de-obra, que precisa, também, ser equacionada devidamente.

Pode parecer, era antes, não é mais, um sonho. Estamos diante da operação brasiliense, que está credenciando o trabalho. Quero, nesta oportunidade, transmitir aos Srs. presentes que Brasília está hoje com perto de 46 denominadas invasões. O Distrito Federal conta, segundo dados da Sociedade Habitacional de Interesse Social, temos aqui a figura ilustre do meu colega e companheiro de equipe governamental Benedito Domingues, com mais de 16 mil famílias. Estamos com 245.000 carentes. Isto se considerarmos o salário de 1 a 3, como se 5 salários mínimos pudessem representar alguma coisa. E posso adiantar, os orçamentos no campo social ainda são ínfimos, diante do universo de necessidades mas há uma vontade há um esforço, uma proposta, que é esta que estamos trazendo aqui.

Quero agradecer a paciência de todos e permitir que outros companheiros meus, também, façam o uso da palavra. Muito agradecido.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Estes, portanto, os esclarecimentos iniciais do Dr. Adolfo Lopes Jamel, Secretário de Serviços Sociais. Registramos com prazer as presenças, nesta sessão, do Senador Constituinte Maurício Corrêa, do nosso companheiro e digno Deputado Augusto Carvalho e também a presença do Secretário de Habitação. Acho que será uma presença que será muito questionada nesta sessão.

Agora com prazer passamos a palavra ao Secretário de Direção e Obras, Dr. Carlos Magalhães da Silveira.

O SR. CARLOS MAGALHÃES DA SILVEIRA — Sr. Presidente Meira Filho, Srs. Senadores, Sr. Deputado, Srs. membros da Comissão de Justiça e Paz, Sr. e Srs. depois de tudo que foi dito pelo meu companheiro Adolfo Lopes, restam-me poucas considerações a fazer. Inicialmente, como se formou a invasão da 110. Em 1984, 1985, ela tinha poucos moradores, poucos invasores no meio do cerrado. Em 85, o Governo do Distrito Federal transfere uma invasão que tinha na 309, 310 para a quadra 38 no Guará, estabelecendo um compromisso de concessão de uso com os moradores da invasão transferidos.

Aquela obra que se criou ali na frente, 309, 310, da construtora ENCOL, que passou a fornecer material para que seus pedreiros e trabalhadores residissem ali em torno e barateassem o seu custo de construção, uma vez que não teriam que trazer gente de fora, de caminhão, criando um transporte oneroso para a obra. Os profissionais da invasão também se fizeram presentes no início da retirada daquele pessoal, na operação que o Dr. Adolfo chamou de "convencimento". Tiramos, certamente, mais de 35 barracos sem nenhum morador, que estavam lá somente marcando lugar para que no momento que o Governo criasse um assentamento, como se diz, novo e entregasse um lote para cada um, aqueles profissionais, aqueles 35 ou 40 profissionais, teriam cada um, mais um lote no Distrito Federal; também os realmente necessitados estavam lá presentes, com as suas angústias, com os seus problemas, para os quais a Secretaria de Serviço Social se fez sempre presente na intenção de resolvê-los, com seus assistentes sociais propondo as mais diversas soluções, como a volta para o seu Estado de origem, os assentamentos de Brasiliense, Girassol, no Entorno. Quando o Secretário fala no aproveitamento, no assentamento do Entorno, isso faz parte de uma estratégia maior do Governo. O Governo pensa no fortalecimento do Entorno. A Secretaria de Viação e Obras está trabalhando numa proposta maior, divisão global do Distrito Federal e do Entorno; está propondo, estudando, formulando uma proposta de fortalecimento desse Entorno, criando um primeiro amortecedor, já que o Governo do Distrito Federal não pode intervir na política global de fixação do homem no campo. Então, a nossa proposta cria um primeiro amortecedor na região do Entorno, que vai receber os primeiros migrantes, com o fortalecimento, com indústrias talvez maiores, dependendo ainda desse estudo que estamos fazendo, do que o Entorno pode absorver como indústria. Não acredito que se possa ter uma população, hoje da ordem de 1 milhão e 700 mil pessoas sem uma industrialização. No Distrito Federal, tem que haver indústrias. Pensar o contrário, é uma bobagem, não existe, não é possível. O segundo amortecedor no qual a secretaria pensa é o fortalecimento dos setores de indústria das cidades-satélites. Pensamos que o trabalho deve estar perto da habitação, de onde o homem mora, para que ele não seja levado de um lado para outro por esses transportes de massa.

Acreditamos que a massa deve estar perto do local de trabalho, e a massa deve ser transportada. Pensamos que o segundo amortecedor seria o fortalecimento das cidades-satélites. Por exemplo, na Ceilândia, o Setor de Indústria tem uma vocação para ser aumentado, jogando seus esgotos, suas águas pluviais abaixo da barragem de São Bartolomeu, sem se envolver no sistema de abastecimento de água da cidade. Pensamos também que, mais embaixo, perto de Luziânia, de Valparaíso, de toda essa região que está criando uma população muito grande, se o Governo não colocar o dedo ali, tanto o de Goiás como o do Distrito Federal, criando uma zona de indústria, mas indústria mesmo, para absorver aquela mão-de-obra local vão acontecer problemas parecidos com os da Baixada Fluminense, criando essas cidades-dormitórios, essas cidades incríveis, onde prolifera a marginalidade, e criando ainda — de acordo

com uma sugestão do Dr. Lúcio Costa, quando ele examina a situação de Brasília — núcleos industriais que coloquem as cidades-satélites entre o Plano Piloto e esses núcleos para que se possa propor uma outra direção na procura do trabalho e que a pressão em cima do Plano Piloto seja menor.

Eu queria falar na proposta que a Secretaria estuda mais no final. Mas, de qualquer maneira, a proposta é esta: a proposta é o grande amortecedor no Entorno. As cidades-satélites com indústrias que absorvam a mão-de-obra das cidades-satélites, novas zonas industriais, núcleos de indústrias e um grande núcleo de indústria lá embaixo, perto das usinas de esmagamento de soja. Já tem uma dentro do Distrito Federal e outra fora. Onde vai entroncar a Norte-Sul, se for construída, nesse entroncamento certamente vai ser gerado, vai ser criado, vai-se instalar um parque industrial, como acontece em todos os grandes entroncamentos. Então, esta é a proposta maior.

Agora, voltando à SQN 110, aquela quadra, com todos aqueles habitantes, teve um inchamento descontrolado, criavam-se 10, 20, 30 barracos, por noite, ali. Quando começamos a tentar controlar havia 300 barracos; na hora em que começou a "operação convencimento", havia mais de 500 barracos. Em 2 meses, 3 meses, houve um crescimento numa velocidade fantástica. A expectativa da pessoa é de morar perto do seu trabalho. Por isto, a nossa proposta de industrialização, para evitar o custo do transporte que onera, que empobrece mais o pobre. A nossa proposta com relação à habitação nesses setores que tentamos criar, é de que a habitação deve ser coletiva, tipo esse programa que estamos fazendo perto do Guará, o Programa Lúcio Costa. Por que a habitação coletiva? A habitação coletiva, nos moldes que está sendo feita, só interessa às pessoas daquele nível econômico. O projeto é direcionado assim: num mesmo *hall* tem 4 saídas de apartamento. As pessoas que vão habitar ali são pessoas do mesmo nível. Uma pessoa de nível econômico mais elevado não vai querer morar ali, vai ter um apartamento maior, vai ter a sua possibilidade numa cidade já mais desenvolvida. Na nossa maneira de entender, o terreno para habitação individual cria uma situação engraçada como a que vemos na Ceilândia, que é o pobre morando no barraco da frente, explorando o miserável no fundo do quintal. São 3 a 4 cômodos de 3m X 3m que abrigam, cada um, 8 pessoas. É a exploração do miserável pelo pobre. Às vezes, somos levados à falsa impressão de que basta o homem estar vestido pobramente para ser um sujeito super-honesto, para ser uma pessoa de boas intenções. Está se criando a mania de ver o homem de colarinho branco como um criminoso, como um explorador. Não é; o homem é que é complicado. Tem homem bom e homem ruim, vestido de todas as maneiras, de colarinho branco ou esfarrapado.

Foi o que aconteceu na SQN 110. No final, na hora do acerto, na hora em que se propôs tudo, na hora em que todas as possibilidades do Governo foram esgotadas, aquelas pessoas que permaneciam lá, entre 270 a 290 barracos dos 540 a 560 que existiam inicialmente, pensávamos que eram justamente as que queriam estabelecer o confronto e estariam jogando a sua última ficha para conseguir um lote dentro do Distrito Federal.

Eu tive uma surpresa terrível naquele dia. Num barracão onde estive, havia uma senhora a quem perguntaram onde estava o marido. Ela disse que ele estava ali na SQN 406, olhando — eles tinham um apartamento na SQN 406 — ia conseguir o lote, se não iam derrubar o barraco dela. O primeiro barracão que foi derrubado, a pessoa tinha o endereço no Setor P Norte da Ceilândia. Sei que há pessoas necessitadas, pessoas que precisam, que não têm outro lugar. Dos 270 a 290 barracos só 30 famílias entregaram os seus utensílios para serem guardados no depósito da NOVACAP.

Não é agradável para mim, sou um profissional, um arquiteto, ganhei a minha vida toda trabalhando na prancheta, não é agradável, numa manhã de domingo, tirar um pobre de um barracão, não tenho a menor satisfação nisso. Somente 30 daquelas 270 famílias entregaram os seus utensílios para serem levados e guardados no depósito da NOVACAP. O Governo fez a proposta do albergue, que foi clara, que foi aberta, que foi posta. Mas a Igreja, a Comissão de Justiça e Paz, naquele momento, interferiu e ofereceu o Centro Paroquial, a Igreja do Padre Horta. No início, eram 30 famílias, está no jornal; no primeiro dia, está escrito, eram 30, 30 e poucas famílias. Em seguida, houve uma proposta, não sei de quem, não sei se foi autorizado pelo Governo, uma proposta de terrenos dentro do Distrito Federal. Ai o Padre Horta teve aumentado o número de hóspedes, que passou de 30 famílias, em torno de 100 pessoas, para cerca de 410 pessoas.

O Governo até podia dizer: o problema é da Igreja. A Igreja acha que é isso mesmo, que ela está seguindo os mandamentos de Deus e tem que cuidar daquelas pessoas necessitadas até o momento que eles quiserem sair dali. Mas o Governo não está fazendo isto, o Governo está procurando uma solução, está procurando ajudar, mas dentro das propostas feitas a todas as pessoas que moravam na SQN 110. O Governo não pode tratar diferente as pessoas porque elas resistiram mais. Uma daquelas líderes de lá, no final, quando foi até hostilizada pelas pessoas da SQN 110, disse ao Dr. Teixeira que ela tinha para onde ir, que ela poderia ir para Sobradinho, mas que ia resistir até o final para ver, garimpando, o que é que sobrava para ela. Eu sei, nós todos sabemos que o que se usa como bucha de canhão é essa gente de menor entendimento, de maior pobreza, de maior miséria. Mas isso, no meu entender, não é correto. Nós, juntos, temos que trabalhar para resolver esses problemas deste Brasil empobrecido, deste Brasil cheio de carência, de gente necessitada, de gente que está morando embaixo de viaduto. Mas não é criando confrontos com o Governo que vamos chegar lá. É todo mundo pensando junto, fazendo uma proposta.

Eu não tenho ouvido proposta; só tenho ouvido críticas. Ninguém quer sentar à mesa e discutir, discutir, mas discutir sério. Não é com miragens, colocando as nossas aflições burguesas na cabeça das pessoas mais pobres, necessitadas, quando um apartamento de 30 m² é um palácio para quem está morando embaixo do viaduto. No momento em que o Governo procurou essa solução, só sofreu críticas, porque a Oposição, às vezes, é irracional. O que for proposta do Governo, eu sou contra. Não é assim. Acho que os homens de boa-fé, de boa vontade, corretos, existem, os

homens de boa-fé, de boa vontade, corretos podem se dar bem, pensando até de maneira diferente, procurando uma solução, procurando um caminho.

Eu, que vou ser, com certeza, perguntado, questionado, parto fazendo esse apelo para que as pessoas sentem e discutam como pessoas de bem, como pessoas bem-intencionadas — esquecendo essa coisa política, essa política do contra, se vem dali eu não estou de acordo. Quero terminar, fazendo esse apelo e de novo calcando na forma que é a única que eu acredito de habitação popular: a habitação coletiva — só para fazer uma contazinha aqui, nós sempre dizemos que há uma deficiência em torno — está o Secretário de Habitação ali — em torno de 100, 120 mil habitações; se nós pegarmos esse lotzinho, essa coisa que se inventou aí, lote urbanizado, com 10 metros de frente e 12 e meio de fundo, que forma um lote de 125 metros quadrados, que é o mínimo, e botarmos um ao lado do outro na BR-040 nós vamos chegar em Juiz de Fora. E o que se gasta na infra-estrutura com as grandes firmas no asfalto, na calçada, no meio-fio vai deixar de se gastar na melhoria da qualidade de vida da pessoa que vai habitar. Então, por isso, todos os países onde a conta final é uma só — se consta a construção, se consta a infra-estrutura, tudo numa conta só, saindo do mesmo banco, todos esses países partem para a construção de habitações coletivas para tentarem resolver o problema habitacional. Então, duas coisas: primeiro, e isso, inclusive, tenho a impressão de que evitaria um pouco a migração, essa migração que aumenta a população do Distrito Federal em torno de 7,5% ao ano. Então, ficam duas coisas: o apelo para nós conversarmos, sentarmos e remarmos na direção de uma solução para esse problema e uma proposta para que o Governo, para que nós do Governo não façamos mais habitação individual, lote individual, porque isto leva à exploração do miserável pelo pobre. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Muito bem! Todos nós aqui viemos ouvir e perguntar. Tivemos apartes que ouvimos, agora chegou a hora das perguntas. Prioritariamente, as primeiras perguntas, as indagações iniciais, serão feitas pelos parlamentares.

Passo a palavra ao ilustre Senador Maurício Corrêa.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Eu gostaria de pedir escusas a V. Ex^a, porque terei que me retirar logo em seguida, por compromissos já assumidos. Esta reunião foi programada ontem, ao término do dia, de modo que houve um desencontro de agenda.

Ouví, atentamente, a exposição do ilustre Secretário. Cheguei quando o Secretário de Serviços Sociais encerrava a sua exposição, de modo que vou me limitar a algumas observações genéricas. Há muito tempo, porque nós estamos em Brasília desde 1961, que nos preocupamos com esse adensamento populacional em torno da periferia do Distrito Federal, sobretudo com as facilidades concedidas pelo regime antigo a empresas imobiliárias, no sentido do assentamento, dos loteamentos, das verdadeiras vilas que foram construídas — principalmente no eixo Brasília/Belo Horizonte. Sabíamos que, mais cedo ou mais tarde, ia gerar o que gerou hoje, quer dizer, uma

população enorme usando diariamente a infra-estrutura do Distrito Federal. De modo que eu estou de pleno acordo como que o Secretário falou.

Em segundo lugar, também defendo a necessidade de uma programação industrial para nossa capital, na medida em que a construção civil, que é a nossa maior indústria se acha num período crítico. Portanto, é de absoluta salutaridade, de absoluta prioridade que nós nos entendamos no sentido de criar, aqui, pólos industriais que não conflitem, que não agridam a nossa vida ambiental no Distrito Federal.

Assustam-me, porém, Sr. Presidente, algumas informações. Passava sempre em frente à Quadra 110 — como eu disse, moro em Brasília há muito tempo — e verifiquei que o adensamento, ali, daquela população pobre se deu, em primeiro lugar, pela incônia, pela desatenção, pelo desapreço do Governo do Distrito Federal, porque, se houvesse uma preocupação desse Governo com relação ao que se formava, ao que se criava ali, seguramente não haveria o caos. Depois, o absoluto desprezo à figura humana, aos direitos fundamentais da pessoa humana. Afinal de contas são miseráveis, são pobres, mas são cidadãos, porque são brasileiros e, mesmo que não fossem brasileiros, seriam dignos da nossa piedade e até da nossa fraternidade. Pegar aquele povo, deslocar, jogar de uma maneira quase que anticristã, assentá-lo na periferia do Distrito Federal, fora do quadrilátero, é transferir para o Governo de Goiás um ônus que, em primeiro lugar, deve ser atribuído ao Governo do Distrito Federal. Esta não é uma solução digna de um governo honesto, que quer enfrentar as crises que a cidade criou. Dizer o Sr. Secretário de Viação que devemos ser racionais para com o Governo a que S. Ex. pertence, que a Oposição é que é responsável, na Capital da República, isto, sim, agride aqueles que sempre se bateram por um governo racional. Nós não somos irracionais, estamos, sim, dispostos a sentar à mesa, para discutir, mas não mesa em que manda exclusivamente o Governo do Distrito Federal. Esse mesmo governo que dá as costas à Capital da República, viaja, se ausenta por 30 dias, pela segunda vez, e, inclusive, consegue manipular, aqui no Senado, algumas provisões que tentamos empreender em benefício do povo. Outro dia, fiz um requerimento de informações para que o Governador da Capital da República dissesse o que foi fazer na Europa, nos Estados Unidos. Nós não conseguimos, até hoje, aqui na Comissão, aprovar uma resolução — o Senador Pompeu de Sousa sabe disso — para impedir que essas viagens sejam feitas ao bel-prazer dele, sem que haja um freio; para que essas viagens sejam feitas através de uma autorização do Senado da República, porque ele é que dá a sua autorização para o governador ser nomeado na Capital da República. Por isso mesmo, esse requerimento foi torpedeado, aqui, pela maioria do Senado. O Senador Fernando Henrique Cardoso do Distrito Federal, conseguiu adiar esse requerimento, que é o mínimo que essa cidade merece, saber o que foi feito nos Estados Unidos e na Europa. Inclusive, antes de ele viajar, ele teve a ousadia de dizer à imprensa que é sozinho, que essas viagens não seriam à custa do Tesouro do Distrito Federal, pouco importa. Mas eu sei, por informações precisas, que um secretário o acompanhou, inclusive com diárias pagas. Diárias

que foram as mesmas pagas aos agentes do poder público federal, de primeiro escalão, segundo escalão do Governo Federal. São essas as informações que nós desejamos.

Portanto, Sr. Secretário, até que eu acompanhava bem o raciocínio de V. S.º Mas V. S.º foi infeliz, ao tachar a Oposição de irracional. Iracional é este governo. Pode pegar a gravação, pois V. Ex.º textualmente disse isso. E assinalar que nós, sim, queremos participar de um governo que tenha as suas raízes na soberania do povo, participar de um governo que seja eleito por esta cidade. Por isso clamamos por eleições diretas aqui. Continuamos, com a nossa irracionalidade, combatendo um governo irracional, isso sim. Agora, estamos dispostos para o bem do povo e da cidade que nós representamos a criticar ou até aplaudir, porque não somos maniqueístas, as atitudes, os gestos, os procedimentos corretos praticados pelo Governo do Distrito Federal.

Finalizando, devo dizer que estou perplexo com esta transferência de responsabilidade da mudança da favela da 110 para o Governo de Goiás. Em segundo lugar, como eu assinalei, passava freqüentemente ali e nunca vi, em momento algum, aquela população aumentar tanto como aumentou durante este Governo. Já não diria que no outro, pois no outro seria impossível, porque era uma ditadura. Mas este é um governo que se diz democrático. Agora, pegar aquele povo, humilde, que estava ali em busca do direito de moradia e jogar para fora da Capital da República, encostá-lo em São Bernardo, Brasília, sei lá onde, parece-me uma atitude antidemocrática, anti-humana e injusta. Eis aí minha crítica sincera e as formulações que faço.

O SR. CARLOS MAGALHÃES — Com relação ao assentamento de Brasília, acho que o Senador deveria ouvir as pessoas que estão assentadas em Brasília. Ou, então, a S.º Maria do Barro, que é quem formulou o programa e que está cuidando desse grupo que assentou lá.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Por que não os assentou aqui no Distrito Federal?

O SR. CARLOS MAGALHÃES — Porque lá, aquela Prefeitura ofereceu lotes para a implantação de um programa pioneiro no assentamento dessa favela. E essa gente está lá, está satisfeita, está feliz, está fazendo a sua casa num lote de 360m² e sem as nossas preocupações, como eu disse, as nossas preocupações burguesas. Eles estão lá satisfeitos. A D. Maria do Barro está ali. É uma entidade séria que está trabalhando com toda a seriedade.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Quer dizer que V. Ex.º trouxe aí o pessoal de Brasília para provar.

O SR. CARLOS MAGALHÃES — Não. Não trouxe o pessoal de Brasília. A D. Maria do Barro está aqui, como estão aqui as pessoas de 110, como V. Ex.º está aqui. Isto aqui eu entendo que seja uma Casa aberta, uma casa do povo, não só uma Casa de elite, de Deputados, Senadores, dos eleitos. É uma Casa também dos que elegem. Por isto eles estão aí.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Se estiverem lá muito bem, eu fico até satisfeito. Agora, as informações que eu tenho é de que não. As informações estão nos jornais.

O SR. CARLOS MAGALHÃES — Não, não! As informações que estão nos jornais... Inclusive eles não aceitaram os novos que foram para lá. Os próprios favelados que foram transferidos e que estão trabalhando num programa sério não aceitaram, na correria, que os novos moradores fossem para lá.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — O que vem a ser até estranho. Ontem, o Senador Meira Filho mandou ofício para o Governador e antes de 48 horas já o Secretário se prontificara para vir aqui. Achei isso extremamente agradável, mas, ao mesmo tempo, preocupante. Por que uma resposta tão imediata?

O SR. CARLOS MAGALHÃES — Não deve ter sido ontem, porque eu soube anteontem que viria aqui.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — O Requerimento convocando o Sr. Secretário, veja a data aí... O Requerimento convocando os Secretários foi enviado ao Governador, no dia 14 corrente. E o Governador, a 24 deste mês, deu a resposta, designando os Secretários.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Nós fomos informados que V. Ex.º havia feito o Requerimento, no domingo, em seu Gabinete.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Talvez aí tenha havido um lapso desta Presidência, pelo que peço desculpas.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Sr. Presidente, só a título de enriquecimento quanto às respostas, pergunto a V. Ex.º se não for muito, se poderíamos em 5 minutos ouvir o depoimento da D. Maria do Barro, que foi aqui mencionada.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Eu havia estabelecido, inicialmente, prioridade para os parlamentares fazerem as suas inquisições. Se V. Ex.º me permite, logo após a palavra dos Parlamentares, ouviremos a S.º Maria.

Quero agradecer a presença, nesta reunião, da ilustre Deputada Constituinte Márcia Kubitschek.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Sr. Presidente, o problema do Conselho urbano me aflige profundamente. Estou recebendo aqui um abaixo-assinado do Movimento de Defesa dos Favelados. Realiza, agora, o seu VII Congresso Nacional. Infelizmente, não pude acompanhá-lo. Estou sabendo que ele se realizou na UnB, nos dias 21, 22 e 23 de agosto. Ultimamente, ando muito ocupado com os trabalhos da Constituinte e não tenho tido tempo de ler de maneira completa os jornais. Aliás, nesses dias, eu não poderia mesmo estar aqui, porque tive de ir ao Rio de Janeiro, para visitar os campos petrolíferos da Petrobrás, na Bacia de Campos. Em Campos é maneira de dizer, porque são 80 quilômetros em alto-mar. Isso me impressiona muito, porque é um fenômeno social gravíssimo decorrente de uma patologia social que provém da forma por que tem sido feita a ocupação demográfica deste País, sem nenhuma atenção pelo homem. A verdade é que o território deste País foi colonizado no regime de sesmarias e até hoje o latifúndio é a sobrevivência das sesmarias. Em função dessa situação de monstruosa injustiça com o homem do campo, este migrou para as grandes cidades, na esperança de que fosse um pouco menos miserável,

agravando terrivelmente o problema das grandes cidades, porque estas não tiveram condições de absorver essa mão-de-obra, sobretudo a não especializada. Isso é decorrente de uma patologia que aflige muito este País pela enorme injustiça que representa. Entretanto, essa população migrante, que ocupa as áreas desocupadas da grande cidade, em função justamente da desocupação, em grande parte decorrente de uma outra forma de injustiça social urbana, que é a especulação imobiliária que se cria nas cidades. É um fenômeno antigo. Lembro-me não apenas do tempo em que era Secretário de Educação e Cultura e que participava, juntamente com o Secretário de Viação e Obras, companheiro aqui presente, a quem eu chamava de nosso "Buck Jones", porque era o homem que resolvia os assuntos com grande presença e grande dose de espírito executivo. Participamos de uma entidade, a qual costumava mencionar o seu nome com certo pudor. O próprio nome da entidade era um desrespeito pela condição humana. Chamava-se Comissão de Alto Nível para os Problemas da População de Baixa Renda.

Cada vez que essa Comissão se reunia, eu fazia menção a esse nome, porque o nome até me envergonhava: Comissão de Alto Nível. Nós somos de alto nível para tratar da população de baixa renda que é uma população de baixo nível, como se houvesse homens desiguais. Sou eu um velho lutador pela igualdade humana, isso me afligia profundamente, mas não creio que pudéssemos resolver esses problemas.

Lembro-me, a propósito do processo de amortecedores, que o Secretário Carlos Magalhães menciona, esse problema já foi levantado na minha fase pré-histórica de Brasília, quando vim para cá, em 1961, quando me tornei um dos fundadores da Universidade de Brasília. Lembro-me que um colega de profissão do arquiteto Carlos Magalhães, o nosso queridíssimo amigo Alcides Rocha Miranda — costumo dizer que é um ser tão dotado de bondade, digo que não é santo, e sim anjo, porque santo é o pecador que se converte. Alcides, não. Alcides desceu do céu, assim, com absoluta ausência de malícia. Lembro-me que ele, naquele tempo, me propôs algo parecido: que a Universidade patrocinasse esses amortecedores periféricos em torno do Distrito Federal, na Região do Entorno, criando comunidades agro-urbanas-industriais que, de certa forma, seriam precursoras do combinado agro urbano que o Secretário de Agricultura começou a implantar. Alcides era um espírito criador, era o homem que imaginava, que concebia as ideias, pedia-me que as colocasse no papel, e chegamos a projetar isso. Antes que isso pudesse acontecer, fomos demitidos. Na verdade, é uma coisa que me aflige profundamente. Esses problemas dos amortecedores que nunca foram implementados. Se tivessem sido no devido tempo, talvez tivessem amortecido o problema gravíssimo dessas populações. Esse problema ocorreu e a administração pública não foi capaz de evitá-lo, bem como evitar que se agravasse ao longo do tempo.

Sou morador histórico de Brasília, vivo aqui desde 1961, acompanhei toda a construção da cidade. Vim com Juscelino Kubitschek no tempo em que havia o Catetinho, onde o avião lá pousava e decolava, só porque havia o Catetinho.

Lembro-me de que na administração Aimé Lamaison, o Secretário de Serviços Sociais — não sei se havia Secretaria, mas alguém que tivesse uma função correspondente a essa categoria de serviços sociais — criou a doutrina de que não se tivessem unidades habitacionais para os pobres, porque isso servia de chamariz para trazer das áreas empobrecidas do País mais população para invadir, inchar a cidade de Brasília. Naquela época já se falava no inchaço e esse já era enorme. A essa altura, criou-se justamente a dissuasão, ou seja, o processo dissuasório, que significava não dar abrigo aos desabrigados que viessem para Brasília, tentando conter o fluxo migratório. Não me lembro se o Governo Aimé Lamaison durou cerca de três anos. Se não me engano, não se construíram nem duzentas moradias para as populações mais humildes. Longe disso representar uma dissuasão para a migração, esta nunca foi tão grande.

Esse é o fenômeno gravíssimo da nossa sociedade injusta, em que os pobres são tratados como rebanho, como gado, o que aflige profundamente a nossa sensibilidade.

Lembro-me, também, que quando essa famosa Comissão de Alto Nível para os Problemas das Populações de Baixa Renda existiu — não sei se existe até hoje, se funciona...

O SR. POMPEU DE SOUSA — Está desativada. Houve algumas providências que me pareceram acertadas, como a destinação de áreas, se não me engano, do Guará — o Secretário Carlos Magalhães me retificará se não for...

O SR. CARLOS MAGALHÃES — Foi na Quadra 38, se não me engano, para absorver aquela invasão.

O SR. POMPEU DE SOUSA — ... para fazer a dissolução dessas invasões. Creio que se tivesse havido continuidade, ao mesmo tempo que uma atitude de vigilância para evitar isso, que o Secretário Carlos Magalhães charme de a exploração do miserável pelo pobre — que realmente existe, pois, afinal de contas, no fundo, todos são vítimas na nossa sociedade injusta, tanto os miseráveis como os pobres, são todos vítimas, e é uma selva selvagem; são criaturas que nasceram em condições subumanas e cresceram em condições subumanas, não chegam nem a adquirir a noção de condição humana. Então, são seres, realmente, que praticam a selvageria, que o capitalismo selvagem as colocou.

Na verdade, tenho a impressão de que o território do Distrito Federal ainda é bastante extenso para que procurássemos uma solução menos traumática, como essa, de dar uma prazo fatal e dizer que desse prazo não se ultrapassa — e vamos evacuar a qualquer preço essa população.

Confesso que isso me, afligiu profundamente, quando recebi um apelo, juntamente com outros companheiros da Bancada do Distrito Federal, para intermediar uma pequena dilatação do prazo fatal, que terminava num domingo. Fui procurado, se não me engano, no começo da semana, justamente na segunda ou sexta-feira, não me recordo exatamente, por uma vice-presidente da associação de moradores da 110 Norte, por uma senhora chamada Maria da Cruz — até brinquei com ela, que carregasse sua cruz, etc. — e por uma outra senhora, pequenina magrinha e grávida,

da, que tinha o nome de Juscelina — que eu até disse: "Evidentemente, quando sua mãe esperava o seu nascimento esperava um filho, naquele período realmente de emoção nacional", e de, vamos dizer, otimismo, que foi o grande período de Juscelino e esperava colocar o nome de Juscelino, mas nasceu uma menina, ela pós Juscelino. Desejei que um filho dela fosse, quem sabe, um futuro Juscelino para este País. Mas, então, foi lembrado, naquela altura, a hipótese de examinarmos, através de uma Comissão — não chamaríamos uma Comissão de Alto Nível, porque não gosto de nos colocar nas alturas — uma Comissão composta de elementos da própria Bancada do Distrito Federal, do Reitor da Universidade de Brasília — meu querido amigo e Professor Cristóvão Buarque — e de S. Revm^o Arcebispo Metropolitano, Dom José Freire Falcão, para que solicitássemos do Sr. Governador uma pequena margem de tolerância, para suspender o prazo fatal, que eram mais de 4 ou 5 dias, daí por diante, é um prazo fatal, para remover a qualquer preço, é uma operação de remover a qualquer preço, para ser evaciada a área. Achei que tendo elementos desse teor e dessa responsabilidade envolvidos, poderíamos negociar uma solução, que não fosse traumática e não criasse a emoção com que a evacuação se verificou.

Cheguei e consultei os companheiros não membros da bancada que me procuraram, e eu consultei os elementos que não eram da bancada, o Reitor Cristóvão Buarque e o Arcebispo José Freire Falcão. O Reitor Cristóvão Buarque imediatamente se dispôs a participar, embora dissesse ele em uma situação meio difícil, porque a Universidade era uma das áreas envolvidas, mas que estava disposto para encontrar uma solução e nós não queríamos, evidentemente, que a favela fosse mantida naquele local, queríamos ter uma solução mais humana e que não houvesse um deslocamento tão geograficamente distante, porque essas populações, coitadas, acabam convergindo para áreas onde elas possam ter um subemprego e essa população já estava vivendo, vegetando em função desse subemprego na própria área de Brasília. Então pretendíamos encontrar uma solução para isso. Eu telefonei para o Governador, mas antes de telefonar para o Governador — num pequeno **flash back** na minha narrativa, num país colonizado temos que ver **flash back**, porque é uma imagem, é um recurso cinematográfico, conversei com Dom José Freire Falcão. Eu até hoje costumo chamar os bispos pelo pré-nome, porque aprendi na minha remota juventude que bispo a gente não chama pelo pré-nome, chamamos Dom José, chamamos de Dom Freire, Dom Falcão, Dom Ávila. Então, eu liguei para Dom José Falcão e ele me disse: "Senador, estou pronto para participar, e tenho o maior interesse em procurar resolver essa situação sem traumatismo, mas, acho, praticamente impossível que isso aconteça, porque o Sr. Governador está irredutível no propósito de não abrir nem um dia mais. Em todo caso, Dom Geraldo Ávila, neste momento, deve estar no Palácio do Buriti, fazendo uma ultima gestão nesse sentido e quando chegar ele falará com o Sr. e tudo mais". Dom Ávila, ao chegar, falou comigo e disse que estivera mas que considerava inteiramente impossível porque ele se reportara até ao episódio anterior em que o Governador se recusara a rece-

ber Dom José Freire Falcão, porque Dom José Freire pediu uma audiência e disse que era para tratar dos assuntos dos favelados da 110. Eu me surpreendi, e falando com o Governador pelo telefone, ele me confirmou que ele considerava aquilo uma questão resolvida e que a remoção já era feita com data improrrogável. Achei que era uma atitude realmente de intransigência, porque aí nós transferiríamos o fogo da negociação para uma camada da sociedade em que estavam pessoas de alta responsabilidade envolvidas e que nós procuraríamos encontrar uma solução um pouco menos traumática.

Eu gostaria que essa solução tivesse sido encontrada para evitar o episódio daquela gente que ficou até o último dia, e cujos barracos foram arrancados, e algumas puderam se abrigar, eu creio, na casa paroquial, e outras não sei onde ficaram.

A aflição dessa gente me deixa profundamente angustiado, Sr. Presidente, Srs. Secretários, meus caros companheiros, e eu acho que o direito à habitação constitui um direito da condição humana; não há e é um dever do Estado, é um direito do cidadão, é um direito de ser humano, e um dever do Estado, e acho que todas as tentativas no sentido de que o Estado cumpra o seu dever, atendendo o direito do cidadão, o direito da condição humana — porque há o direito da condição humana — porque, neste País, grande parte da população vive em condições subumanas, tudo deve ser tentado e nenhuma hipótese de solução, ou tentativa de solução deve ser descartada. Era apenas o que eu queria dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Não queremos nos privar da palavra daqueles que poderão falar, nesta sessão, mas acho que teríamos um aproveitamento maior se as nossas perguntas aos Secretários, que para cá vieram, fossem mais objetivas.

Tem a palavra o Deputado Sigmaringa Seixas.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Sr. Presidente, eu me permitir fazer essa longa explanação porque se trata de uma Comissão de Senadores do Distrito Federal, e acho que nessa condição estavava no direito de fazer essa digressão e afirmar os meus pontos de vista.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Não há nenhuma alusão a V. Ex^o. É daqui para frente.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Muito obrigado a V. Ex^o.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Tem a palavra o Constituinte Sigmaringa Seixas.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS — Sr. Presidente, eu gostaria, inicialmente, de prestar alguns esclarecimentos ou, melhor dizendo, fazer dois reparos com o intuito de restabelecer, em todo o seu rigor, a verdade dos fatos. Um, se me permite o ilustre Secretário Adolfo Lopes e outro ao não menos ilustre Secretário Carlos Magalhães.

O Secretário Adolfo Lopes disse que não houve violência no episódio da erradicação da invasão da 110 Norte. Pelo contrário, acho que houve a violência social. Ou não será violência crianças, de tanta idade, verem as suas casas sendo derrubadas por força de uma ação policial? Acho que, ao contrário, isso pode causar traumas eternos nessas crianças. Mas, se não chegou a haver violência física, ela, em verdade, quase existiu.

No final do dia, a noite já caia, quando alguns moradores resistiam à idéia de abandonar o local.

Fui chamado a um canto, pelo Comandante das tropas que lá se encontram, Cel. Silveira, que me disse o seguinte: — "Deputado, recebi ordens e vou tirar todo mundo daí."

Nessa altura, a tropa de choque já estava postada diante daquelas pessoas que lá ainda se encontravam. Eu disse a ele que ele não poderia fazer aquilo. Não daquela forma. Afinal de contas, ali estavam pessoas adultas, mas estavam também crianças. Ele disse: — "Olha, lastimo mas em dez minutos passo com a tropa" — não sei se a expressão terá sido exatamente esta — "por cima de todos." Talvez não tenha sido com essa contundência, mas coisa assemelhada.

Ele disse mais o seguinte: — "O senhor será poupadão porque é um Parlamentar."

Vi que o negócio realmente era sério e nesse momento...

Aliás, é testemunha disso o Dr. Gustavo Ribeiro, que estava, na ocasião, no local. Embora, evidentemente, eu não precisasse invocar testemunho de ninguém.

Mas nesse momento eu, que me encontrava lá desde cinco ou seis horas da manhã, entendi de me dirigir aos moradores, e fiz ver a eles que a ameaça era séria e que eles deveriam desistir da idéia de permanecer naquele local e sair daí imediatamente, porque eu não tinha como evitar que aquela ameaça se consumasse. Diante disso, eles compreenderam que teriam que se retirar daí.

De maneira que se eu não estivesse lá, ou se outras pessoas não estivessem lá, eu não sei se a violência física ocorreria ou não. Quero crer que sim, pela disposição, primeiro, daqueles moradores que permaneceram no local, e, segundo, porque o coronel foi taxativo, ainda que ressaltando que o faria constrangido, mas não poderia desobedecer a ordem que recebera.

Quanto ao Secretário Carlos Magalhães, eu quero dizer que naquela mesma noite, como não houvesse alternativa, havia em princípio uma única alternativa, que era a do albergue, onde, com justa razão, os moradores se recusaram para lá se deslocarem, e mesmo que o quisessem, pelas palavras do próprio Dr. Gustavo Ribeiro, os albergues só tinham condições de acolher aproximadamente 40 pessoas, e lá existiam 200 e tantas, como não havia outra alternativa diante disso, se não me falha a memória, eu próprio que sugeri que procurássemos uma igreja. A igreja mais próxima era a igreja do Padre Horta, que está aqui presente, e naquele tumulto, com a tropa de choque lá presente, as pessoas preocupadas se dirigiram, algumas se dirigiram para a igreja, e outras se dispersaram. Chegaram à igreja aproximadamente 40 pessoas. No dia seguinte, de manhã, os que tinham ficado pelos arredores, alguns, inclusive, naquelas passagens subterrâneas do eixo, naturalmente tendo a notícia de que parte dos seus companheiros estava na igreja, para lá correram. Mas isso foi logo no dia seguinte, pela manhã. A sugestão de ocupação, da cessão de uma área rural no Núcleo Alexandre Gusmão surgiu à noite. Conseqüentemente, as outras cento e tantas pessoas que acorreram à igreja para lá não foram na expectativa de que pudessem ocupar o lote nessa área rural porque não sabiam ainda

dessa promessa transmitida pelo Dr. Gustavo Ribeiro.

O SR. CARLOS MAGALHÃES — Só para colocar também na verdade absoluta dos fatos, como você quis colocar. Eu queria dizer o seguinte: o Gustavo Ribeiro participou desse trabalho, dessa operação, e eu pensava que ele estava preocupado com os problemas que pudessem advir do final da operação. Sempre o considerei uma pessoa capaz. Então, a questão de oferecer ou não o albergue era uma problemática dele, que ele tinha que resolver, uma vez que ele dirige esse setor. Entendo, por isso, eu até esse momento, acreditava que ele tinha trabalhado preocupado com esse assunto e que tinha providenciado o albergue para que as pessoas ficassem. Não era uma tarefa minha, era uma tarefa do Dr. Gustavo Ribeiro. Se ele preparou mal, ele deve ser questionado, e não eu.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS — Não, mas o reparo não foi quanto a isso, foi apernas quanto...

O SR. CARLOS MAGALHÃES — Não, mas você disse que ali só tinham 40 pessoas, e lá tinham 200, ele devia ter pensado nos problemas que podiam ser criados no final. Eu só quero esclarecer que eu queria ater à verdade, e a minha participação nesses fatos. O Dr. Gustavo Ribeiro, então, falhou, porque não providenciou albergue para todo mundo.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS — Não, mas essa menção que eu fiz ao fato de existirem apenas 40 vagas, isso foi no curso da explanação. Em verdade, o reparo que eu pretendia era quanto à sua menção ao fato de que depois do anúncio da possibilidade dessas pessoas virem a receber lote na área rural, foi que as demais famílias foram para a igreja, mas eles não sabiam, foram para a igreja antes de saber disso.

O SR. CARLOS MAGALHÃES — Não, isso foi notícia de jornal. No 1º dia, depois, a notícia é que havia 35 famílias com o Padre Horta. E com esse anúncio os hóspedes do Padre Horta aumentaram em torno de 410, como eu li hoje no jornal.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS — Bom, eu não sei hoje o número, mas antes desse anúncio a igreja já estava abrigando cento e tantas famílias.

Mas, de qualquer forma, o que eu quero dizer é o seguinte: todos nós temos consciência plena e absoluta de que a solução do problema habitacional no Distrito Federal é muito difícil. Nós temos hoje um déficit aproximado de 130 mil unidades residenciais. Eu acho até que a solução do problema habitacional do Distrito Federal está intimamente associada à solução de outros problemas e o primeiro deles é a implementação efetiva de uma reforma agrária no País, como forma de estancar esse fluxo migratório. A outra é a implementação, também, de projetos agrícolas ou agroindustriais na Região do Entorno, como forma de fixar essa população nessa região, e resgatar uma idéia do início de Brasília, concebida pelo próprio Juscelino, de transformar isso aqui num polo de desenvolvimento da Região Centro-Oeste. Um projeto que infelizmente foi abandonado no seu nacimento.

Agora, de qualquer maneira, eu gostaria de questionar o seguinte: por que exatamente aquela invasão da 110 Norte? Por que foi escolhida aquela invasão para dar início ao anunciado projeto

de erradicação dessas invasões? O próprio Secretário Carlos Magalhães disse que essas famílias se encontravam lá desde 1984, ou 1985.

O SR. CARLOS MAGALHÃES — Era o início de 1985. Foi o ano que cheguei aqui e já tinha notícia que já existiam algumas famílias instaladas aqui, eram poucas, muito poucas. Ela cresceu com o retorno desse assentamento no Guará. O Governo assentou a invasão da 309/10, no Guará, na quadra 38, com o sistema da concessão de uso.

Essas famílias venderam o que não podiam vender, que era a concessão de uso, repassaram e voltaram dessa vez para a 110. Isso foi um dos fatores de aumento; o outro foi a obra da 110; o outro foi os profissionais da invasão, e outro foi esse dado de acometer gente à invasão do CEUB, ali atrás, para ficar mais perto do trabalho, a gente comprehende isso e devido o inchamento desordenado daquilo, as pessoas começaram as vezes de outras invasões, como a do Paranoá, para ficar mais perto do trabalho.

O SR. SIGMARINHA SEIXAS — Bom, temos falado muito de profissionais da invasão. Acho isso uma atitude abominável. Não nego que existam, acho que ninguém nega. É o caso de identificá-los e aplicar uma sanção penal cabível, o que não se pode é generalizar.

Acho que a grande maioria das pessoas que moram numa invasão efetivamente não tem condições de morar em outro lugar, porque ninguém faz uma opção voluntária pela miséria.

Agora, o que eu gostaria de retornar este ponto, indagar por que a invasão da 110 já que ela estava ali há muito tempo, por que se tornou a iniciativa de começar esse processo de erradicação através da 110? Se ela estava ali há tanto tempo, por que não se preparou e se havia a alternativa de Brasilinha, eu não conheço o local, mas, tenho informações, por que não se preparou antes e não se aguardaram mais alguns meses até que se preparasse adequadamente aquela área?

Porque outro dia me encontrei casualmente com o prefeito de Brasilinha, num programa de televisão, e ele me afirmou que a área não tem condições, não tem nenhum infra-estrutura, não oferece no momento condições mínimas de habitabilidade, eu ouvi isso do Prefeito, eu não conheço, não sei se interpretei mal, não sei se ele não se fez entender, mas o fato é que não entendi e continuei a não entender por que essa precipitação, porque a escolha da 110, por que essa precipitação, por que não se preparou adequadamente a área de Brasilinha, em primeiro lugar?

Anunciou-se, também, a alternativa de novas áreas além da de Brasilinha cedida por empresários altruistas. Essas áreas estão sendo oferecidas em que condições? Haverá uma escritura de doação? De qualquer maneira, acho que na verdade a alternativa não é por aí. Porque é transferir uma responsabilidade que é do poder público a particulares. Agora, essas áreas, se isso vier a se consumar efetivamente, se as pessoas aceitarem, se os moradores aceitarem da 110 e outras invasões vierem a aceitar, a infra-estrutura dessas áreas particulares elas serão fornecidas pelo governo, o governo vai injetar recursos em áreas particulares? Até agora não consegui entender esse espírito magnânimo desses empresários, proprietários de locais que querem ceder por esse

espírito magnânimo as suas áreas a essas pessoas. Gostaria de um esclarecimento maior a respeito disso, como é que isso vai ser feito.

O SR. CARLOS MAGALHÃES — Vou esclarecer uma parte, com relação ao Entorno, o Governo do Distrito Federal atua no Entorno, é obrigado a atuar no Entorno, atua nas estradas vicinais ajudando a escoar a produção de todos esses municípios do Entorno. Isso é um dever, é um trabalho do Governo do Distrito Federal. Atua em Buriti, atua em Arinos, atua lá em Brasilinha, atua até lá próximo a Unaí. Porque esses governos estão longe e não têm recursos para atuar nessas regiões. É como essas produções de grãos que acontece em volta, no Entorno do Distrito Federal, acabam dentro do Distrito Federal, é uma obrigação do Governo atuar no Entorno.

Com relação a Brasilinha, a participação da Secretaria de Viação e Obras, como era uma área oferecida pelo prefeito, uma área de propriedade da prefeitura que fez um acordo com a Fundação Maria do Barro, essas áreas o Governo do Distrito Federal, através do DER e da Secretaria de Viação e Obras, que atua no Entorno, atuou nesse loteamento. O Governo abriu a rua, o Governo encascalhou essas ruas, o Governo ligou este loteamento, que fica bem próximo da cidade, ligou este loteamento à cidade. O ônibus normal, que circula, que vem a Brasília pudesse chegar àquele local. O Governo está atuando junto com a Prefeitura de Brasilinha, e na codificação que atua sempre, quando é para fazer estradas vicinais, consertar acessos, até abrir poços artesianos. Isto é um trabalho normal do Governo, que se reverte em benefício para o Distrito Federal. Agora, com relação às áreas particulares, eu não trabalhei com nenhuma delas, o Governo não fez trabalho nenhum em nenhuma área particular. Penso que isso ainda está em termos de propostas. Esse assunto não foi discutido, nem o Governo investiu nada em infra-estrutura de loteamento particular. Não sei se o Dr. Adolfo tem alguma coisa a acrescentar, uma vez que foi ele quem conversou com esta gente, inclusive o Padre Horta, a Comissão de Justiça e Paz, acho que já foi a algum desses loteamentos, não fui, não conheço. E através da Secretaria de Viação e Obras, o governo não investiu um tostão nesses loteamentos particulares. Porque acho difícil, também, esses empresários setem tão magnânimo assim.

O SR. ADOLFO LOPES — Se não me engano, o Secretário de Serviços Sociais foi perguntado a respeito da violência. Houve ou não houve?

O SR. CARLOS MAGALHÃES — O conceito de violência, como foi colocado pelo ilustre Deputado Sigmaringa Seixas, é muito amplo. Eu diria que a violência, também, é você ocupar o que não é seu, território alheio. É uma grande violência, também você ocupar o centro da Capital da República, com ânimo de permanência, e ser incitado nesta permanência. É uma grande violência, também. É uma violência você não ter uma planificação federal, segurando o homem no seu habitat, não tendo no lar o mínimo de estrutura e de infra-estrutura que possa fazer com que ele ali permaneça com dignidade. É violência, também, você não ter programa social, não ter recursos para cobrir a multidão de pecados na dívida social. Isto é muito violento, também. É violento você poder ocupar a 110, para, volta e

meia, a pretexto de pobreza, de miséria, dar a sua saída e praticar estupro, seu roubo, a sua troca, inclusive de pontos de tóxicos. É violento, também, você incitar, permanentemente, sem proposta, repito.

O SR. ADOLFO LOPES — Mas V. Ex^a então está dizendo que ali há estupradores?

O SR. CARLOS MAGALHÃES — Ouvi, V. Ex^a atentamente. Agora, tenho o direito de responder. É violento, também, você só chegar no dia da operação, quando nós permanecemos 60 dias, numa operação; o tempo todo peregrinando, conversando, um a um, dando alternativas, durante 60 dias, sem que eu tivesse visto, inclusive, a sua presença, que para mim é muito agradável, porque você é um homem ligado ao social.

Então, é violento só chegar no dia com prazo marcado. É importante que se esteja o tempo todo ao lado dessas criaturas, colaborando com o Governo. É violento, também, não colaborar com o Governo, enquanto você é comunidade, enquanto você precisa ter segurança na cidade. É violento, também, observar a violência nos outros, enquanto você ainda não foi atingido pela violência. Então, eu queria fazer essas colocações, para dizer que ninguém aqui ama a criatura humana mais do que eu. Sou cristão, sou espiritualista fiz parte de um projeto que acredito nele. Ele é um projeto social. Ali não aconteceu o que houve em São Paulo, que todas as televisões do País mostraram trocas de tiros, mortes. Não aconteceu e não aconteceria, porque havia, inclusive, um fato importíssimo, que não foi citado aqui: ninguém estava armado com arma de fogo. É muito importante que se diga isto, também. Então, na verdade, quando V. Ex^a coloca nesses termos, eu gostaria de dizer, que nós passamos por homens violentos, pela ausência total de planificação.

O SR. SIGMARINHA SEIXAS — Sr. Presidente, até me espanta um pouco o destempero do Secretário, porque quando fiz a colocação sequer o acusei como responsável pela violência física, que poderia vir a ocorrer. Quanto à violência social, a responsabilidade é de todos. Mas quero dizer ao ilustre Secretário que não fui, como político demagogo, à cata de voto, ou seja o que for, àquele dia; sequer fui espontaneamente para lá. Fui a convite dos moradores. Tenho consciência absoluta, que o meu papel ali foi o de quem vai para uma operação dessas para evitar um mal maior. Quero dizer a S. Ex^a que a minha interferência no episódio da 110 Norte — talvez o ilustre Secretário não conheça o meu passado em Brasília como advogado ligado às causas sociais e políticas, por isso, talvez, S. Ex^a tenha se espantado com a minha presença naquele dia. Eu iria como Deputado como teria ido antes, como advogado, como fui em muitas ocasiões. Estive no local a pedido das entidades envolvidas no episódio da 110 Norte — a Comissão de Justiça e Paz, o Conselho Popular, a Universidade de Brasília, o Sindicato dos Arquitetos — em algumas reuniões, tentando uma solução que, se não viesse a ser a ideal, pelo menos evitasse o desenlace que ocorreu na 110 Norte. Estive em contato, algumas vezes, com o Dr. Rui de Almeida, e, numa dessas oportunidades, foi apresentada pela Universidade de Brasília, através da Professora Sueli, uma proposta que tinha sido elaborada pelo Departamento de Urbanismo da Universidade de

Brasília, como uma possível solução para o problema, não só daquela invasão como de outras. A proposta chegou a sensibilizar o Dr. Rui de a para ser executada só pela Universidade de Brasília, mas também pelos setores do Governo ligados a essa problemática. O Governador sequer admitiu discuti-la, disse que a solução já estava dada, que a invasão seria erradicada e eles iriam para Brasília ou para qualquer outro lugar. Isso me foi transmitido.

Quero fazer este reparo, Sr. Presidente, para deixar claro que fui e irei em todos os movimentos sociais que ocorrem no Distrito Federal. Vou como parlamentar, irei amanhã como advogado, mas não me afastarei desses movimentos e não recearei o debate e o confronto seja lá com quem for.

O SR. ADOLFO LOPES — Sr. Presidente, gostaria de fechar este aparte, sem polemizar, dizendo que a primeira providência que tomamos foi a de fazer um convite, que inclusive está amplamente noticiado nos jornais. Convidamos, também, naquela época, a classe política, dois dias antes de adentrarmos, aos dias que antecederam aos 60. Quero deixar bem claro que tomamos a liberdade de ligar para cada gabinete dos parlamentares. Tenho companheiros, aqui, que podem testemunhar.

O SR. SIGMARINHA SEIXAS — Eu não recebi. Posso garantir que não recebi nenhuma comunicação neste sentido.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Sei que todos desejam falar, estou ansioso para dar a palavra a todos, mas tenho que seguir minha lista de oradores.

O SR. ADOLFO LOPES — Sr. Presidente, peço licença para me retirar, como já havia comunicado a V. Ex^a anteriormente, pois tenho um compromisso o qual já estou atrasado.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Muito obrigado pela presença de V. Ex^a em nosso encontro.

Concedo a palavra ao nobre Senador Augusto Carvalho. Peço a S. Ex^a que seja breve, para que possamos dar a palavra a todos os Srs. Senadores e Deputados presentes.

O SR. AUGUSTO CARVALHO — Sr. Presidente, em primeiro lugar gostaria de parabenizar V. Ex^a e, ao mesmo tempo, estimulá-lo para que prosiga na Presidência desta Comissão, de forma a torná-la realmente um fórum dos problemas do Distrito Federal com a polémica que acho bastante natural e democrática.

Ao mesmo tempo, gostaria de prestar minha solidariedade ao companheiro Sigmaringa Seixas, parlamentar que merece todo respeito da nossa parte, pela sua permanente preocupação com o social e dizer ao Secretário Adolfo Lopes que daqui para a frente, desde quando assumiu como Presidente o Senador Meira Filho, esperamos que esta Comissão seja efetivamente um local onde o debate democrático flua, sem necessidade da gente se irritar com uma colocação que, de maneira alguma, achei que se dirigia à pessoa do Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Exalte-nos em busca de soluções.

O SR. AUGUSTO CARVALHO — Exato. Mas, Sr. Presidente, creio que o problema crucial no ano em que comemoramos o Ano Internacional dos Desabrigados sob o patrocínio da ONU, no Brasil vemos-nos às voltas com problemas da gravidade como o caso da 110 Norte, das outras invasões que estão por ser erradicadas, de acordo com a pretensão do Governo.

Digo a V. Ex^a que tomei uma posição contrária à pretensão do Governo do Distrito Federal, devendo àquela forma açoitada, àquela forma arbitrária de remover, a qualquer preço, os moradores da 110 Norte, e subscrevi — por coerência com meus princípios — responsabilizando-os inclusive por qualquer eventualidade que escapasse ao controle das partes envolvidas, principalmente tendo em conta o que testemunhei e acompanhei na erradicação da invasão do Paranoá tentativa de ampliação da Vila Paranoá quando ali...

O SR. POMPEU DE SOUSA — Permite V. Ex^a um aparte? Um aparte que pensei até em dar ao companheiro Sigmaringa Seixas. A simples palavra erradicação já representa algo que não quero nem qualificar, porque erradicam-se miasmias, erradicam-se patologias, erradicam-se pestes; não gente.

O SR. AUGUSTO CARVALHO — Obrigado pelo aparte. Tenho essa mesma concepção.

Mas, Sr. Presidente, creio que a situação do País, a situação de Brasília, a situação das grandes metrópoles brasileiras passa por uma decisão que esta Constituinte tem pela frente, a respeito da reforma agrária. Ou se faz a reforma agrária neste País ou teremos daqui a pouco, Governos e Prefeitos, colocando tropas de choques nas fronteiras de suas cidades, para evitar que o êxodo rural continue acontecendo desta forma; o latifúndio impunemente escorregando do campo milhões de deserdados desse sistema — e é aqui que faço um apelo especial a V. Ex^a, Presidente desta Comissão, e a todos meus companheiros de Bancada de Brasília, para que lutemos a fim de incluir Brasília, o Distrito Federal, no Plano Nacional de Reforma Agrária, uma vez que foi considerado pelo Governo que Brasília não tem problema de concentração de terras quando as estatísticas demonstram exatamente o contrário.

Creio que chegamos a uma situação de fato consumado, em que as partes, todos nós, estamos debatendo, ouvindo, tentando chegar ao encontro de uma solução, um decisão que venha a superar a gravidade da situação. O que ouvi falar algumas vezes — aliás, repetidas vezes — foi o problema da apresentação de alternativas para a decisão que foi tomada pelo Governo do Distrito Federal. E aqui eu gostaria de retomar o ponto que foi levantado pelo ilustre colega Deputado Sigmaringa Seixas, e creio que estão presentes as pessoas envolvidas na elaboração deste projeto, tais como a Dra. Vera e seus companheiros do Departamento de Arquitetura da Universidade de Brasília, que apresentaram ao Governo uma alternativa possível que não fosse aquela da remoção a qualquer preço. E esse ponto, podemos dizer, que é uma alternativa concreta, gostaria de saber dos Srs. Secretários aqui presentes qual seria essa alternativa e por que foi considerada inviável pelo Governo? E diante da situação consumada, porque, a paróquia do Padre Horta está lá apinhada de pessoas, acarretando proble-

mas para aquela paróquia e com a responsabilidade do Governo nessa questão existe alguma perspectiva dessa alternativa que foi apresentada, num passado recente, de ser novamente analisada e quem sabe implementada? Esta a questão que deixo aos Srs. Secretários.

O SR. ADOLFO LOPES — Nobre Deputado, inicio respondendo e naturalmente o meu colega Carlos Magalhães também pode fazer apreciações a respeito.

Na verdade, ainda hoje, estivemos, por volta das 15 horas, reunidos com o Padre Horta, com o Padre Virgílio, com o próprio Bispo Dom Ávila, que chegou um pouco depois, e com segmentos que estão rigorosamente envolvidos nesse circuito e ficou decidido que amanhã, por volta das nove horas, um ônibus sairá da Secretaria de Serviços Sociais, depois de passar pela paróquia levando representantes dos moradores e também representantes da Comissão de Justiça e Paz da Igreja para que sigamos até Brasília, de vez que uma nova doação de 200 lotes foi feita pelo Prefeito Ademar Alves. Esse fato é novo e entendemos seja interessante, já que a comunidade a que pertence este pessoal, metade está na cidade de Brasília. Esta é uma providência que será imediata e amanhã mesmo vamos conversar com o Prefeito Ademar Alves para ver se é possível, enquanto não se levantar a residência provisória ou definitiva, a permanência deles em locais dentro da própria cidade. Posso adiantar que há um cinema antigo, e que não foi ainda acondicionado, que poderá prestar esse tipo de colaboração.

A Secretaria de Serviços Sociais e a Fundação do Serviço Social estão também, neste momento, vendo a possibilidade do auxílio social para a permanência enquanto existir o impasse. Esta é uma colocação que faço porque também é um fato novo.

Quanto ao primeiro aspecto, eu gostaria de ouvir o brilhante arquiteto, por demais conhecido, amigo de Niemeyer, que é o nosso colega Carlos Magalhães. Amanhã, na comitiva, a UnB, através de um engenheiro convidado pelo Padre Virgílio, o que nos deu muito prazer, estará conosco; dois engenheiros da Sociedade Habitacional de Interesse Social, cedidos pelo colega Benedito, também nos acompanhão. Portanto, há um esforço de forma integrada para não só aprimorarmos, mas também avaliarmos toda essa questão em razão do problema da SQN 110. Pode ser que todos cresçamos dentro desse episódio.

O SR. CARLOS MAGALHÃES — Sr. Deputado, não conheço o projeto da Universidade. Não sei nem se é de residências, casas, lotes, residências individuais ou habitação coletiva. Só acredito na seriedade da busca para uma solução do problema habitacional com habitações coletivas. Fora daí estaremos trabalhando para as grandes empresas que farão o asfalto, o meio-fio, calçadas, em detrimento da qualidade de vida das pessoas que ali irão habitar. É um processo que vai em direção das grandes firmas. Não iremos direcionar corretamente os recursos para a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas que habitarão esses grandes conjuntos. Todo o País deve encarar seriamente o problema habitacional, a habitação coletiva. Esse negócio de casinhas não constitui, a meu ver, solução para um problema habitacional da magnitude do de Brasília, ou seja, de

120 mil residências. Não conheço o projeto. Pode até ser o ovo de Colombo. Gostaria de conhecê-lo. Li nos jornais que há uma pesquisa de material mais barato. Mas tenho a impressão de que não é essa a solução. A seriedade na condução do problema habitacional passa pela habitação coletiva; disso tenho certeza.

O SR. AUGUSTO CARVALHO — Sr. Presidente, pensei que os secretários poderiam nos informar a respeito do estudo da viabilidade desse projeto. Também desconheço se a solução é a construção de casinhas. Gostaria de solicitar a V. Ex^a que fosse dada prioridade a que alguém, vinculado à elaboração do projeto, nos informasse a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Pois não. Isso será feito posteriormente.

O SR. CARLOS MAGALHÃES — Pode ser que se descubra algo novo. Fazendo casas, pode-se descobrir a solução e exportar isso para os países que, há muito tempo, trabalham na habitação coletiva como meio de enfrentar o problema habitacional.

O SR. AUGUSTO CARVALHO — Só estranho que tenha chegado ao Governo e não às mãos de V. Ex^a.

O SR. CARLOS MAGALHÃES — Pode ser que tenha sido encaminhado erradamente para outro lugar, ao invés da Secretaria de Viação e Obras, que é quem trata do assunto.

O SR. ADOLFO LOPES — À guisa de complementação e de esclarecimento, diria que devemos ter critérios, sem dúvida alguma. Foi anunciado pelo ilustre Deputado Sigmaringa Seixas, que lembrou o episódio, o local rural em Alexandre Gusmão. Esta hipótese, em nenhum momento, foi oficializada. Seria um absurdo, depois de sessenta dias dizendo-se que não havia alternativa dentro do Distrito Federal, de repente oferecer-se, com um privilégio odioso portanto, aos remanescentes da 110 essa alternativa.

Por outro lado, entendo que existe hoje apenas uma forma de se obter um lote ou uma casa dentro do Distrito Federal: através da inscrição no Cadastro da Sociedade Habitacional de Interesse Social — SHIS. A não ser que a pessoa seja rica e compre de particular para particular, não vejo outra alternativa. Fora disso, corremos o risco de premiar famílias recém-chegadas a Brasília, quando sabemos que há muitos que estão aqui há 30 anos e que ainda não conseguiram um lugar ao sol, ou seja, que ainda vivem de aluguel.

Essas preocupações já foram bem realçadas. Elas devem ser vistas como parte do critério a ser adotado. A alternativa do entorno, repito, significa talvez um milímetro de dignidade a mais do que morar no que não é seu e numa ausência de dignidade.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Esperando que o ilustre Deputado Valmir Campelo e a ilustre Deputada Márcia Kubitschek não fiquem zangados, passo a palavra ao Deputado Jofran Frejat.

O SR. JOFRAN FREJAT — Agradeço ao Sr. Presidente e aos Srs. Secretários.

Mais uma vez, constatamos que, através desse fato consumado, estamos correndo atrás dos efei-

tos. A transferência dessa população para um loteamento em Brasilinha representou correr atrás do efeito de ter permitido uma invasão.

O favelamento em várias áreas do Distrito Federal também demonstra que estamos correndo atrás dos efeitos. Estou muito à vontade para dizer isto, porque tanto crítico como elogio o Governo do Distrito Federal no momento em que erra ou acerta. Tal como os governos passados, o atual também está correndo atrás dos efeitos de uma política que vem-se revelando errada há muito tempo.

Ora, todos sabemos que Brasília é uma cidade administrativa em sua essência, construída para 500 mil habitantes. Evidentemente, se ela atinge um milhão e setecentos mil habitantes hoje e supõe-se que vá atingir quatro milhões de habitantes no ano 2000, qualquer tentativa de solução aqui dentro será em busca de solucionar efeitos e não resolver as causas. Isso me parece um ponto pacífico. Estou também muito à vontade para fazer isto e repito, porque em 1979, quando assumi a Secretaria de Saúde, e tínhamos um milhão e duzentos mil habitantes aqui no Distrito Federal, eu já chamava atenção para o fato de que tínhamos uma plethora de habitantes na nossa cidade em que os equipamentos tanto de Educação, quanto de saúde, como a gravíssima questão do emprego, teriam que ter outro enfoque diferente daquele que estavam tendo. Em outras palavras, como empregar o excedente de pessoas que aqui estavam vivendo, se a cidade não foi criada para isto? Evidentemente que Brasília, naquela época, já se mostrava como excelente laboratório para a verificação desse fato. Constituia sendo uma cidade foco de uma migração permanente. E nenhuma providência foi tomada neste sentido, ou sejam a grande solução que seria a reforma agrária, mencionada aqui por outros Colegas, no sentido de assentar o local onde o indivíduo é feliz, onde tem a sua família, os seus amigos, a sua recreação com os mecanismos eficientes para que ele ficasse na terra. Ele sai de um local onde é relativamente feliz, para ser infeliz aqui em uma favela no Distrito Federal, Rio de Janeiro, em São Paulo, ou em qualquer outro lugar.

Já àquela época — agrada-me muito ouvir isto do Sr. Secretário de Viação e Obras — já advogava o desenvolvimento de pólos industriais no Entorno de Brasília e mesmo dentro de Brasília, próximos às cidades satélites, para que não houvesse razão para que as pessoas tivessem de ser transportadas das cidades satélites para o centro da cidade.

Comecei a fazer essa política também, quando da execução dos centros de saúde, colocando os funcionários da Fundação Hospitalar para viverem próximos do local onde trabalhavam para diminuir um pouco o desperdício econômico daquela época, e também com postos de saúde rurais, mostrando que, na área rural podia-se fazer assentamento com um mínimo de eficiência, com uma escola, um posto de saúde, etc.

De forma que, independentemente das questões que aqui se queiram tratar, de quem tem ou não razão, o povo tem razão de buscar a melhoria de sua condição de vida, e o Governo tem obrigação de preservar um mínimo de condição de vida para a população das cidades ou de qualquer lugar. E aí se estabelece um choque de posições e de opiniões, uns buscando a alegria

pessoal, a satisfação pessoal e de sua família, que não encontraram onde residiam, e outros buscando manter a sua felicidade e alegria pessoal nos locais onde residem aqui nas grandes cidades. Esse choque virá fatalmente em todos os setores da vida urbana nacional, que hoje representa praticamente 70% da nossa população.

É preciso encontrar uma solução. Não interessa se isto passará pelos políticos, se passará pelos secretários, se passará pelo Governo, se passará pela Igreja, por onde passará. Tem que passar por uma mudança de mentalidade da sociedade. A sociedade como um todo, que é a maior responsável por toda essa violência social, independentemente de violência do ato da remoção, que é uma violência local. Temos uma violência nacional contra a dignidade da pessoa humana muito mais importante do que a violência local da retirada dessa gente.

Sinto-me muito satisfeito de ver que se busca encontrar uma solução, mas uma solução real, através da criação de locais de trabalho, de locais de desenvolvimento para dar a essa gente o elemento essencial da sua sobrevivência, que é o trabalho. Nenhuma política paternalista, nenhuma política paternalista — repito — de dar leite, de dar pão, de dar moradia de graça resolve o problema nacional. Nenhuma! É preciso que se dê ao homem a dignidade, o respeito próprio que ele quer ter para ter a sua moradia, para ter o seu alimento, para ter o seu trabalho ganho com o suor do seu rosto e poder chegar em casa sem a vergonha de dizer para a mulher que ele recebeu um litro de leite de graça, sem a vergonha de ter que dizer para os seus filhos que ele não é capaz de manter o sustento de sua família.

Quando ouço de V. Ex^a a preocupação em encontrar uma solução social de que V. Ex^a também é vítima, V. Ex^a é vítima porque está correndo atrás dos efeitos. V. Ex^a não teve condição de cuidar das causas, tal é o volume dos efeitos que assomam dentro da Secretaria de V. Ex^a e dentro do Governo como um todo. Todo o social hoje está sendo cobrado. Por quê? Porque o Governo continua acreditando que investimento na área econômica é mais importante do que investimento na área social. E quando se parte de uma premissa errada, começa-se a encontrar em todas as fases do desenvolvimento e do raciocínio dessa premissa o erro estabelecido como está agora.

V. Ex^a é tão vítima quanto os favelados; embora V. Ex^a esteja em boas condições de saúde, moradia e vestuário, é uma vítima da agressão, para quem o conhece dada a sua espiritualidade, o seu pensamento, o seu amor à criatura humana. E, estendo esse raciocínio também ao Secretário Carlos Magalhães que mostra, através da sensibilidade da real necessidade de se desenvolverem pólos industriais na área do Entorno do Distrito Federal e no próprio Distrito Federal, a sua preocupação para que o homem tenha dignidade de ganhar com o suor do seu rosto o pão de cada dia. De forma que não vou entrar no detalhe da violência nem do erro da retirada de uma favela. É uma violência e é um erro, mas erro maior foi permitir que essas pessoas se favelassem. E aí que nós temos que buscar a cura. Não através da necessidade de uma cirurgia, mas através da vacinação do sofrimento dessa gente dando-lhes condição para que não adquiram a doença social. Por isso não vou fazer crítica. Não vou fazer crítica

porque V. Ex* foram obrigados a tomar as provisões dolorosas, que agrediram ainda mais o sofrimento dessa gente. Mas quando se apresenta aqui uma proposta de trabalho, que procura restabelecer condições para que o homem possa sustentar a si e sua família, tenho que me congratular com V. Ex*; pois dentro do próprio erro de ter que cuidar dos efeitos, estão buscando uma solução para as causas.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Confesso que estou aqui para conduzir os trabalhos, mas diante da colocação do Deputado Jofran Frejat não posso deixar de dizer que também estive lá. E vi naquela manhã das sete às 13 horas um silêncio perturbador. Aquele silêncio falou-me como se eu estivesse participando integralmente daquilo e a mim mesmo pedi desculpas por não ter feito alguma coisa antes. Aquele silêncio era como que uma condenação para todos nós, porque ali estava e estará a família brasileira. Apenas queria me posicionar. (Palmas.)

Deputado Valmir Campelo, V. Ex* permite que a Deputada Márcia Kubitschek fale antes de V. Ex?

O SR. VALMIR CAMPELO — Com o maior prazer.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Muito obrigado.

A SRA. MÁRCIA KUBITSCHEK — Quero apenas dizer algumas poucas palavras, devido ao avançado da hora e há muitos ainda para falar. Mas, como muitos deram aqui seus testemunhos sobre esses acontecimentos que precederam a remoção da 110 Norte, eu gostaria de dar o meu testemunho em relação a uma pessoa que considero, hoje em dia, não somente como um amigo, mas uma pessoa que admiro, que é o nosso Secretário de Assuntos Sociais, Dr. Adolfo Lopes.

Vinte ou trinta dias antes, não me lembro exatamente, encontrei-me com o Dr. Adolfo Lopes num almoço na Ceilândia, num albergue absolutamente rudimentar, para crianças carentes. Tanto S. S* quanto eu lá comparecemos para dar o nosso apoio àquele grupo comunitário. Ela estava-nos unicamente por amor ao que estava sendo feito. Sentamo-nos juntos numa mesa onde fomos muito bem servidos por toda aquela gente pobre, que realmente estava querendo fazer algo de bom para aquela comunidade. E o Sr. Secretário contou-me todo seu plano sobre Brasilinha e sobre as outras comunidades do Entorno, que estava procurando fazer com que se integrassem dentro dessa ação do GDF para a remoção pacífica dessas invasões e para que a essas pessoas moradoras dessas invasões fosse dada, pelo menos a longo prazo, melhor condição de vida, de dignidade humana e tudo isso.

Fiquei profundamente impressionada com o que o Sr. Secretário estava dizendo e congratulei-me com S. S*. E voltei a falar com S. S* mais tarde, inclusive depois da remoção da 110 Norte, porque eu queria dizer a S. S* que, de uma certa forma a ação de S. S* tinha sido válida, que S. S* poderia ficar feliz porque vieram me procurar em meu gabinete, livremente, sem nenhuma forma de coerção, pessoas de uma outra invasão do Plano Piloto que gostariam de ser removidos da maneira como aquelas primeiras famílias da

110 Norte o foram. Levei esse grupo de pessoas ao Secretário e S. S* atendeu-nos maravilhosamente bem e essas pessoas, por livre e espontânea vontade, estão sendo removidas para uma área fora do Distrito Federal, mas na região do Entorno nos mesmos moldes das famílias que foram removidas da 110 Norte, no princípio do trabalho do Sr. Secretário, que já vem de longa data.

Quero dizer que não é verdade, que essa remoção tenha sido decidida de um dia para outro. Estou escutando o Secretário de Viação e Obras e o Secretário de Serviços Gerais falarem dessa remoção há muito tempo. Então, não é verdade, no meu entender, que o Governo do Distrito Federal tenha dado 24 horas para a remoção dessa gente. Ao contrário, trinta dias antes o Sr. Secretário Adolfo Lopes conversou comigo em Ceilândia e já me falou de todos os seus planos e me falou de todo seu trabalho de persuasão e de conversa com todos os moradores da 110 Norte.

Então, à bem da verdade, como todos estão dizendo aqui que a verdade tem que ser estabelecida, a bem da verdade temos, também, que estabelecer que, absolutamente essa remoção não se deu em 24 nem em 48 horas.

Foi dado a entender que isso teria acontecido, pelo menos foi o que entendi, mas quero apenas... que foi essa conversa que tive com o meu amigo, o Dr. Adolfo Lopes, na Ceilândia, 20 ou 30 dias antes — não me lembro bem — da remoção. Quanto à afirmação de que é uma violência ou uma falta de caridade o fato de essas famílias serem levadas para fora do Distrito Federal, todos nós sabemos que foi por absoluta necessidade, devido ao tamanho do Distrito Federal que dispõe de uma pequena área. Do Quadrilátero Cruls que, na realidade, foi determinada para ser o Distrito Federal, no princípio, quando Juscelino Kubitschek começou a construção desta cidade, quilômetros quadrados em torno de Brasília tiveram que ser abandonados para poder tornar esta cidade uma realidade. Se ele tivesse permanecido com aquilo que a Comissão Cruls determinou em primeiro lugar, ele não poderia ter feito Brasília, e ele fez Brasília. O importante é fazermos algo, porque é muito fácil criticarmos. Uma vez ouvi de papai essa famosa frase, quando muita gente chegava para ele e dizia: "Mas, Presidente, é isto... Presidente, é aquilo... porque isto está errado, aquilo está errado..." E ele dizia: "Está muito bem. Eu concordo. Está tudo errado. Agora, você me dê a solução". Aonde é que está a solução? É muito fácil criticar mas é muito difícil fazer.

Papai fez e V. S* Dr. Adolfo Lopes, também esta fazendo, congratulando-me com V. S* e com o Dr. Carlos Magalhães mas, principalmente, com V. S*, pela sua paciência e pelo seu trabalho e pelo que vi nos olhos e nos seu coração, naquela conversa que tivemos. Acreditei profundamente em V. S* e duvido que alguém que tenha conversado com V. S*, da maneira como conversamos naquele dia, não acredite em V. S* — V. S* está tentando fazer um trabalho positivo em Brasilinha, em Gíassol, no Entorno de Brasília. E, por que, e Entorno de Brasília, não é digno de ser moradia? por que não? Brasília não foi apenas construída para ser a nova Capital do Brasil. Brasília, segundo as idéias de Juscelino Kubitschek, foi construída para ser a ponta de lança do desenvolvimento do Centro-Oeste. E todos nós, aqui, pioneiros co-

mo o Senador Pompeu de Sousa sabemos, perfeitamente, que Brasília foi construída com a idéia de povoar o Centro-Oeste, de fazer com que o Centro-Oeste se tornasse, realmente, o celeiro e o pólo de desenvolvimento de que Nação precisava.

O SR. POMPEU DE SOUSA — É trampolim para conquistas....

A SRA. MÁRCIA KUBITSCHEK — Exatamente, é a ponta de lança, e por que não fazermos aquilo que o fundador de Brasília queria — exatamente isto — a conquista do Centro-Oeste, o desenvolvimento do Centro-Oeste, assentarmos esse povo no Centro-Oeste, na região do Entorno, na região geofísica de Brasília? Por que não é viável, por que não é digno? Por que não? O que há de melhor em termos de dignidade humana, morar no Distrito Federal ou morar no Entorno de Brasília, se nós dermos a essas pessoas as qualidades de vida que elas precisam ter, não somente em Brasília mas, também, no Entorno de Brasília, na Região geofísica de Brasília e no Centro-Oeste? Essa era a idéia de Brasília.

Eu mesma disse que é muito fácil criticar e é muito difícil fazer. Infelizmente, nós não somos executivos. Executivos são os Srs., mas nós somos Assembléia Nacional Constituinte. Dentro desta Assembléia Nacional Constituinte, nós precisamos, pelo menos, ter idéias, idéias novas, porque se não ficarmos aqui discutindo o óbvio. Eu propus, junto com a Bancada de Góias, numa ação em conjunto, uma emenda que espero seja aprovada até o fim da Constituinte. É uma região cujo nome seria Área Integrada do Planalto Central, que comportaria o Distrito Federal. Deve-se dizer, também, para sermos absolutamente verdadeiros, que o Distrito Federal não pode se expandir mais no seu entorno, porque o Governo do Estado de Góias não permite uma vez, que não quer que o seu território, evidentemente, seja absorvido pelo Distrito Federal.

Então, a única solução que temos é exatamente esta: integrarmos esta área. Foi isso que propus em conjunto com a Bancada do Estado de Góias: uma área integrada que comportasse o Distrito Federal, a região do entorno de Brasília, sua região geofísica, não somente de Góias, mas também do Estado de Minas Gerais, e que essa fosse uma região que tivesse um plano de desenvolvimento industrial em comum, sem que sua soberania política fosse transferida de uma área para outra, ou melhor, os goianos permanecem goianos, os mineiros permanecem mineiros e os brasilienses permanecem brasilienses.

Existe uma ação integrada, inclusive um Fundo de Desenvolvimento Integrado do qual faria parte do Imposto de Renda arrecadado nessas regiões, que seria todo ele — vamos dizer assim — carreado para esse Fundo de Desenvolvimento Integrado dessa região.

Esta é, a meu ver, a única solução para o futuro desta região. Pode ser, inclusive, que eu esteja enganada, não sou dona da verdade, ninguém é, mas a mim me parece que seria uma boa solução. Parece-me que o que os Srs. estão tentando fazer é, mais ou menos, o primeiro passo para essa solução global da região geofísica do Planalto Central.

Era só isto que queria dizer. Muito obrigada a todos os meus colegas por me terem ouvido.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Valmir Campelo.

O SR. VALMIR CAMPELO — Sr. Presidente, Senador Meira Filho, Colegas Constituintes, Srs. Secretários, minhas Srs* e meus Srs.:

Na sexta-feira passada, fiz um pronunciamento, na Assembléia Nacional Constituinte, quando disse na ocasião que um dos maiores problemas nossos hoje, no Brasil, é questão urbana: 90 milhões de brasileiros vivem nas grandes cidades, enquanto 45 milhões vivem em condições subumanas, na mais profunda miséria, numa promiscuidade terrível, pela qual o Estado é o responsável. Esta é uma das questões, um dos problemas que realmente me impressionam e fazem com que eu tenha uma reflexão cada vez maior.

Acho que o maior problema do brasileiro, hoje, se resume apenas em uma palavra: miséria. Este é um dos pontos que todos nós temos que lutar, para que o povo brasileiro possa ter melhores condições de vida, porque, fazendo isto, estamos defendendo a própria vida, estamos valorizando a pessoa humana, estamos dignificando-a.

Sr. Presidente, estou em Brasília há vinte e cinco anos — como V. Ex* sabe — somos, portanto, pioneiros. Passei nove anos na Fundação do Serviço Social, onde comecei como office-boy e cheguei a Diretor daquela entidade. Exerci, praticamente, todas as funções dentro daquele órgão, com exceção das funções técnicas e de Diretor-Executivo. Fiz um estágio na Fundação do Serviço Social e conheço, portanto, os problemas sociais de Brasília, pela prática vivenciada não só na Fundação do Serviço Social, mas também como administrador que fui de três cidades, durante 15 (quinze) anos. E durante todo esse período, Sr. Presidente, nós trabalhamos exatamente tentando amenizar os problemas sociais de Brasília, que já vêm, portanto, de muito tempo, porque, em 1962/3/4, já existiam as invasões em Brasília. Mas nós também fizemos a nossa parte, como hoje os Srs. Secretários estão fazendo, estão tentando a parte deles. Como administrador fizemos remoções, demos condições, no Gama, do famoso "inferninho"; em Taguatinga, formos responsáveis pela coordenação de 2.800 famílias que residiam nas invasões, em Ponte Alta, em Córrego de Baixo, no Chaparral e na Vila Maestro, que eram bem conhecidas por toda Brasília.

Mas, Sr. Presidente, eu acho e concordo que nós temos que dar sugestões, alternativas que os nossos executivos possam pôr em prática, desde que elas sejam aceitáveis pela sociedade. Eu acredito que, por isso é que nós temos aqui a presença de vários líderes comunitários da nossa sociedade. Eu tenho uma alternativa, eu tenho uma sugestão a dar. Acho que foi muito bem colocado aqui, por vários parlamentares, de que um dos problemas mais sérios é exatamente o que diz respeito à fiscalização. Nós não podemos permitir o inchaço, porque nós sabemos que, diante das dificuldades, que são tantas, do brasileiro pela falta de habitação, que é o problema mais sério de Brasília — os dois maiores problemas são habitação e trabalho, mas, nós sabemos também que, no meio, existem alguns que são os testas-de-ferro, que são os incentivadores das invasões, pois é uma fábrica a invasão em Brasília. Digo isso de cadeira porque conheço, como disse anteriormente. Mas a fiscalização é tudo para evitar o inchaço, as novas invasões.

Sr. Presidente, o que eu tenho a propor — e serei objetivo, pelo adiantado da hora —, seria a implantação, que já está prevista em lei, a 4.545, da RA-1 para o Plano Piloto. A implantação desta região administrativa e por certo, além de fazer a fiscalização, iria cuidar também da parte de postura de Brasília, da parte da manutenção do patrimônio público de Brasília e das obras complementares, hoje, do Plano Piloto. Também gostaria de sugerir ao eminente Secretário de Viação e Obras, Dr. Carlos Magalhães, uma pessoa sensível aos problemas de Brasília, conchedor também, é muito, quando aqui esteve, no início de Brasília, por muitos anos, e que acompanhou o crescimento desta cidade, bem como ao Dr. Adolfo Lopes, que eu conheço há vinte e cinco anos, homem também sensível aos problemas de Brasília, que nós talvez pudéssemos, com a implantação da RA-1, que já existe em lei um decreto governamental, porque já existe através da Lei nº 4.545, eliminar, no bom sentido, todas as invasões de Brasília, estudando a viabilidade, a possibilidade da antiga CIDASP, nas imediações de Taguatinga — já existe uma boa parte de infra-estrutura — absorver todo o pessoal que reside, hoje, nas invasões de Brasília. Seria mais dignificante, seria valorizar a pessoa humana, estariamos atendendo a uma comunidade que hoje reside num universo bastante significativo, bastante elevado e estariamos, também, fixando estas pessoas nos locais próximos dos seus trabalhos e de duas cidades que se encontram, hoje, em amplo desenvolvimento, que são as cidades de Taguatinga e Ceilândia, e também muito próximo do Plano Piloto.

A sugestão que faço, portanto, seria a criação da RA-1 e a viabilidade, o estudo de absorver as invasões — não só uma única invasão — do Plano Piloto, de um modo geral, na antiga SIDASP, que é uma cidade que foi planejada pelo DASP e desprezada por aquela entidade, quando já existe grande parte implantada, principalmente galerias de águas pluviais, naquela área.

Pediria também que um antigo projeto, que existe nas imediações, o DIPA — Distrito Industrial de Ponta Alta, pudesse ser examinada exatamente dentro da filosofia do Secretário, da ampliação das indústrias não-poluentes em Brasília, para absorver melhor esta mão-de-obra ociosa no Distrito Federal.

Não estou aqui para fazer nenhuma crítica contundente a nenhum órgão, nenhum técnico, nenhum Secretário de Estado, nem tampouco nenhuma autoridade, mas, sim, procurando encontrar soluções para amenizar o sofrimento do povo sofrido, principalmente deste povo que hoje reside nas invasões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Uma vez que estamos aqui em busca de soluções, a colocação do Deputado Valmir Campelo, no meu entender, deverá ser respondida de imediato pelo Secretário Carlos Magalhães.

O SR. CARLOS MAGALHÃES — Com relação à absorção dessas invasões do Plano Piloto pela SIDASP, tenho a impressão de que o assunto tem que ser muito discutido, por causa dos inquilinos e moradores de fundo de quintal da Ceilândia e mesmo de Taguatinga, que têm como meta de moradia, no futuro, o assentamento que englo-

ba Samambaia e SIDASP, uma vez que a SIDASP, hoje, está encrustada na Samambaia, e esperando a solução desse problema que V. Ex* colocou, que é a instalação da infra-estrutura, pois o DASP pagou e o Governo do Distrito Federal terá uma solução para regularizar isso e incluir na cidade de Samambaia.

O Governo do Distrito Federal, no seu programa habitacional, inclui um trecho grande de Samambaia. A NOVACAP, com recursos da TERRACAP, está implantando vias, fazendo serviço de água pluvial para que a Secretaria de Habitação possa começar a construção em torno de 7 mil unidades residenciais.

Tenho a impressão, à primeira vista, que colocar as invasões do Plano Piloto e Samambaia na SIDASP seria deixar para trás os moradores que se sacrificam e pagam aluguel naqueles barracos de fundo de quintal, que V. Ex* tão bem conhece, uma vez que administrou esta cidade, em benefício dos outros que tentam uma solução de confronto com o governo.

O Distrito Industrial de Ponta Alta está dentro deste programa de industrialização. A criação da RA-1 é uma coisa que o Governo vai decidir a qualquer momento, pois já vem há mais tempo sendo pensada.

Com relação à instalação dessas invasões na SIDASP, é um assunto que ainda tem que ser muito discutido e debatido, para não criar frustrações maiores, que talvez crée problemas maiores.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Diante da colocação do Deputado Valmir Campelo, parodiando o próprio Presidente da República, "estamos começando a ver o fundo do túnel".

Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Campos.

O SR. GERALDO CAMPOS — Sr. Presidente, Srs. Secretários, Carlos Magalhães da Silveira, Adolfo Lopes e Benedito Domingos, Sr. Senador Pompeu de Souza Brasil, Srs. Deputados Augusto Carvalho, Márcia Kubitschek, meus colegas Constituintes, minhas Srs* e meus Srs.:

Acho que a apreciação feita nesta reunião é a continuação de muitas outras onde já se discutia o problema da habitação no Distrito Federal. É importante notar que talvez nenhum problema habitacional tenha sido discutido como o da invasão da 110 Norte. Se tivesse sido resolvido de maneira mais conveniente, seguramente não teria merecido tanta discussão, tanto espaço na imprensa, como tem ocorrido. Acredito eu que o problema que enfrentamos em Brasília, quanto à habitação, é parte do problema que aflige o nosso País de um modo geral, que agora está sendo discutido e é um dos pontos cruciais da nova Carta: a questão da Reforma Agrária e da Reforma Urbana. Enquanto nós não dermos solução geral ao problema, através dessas duas reformas reclamadas, debatidas e preconizadas para constarem do texto da nova Constituição, seguramente as invasões continuarão ocorrendo. Nós devemos estar preparados para buscar solução para esse problema, mas sem a Reforma Agrária e a Reforma Urbana, nós nunca teremos uma solução que se aproxime do sentido terminal mais definitivo, uma solução capaz de pôr um ponto final a esse problema.

Nós somos, sabidamente, um dos povos de maior concentração de riqueza, que se faz não

apenas em dinheiro, mas principalmente em forma de solo rural e solo urbano. E essa desigualdade na concentração dessa riqueza está na base do problema das invasões, pois discutir só invasões não nos levará seguramente à solução. Acho que comporta discutir a má aplicação dos dinheiros públicos. Recentemente nos mostraram a Ferrovia do Aço, onde pilastres imensas que suportarão, em um futuro sabe Deus quando, uma ferrovia, e a informação que nós terá dada era a de que em cada pilha daquelas, se havia gasto cimento suficiente para se construir edifícios de várias dezenas de andares. Não há apenas esse exemplo, pois as verbas gastos na Transamazônica, em grande parte perdidas pela falta de planejamento, nas estradas construídas como a Perimetral Norte, que ninguém ouviu dizer até hoje do resultado concreto, etc. É essa malversação do dinheiro público, que não é aplicado objetivando conseguir solução para o homem, porque é feita em nome do desenvolvimento, mas um desenvolvimento que não leva em conta o homem. Nós sabemos — e já sabíamos antes — que o maior problema do Distrito Federal, hoje, acima e antes de qualquer um outro, é a questão habitacional, pois mais de cem mil famílias residem em invasões, debaixo de viadutos ou em fundo de quintal, como foi dito.

Claro que nós entendemos que o Governo tem que tomar uma posição. E eu que conheço Carlos Magalhães da Silveira há quase 30 (trinta) anos, o sei incapaz de conduzir para a violência, para o massacre, a população mais carente, mais pobre, e mesmo miserável.

Acho que, de todos os debates que temos feito, há que se encontrar uma solução mais humana para o problema dos invasores. Consta que existem 40 e tantas favelas ainda, e que é propósito removê-las.

Nós temos que buscar uma solução para essas invasões, porque estou aqui há quase 30 (trinta) anos e Dimas e Matias fundaram-se em Taguatinga com invasão, foi assim que começaram.

A Ceilândia é formada de invasores.

O SR. POMPEU DE SOUSA — E até no nome: Cei — Comissão de Erradicação de Invasões — daí o nome Ceilândia.

O SR. GERALDO CAMPOS — Nós, então, não estamos pedindo que não haja vigilância, que não se procure, inclusive, mudá-las, mas que se discuta e se procure equacionar, por antecipação — e aqui ouvimos sugestões como a do Deputado Valmir Câmpelo Bezerra — para se buscar, por antecipação, as formas ao plano de expansão de Lúcio Costa — expansão do Plano Piloto.

Há o projeto de construção de unidades habitacionais populares. Junta-se a isso, que não basta construir habitação, porque há que ter alguém com poder econômico suficiente para pagá-la — a industrialização é parte integrante da solução.

O que reivindicamos é que esse estudo seja discutido antes de se começar a erradicação das 42 ou 44 invasões, para que, antecipadamente, se discutam as soluções e que possamos evitar que as novas remoções impliquem novos problemas iguais a esses.

Compreendo o problema da Igreja, quando ofereceu abrigo. Acho até que ela cresceu no meu conceito, com a atitude que tomou, e sei que não é só aqui. A Igreja Católica, em Belo Horizonte,

agora, ofereceu os espaços de que dispunha para tentar abrigar até que a solução surgisse, mesmo porque não são soluções definitivas.

Creio que o Conselho de Justiça e Paz está procurando ajudar no encaminhamento dessas soluções.

Eu não tive oportunidade de estar presente, como outros companheiros que aqui já depuseram, mas creio que, antes de iniciar a remoção da invasão, que a solução não é por esses que oferecem os lotes. Sabemos que isso parte do sentido da gentilharia, da cupidez de ganhar dinheiro, procurando valorizar seus lotes, cedendo uma pequena parcela, a título de caridade, fingidamente, para lucrarem na valorização várias vezes o valor que foi cedido.

Deveremos formar, para cada um desses núcleos, uma comissão que estude e que apresente o projeto para que, quando a remoção for feita, não se ouça como foi dito, aqui, pelo Coronel: "Agora vou tirar de qualquer jeito". Deveremos evitar que se chegue a esse desenlace, a esse ponto crucial, onde se vêem famílias, compostas de meninos, inclusive, cheias de filhos, tratadas quase como gado, porque a solução não foi encontrada antecipadamente.

As várias horas de debates que tivermos aqui, hoje, as anteriores, e possivelmente as que teremos ainda pela frente, haverão de contribuir para que essas soluções, do ponto de vista social, sejam alcançadas.

Não estamos pondo em dúvida os bons propósitos de ninguém, dos companheiros que exercem função executiva, mas a esperança de que a experiência vivida na SQN 110 nos assegure um planejamento antecipado de remoção, que seja menos doloroso e mais humano.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — No início não estabeleci um horário para terminarmos. São 22 horas. Ainda teremos 30 minutos, desde que a paciência dos Srs. Secretários permita. Esperamos que S. Ex* estejam aqui conosco agradavelmente e não obrigatoriamente.

Passo a palavra ao primeiro participante de nossa assembléia, Frei Léonardo Francisco, Favelado de São Paulo.

O SR. SEBASTIÃO RIOS CORREA — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Pois não.

O SR. SEBASTIÃO RIOS CORREA — Corri o requerimento partiu da Comissão, de convocação do Sr. Governador, parece-me que, apesar de não conhecer o regimento da Comissão, que inicialmente se deveria proporcionar oportunidades aos membros da Comissão para que interrogassem as pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Muito bem, mas o Sr. Secretário coloca posição de que a D. Maria tem 70 anos de idade e o Senhor gostaria que ela falasse?

O SR. SECRETÁRIO — Entendo que, por uma deferência, até porque ele nos preparou um material que vai ficar aqui com os Senadores e Deputados. Por todos os títulos, pela colaboração espontânea que ela prestou a esse evento..., pergunto se seria possível ouvir o depoimento de D. Maria do Barro?

O SR. — Primeiramente, eu faria a resposta de uma democracia de partilha da palavra, que falassem apenas cinco minutos, no máximo.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Perfeito. O Sr. concorda?

O SR. SEBASTIÃO RIOS CORREA — Pelo que entendi, acho que eles não falariam. Nós apenas os interpellariam.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Exato, esta foi a intenção primeira de nossa assembléia. Mas o Senhor sabe que, às vezes, o entusiasmo nos leva a esquecer certos compromissos.

Quero tornar a reunião a mais democrática possível. Dona Maria, por favor, a senhora tem cinco minutos.

A SRA. MARIA DO BARRO — Muito boa-noite, eu quero disser a respeito de como começou a 110 Norte, de como começou Brasília. Nós somos uma Fundação de fato e de direito. Não era nosso propósito entrar na 110, porque era apenas constituída de invasores, mas é o nosso propósito aderir à ansiedade do ser humano, que perdeu a sua cidadania no ir e voltar em busca de um pedaço de terra ou de uma moradia. Assim, passei na 110 e presenciei o desespero, desespero de pessoas que não tinham para onde ir e eu me ofereci, independente de consultar o meu grupo, independente do Governo do Distrito Federal, independente dos Srs. Secretários, que estão aqui presentes, eu me ofereci para aqueles que quisessem, eu teria condições de adquirir um terreno, e uma meia dúzia aquiesceu à minha oferta. Era 8 de junho, já de tarde. E, no dia seguinte, saí à procura de uma chácara, de um terreno para onde eu pudesse conduzir aquelas pessoas, um lugar tranquilo onde pudesse criar seus filhos, onde pudesse sobreviver, e fazer uma descoberta no seu futuro.

E, por incrível que pareça, encontrei uma chácara em Brasília. Não me interessava o lugar, porque a teria é feita de gente e de momentos. Encontrando aquela chácara, eu estava quase acertando a aquisição do terreno e me lembrei que aquela cidade tinha um dono, um proprietário, tinha uma autoridade. Dirigi-me àquela autoridade, e ele disse para mim: "A senhora não comprará nenhum terreno aqui, nós vamos doar à sua Fundação terreno suficiente para a senhora colocar as pessoas que querem caminhar, as pessoas que lhe querem seguir".

Voltei novamente à 110, e encontramos pessoas que acadiam, que estavam verdadeiramente desesperadas por um lugar sossegado, tranquilo.

No dia seguinte, procurei a Secretaria de Serviços Sociais e fomos ao Prefeito de Brasília. E ali foi proposto um preparo técnico do terreno que, com o auxílio da Secretaria de Viação e Obras, foi totalmente preparado.

Três mil caminhões de cascalho, um poço artesiano — isso era conveniado com o GDF — a extensão de três salas de aula, um posto médico. E enquanto o poço artesiano não pudesse atingir, porque seriam necessários, talvez, 250m de profundidade, e requeria tempo, foi cedido um caminhão-pipa, que ainda hoje permanece na área.

As famílias foram daqueles barracos terríveis, porque estavam juntas na 110, e um amparava

o outro. Lá, no meio do cerrado, estavam à mercê dos ventos, da poeira e do sol.

A Secretaria de Serviços Sociais atendeu ao nosso apelo e fomos aos órgãos constituidos; fomos ao SENAR, à Secretaria de Mão-de-Obra, ao PNDA, ao SENAI nacional, à LBA. E todos esses órgãos mostraram condições de uma infraestrutura de residências, de uma habitação digna. Mas, havia um ponto requisitado para estudo e para pesquisas e o ser humano não estava preparado para dois ou três meses, atendendo às necessidades ou às exigências dos órgãos federais.

Então, eu me precipitei e fui em busca das empresas, fui em busca da LBA, fui em busca de muitos órgãos e de muitas embaixadas e conseguimos o necessário para uma habitação humilde, onde o homem possa fazer um tijolo e a telha...

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Faltam 30 segundos para o seu tempo, Dona.

A SRA. MARIA DO BARRO — ... onde o homem possa resgatar a memória do seu passado, numa construção simples e artesanal. E aí está Brasília, e aqui estamos nós a discutir. Com 76 anos de idade, estou disposta não somente aos de Brasília, mas àqueles que andam errantes à procura de um lugar, a lutar com eles por um pedaço de chão digno onde eles possam repousar a cabeça. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Muito obrigado, D. Maria, pela obediência ao tempo que foi cronometricamente medido.

Agora o Senhor tem a palavra, 5 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — (Fora do microfone. Inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Ficou estabelecido que seriam 5 minutos para cada um, porque nós temos que encerrar às 10 horas e 30 minutos. Mas, então, em razão disso, o Senhor tem um pouquinho mais de tempo.

O SR. SEBASTIÃO RIOS CORREA — Quando o Senhor Secretário faz referência à terapia ocupacional, ele está considerando essas pessoas lá da 110 como portadoras de doenças físicas ou psíquicas, porque ele falou que o trabalho lá seria uma terapia ocupacional. Terapia ocupacional, parece-me, seria para doenças psiquiátricas.

O SR. ADOLFO LOPES — Para V. Ex^a Para mim, o conceito é outro. Através de uma ocupação podemos perfeitamente redimir o homem.

O SR. SEBASTIÃO RIOS CORREA — V. Ex^a fez referência também à promoção humana. Mas, buscou-se respeitar aquilo que as pessoas entendem que representa a sua promoção ou V. Ex^a que estão escolhendo o que é melhor para aqueles invasores?

O SR. ADOLFO LOPES — Acho que essa pergunta está prejudicada, porque tenho certeza que o Senhor não foi a Brasília ainda. Quando o Senhor for, o Senhor vai perceber que há uma promoção humana.

O SR. SEBASTIÃO RIOS CORREA — Não fui, mas três elementos da Comissão de Justiça e Paz foram e trouxeram depoimentos.

O SR. ADOLFO LOPES — Mas eu queria convidar o Senhor, que me está questionando neste

momento. Por favor, gostaria que o Senhor fosse amanhã comigo.

O SR. SEBASTIÃO RIOS CORREA — Quando o Senhor fala que não houve violência, apesar da contestação que já houve aqui do Deputado Sigmaringá Seixas, indago se aquele aparato policial, se aquela verdadeira operação bética, com cães, helicópteros, cavalos, mais de mil e duzentos soldados, se este simples fato não configura uma grande violência?

O SR. ADOLFO LOPES — Apenas demonstre para o Deputado Sigmaringá, e agora me permita passar a V. Ex^a, que o conceito de violência trabalhado nesse sentido é amplo. É violência também incitar, de certa forma, proteger, para que alguém se mantenha naquilo que não é dele. Então, mostrei que o conceito é amplo. Como é violência também não temos uma programação nacional para cuidarmos do social. É violência sim. É violência também mandar um bilhete de prefeito, mandando alguém para cá sem ter dado a ele a menor informação sobre Brasília. Temos recebido companheiros aqui iludidos, um verdadeiro engodo. Estão achando que a Canaã prometida está aqui. Isso é violência.

O SR. SEBASTIÃO RIOS CORREA — Eu gostaria que o Sr. Secretário declinasse os nomes dessas pessoas que incitaram as pessoas à violência ou então a invadir aqueles terrenos. V. Ex^a fez referência.

O SR. ADOLFO LOPES — Lamento-me a indicar o noticiário que, o tempo todo, foi amplo e transparente para que todos ouçam, através de videotape e dos noticiários: só isso. Estou certo de que cumpri ali uma passagem de paz. Estou certo. A operação convencimento foi uma operação de paz, uma operação nitidamente, inclusiva, humana. Estou certo de que cumpri isso durante 60 (sessenta) dias. E não recebi nenhuma proposta, a não ser passagens de discursos. E acho que, agora, perante o social em Brasília, perante o fenômeno migratório, onde a densidade demográfica carimbou a 272 criaturas por km², só tendo o Rio de Janeiro com 282 acima, é hora de agir. Naquele momento estava agindo, estava realizando uma ação cercado de discursos por todos os lados.

O SR. SEBASTIÃO RIOS CORREA — Eu gostaria de saber do Sr. Secretário, diante da repercussão e das consequências desta remoção, se ele estaria disposto, conforme está noticiado nos jornais, a promover novas remoções antes de estudar cada caso particular?

O SR. ADOLFO LOPES — De jeito nenhum. Entendo que a operação foi feita concomitantemente. Ela não foi agradável, mas foi necessária. Mas entendo que temos que programar, planejar e, acima de tudo, como disse na minha fala, elegermos não só a área e o seu preparo, como depois também as criaturas que queriam — interessante dizer isso — que queriam. Ninguém foi para Brasília obrigado, foi porque assim o desejou. Entendo que, nesse momento, ficou esta lição: primeiro o planejamento, a organização, a programação. Não podemos cometer outra violência. Brasília foi planejada para ter quinhentos mil, no máximo, no ano dois mil, e cometemos a violência de já termos quase dois milhões de habitantes. Não podemos repetir isto.

O SR. SEBASTIÃO RIOS CORREA — V. Ex^a fez referência de que recebeu alguns abaixo-assinados ou requerimentos de pessoas no sentido de que a favela fosse removida. Poderia declinar o nome de empresas ou de pessoas que fizeram este pleito?

O SR. ADOLFO LOPES — Convidado a Comissão de Justiça e Paz, a Igreja e quaisquer outros companheiros, que são também tão dignos quanto todos nós, para que essas próprias pessoas repitam o depoimento delas acerca do episódio da 110. Porque fica perigoso, depois de tudo ocorrido, você exibir situações. Peço que cheguem até aos apartamentos e até às entrequadras para que ouçam de viva voz.

O SR. SEBASTIÃO RIOS CORREA — Sr. Presidente, fiz um pedido, e eu gostaria apenas que ficasse consignada a resposta. Não estou aqui para debater com ninguém. Certo?

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Sem debate.

O SR. SEBASTIÃO RIOS CORREA — Em razão de uma afirmativa que foi feita ontem, quando foi indagado do Sr. Milton Bezerra, proprietário do Girassol, quais seriam as vantagens que ele estaria levando, ele afirmou, então, categoricamente que estava esperando haver um compromisso da Secretaria de colocar cascalhos, construir escola, como também pôr polícia, transporte, água e luz no local. Eu gostaria de saber se houve essa proposta de qualquer órgão do Distrito Federal.

O SR. ADOLFO LOPES — Meu caro Presidente e sensível ex-Juiz, Presidente da Comissão de Justiça e Paz, não temos o direito de inibir as criaturas, quando, dentro das suas possibilidades, desejam servir. Os empresários, vendo tudo o que ocorreu, e em nome do equilíbrio social, fizeram as ofertas. É evidente que tudo aquilo que realizamos em Brasília, teremos que realizar em qualquer local da Prefeitura, de um empresário ou coisa semelhante. Mas, se aqui, neste momento, isso for condenado, porque ele é um empresário, porque está doando isto, compete que avaliemos os prós e os contras. Mas isso foi espontâneo. Em nenhum momento foram convocados a entregá-los. Se há fio de contrapartida, eu diria que o que estamos fazendo em Brasília, também, estamos levando para lá algum lucro social. Até porque molestávamos as criaturas que lá estão se agissem de modo diferente. Temos que provar que houve progresso, que houve dignidade a mais, e até alimentando os parceiros nesse empreendimento. Eu diria até que, durante o período em que muitos passaram fome, alguns banqueiros, que se enriqueceram, poderiam agora dar um tratamento melhor ao vil metal. É uma grande oportunidade.

O SR. SEBASTIÃO RIOS CORREA — Ilusão. Ilusão de V. Ex^a achar que banqueiro vai sempre ficar sensível a esse problema.

O SR. ADOLFO LOPES — Perfeito. Mas quero mostrar que não podemos recusar as ofertas. Até porque foram sinceras e criativas. É isso que quero dizer. Não compete a mim fazer isso. Agora, se a comunidade rechaçar, achar que essa doação é draconiana ou leonina, é evidente que estamos aqui discutindo. A operação não ocorreu. A de Brasília já ocorreu. É um fato consumado.

O SR. SEBASTIÃO RIOS CORREA — O próprio Sr. Secretário fez uma crítica a esses interesses espúrios de empresários. Não lhe parece que estas pessoas estão servindo de objeto a transações ilícitas?

O SR. ADOLFO LOPES — Não. Não vejo assim. Até porque compete a todos nós examinarmos ações e reações. Entendo que, sentindo que todo o aparato que desequilibra o social, a despeito da 8ª economia do mundo, sabemos que os índices são afro-asiáticos no social. E isso pode representar o fim de qualquer empreendimento. Acho até muito interessante, do ponto de vista que você começa a entregar um do que tem ou do muito que possui, em nome do equilíbrio social. Não vejo assim.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Já temos 9 minutos.

O SR. SEBASTIÃO RIOS CORREA — Eu indagaria se a única alternativa, para o assentamento dessas famílias, consiste em removê-las, em deslocá-las para fora de Brasília.

O SR. ADOLFO LOPES — Neste momento, eu diria, em nome do Governo do Distrito Federal, que, a não ser pela sociedade habitacional de interesse social, através do cadastro, considerando um mínimo de 5 anos para essa inscrição, confesso que desconheço qualquer outra alternativa. Não tenho autorização. Durante 60 (sessenta) dias, perguntamos o tempo todo: qual a operação interna? E, o tempo todo, foi dito que ela não existia. Então, de maneira criativa, surgiu essa ideia do entorno.

O SR. SEBASTIÃO RIOS CORREA — Como foi colocado na Comissão de Justiça e Paz, no Departamento de Arquitetura e Urbanismo de Brasília, oferecimento de outras alternativas e, como tudo foi feito no sentido de buscar o entendimento com o GDF, eu gostaria de saber se o Sr. Secretário tem conhecimento, aliás esse fato já foi enunciado pelo Senador Pompeu de Souza, dessas diversas tentativas do Sr. Arcebispo e do Bispo Auxiliar D. Ávila, da Comissão de Justiça e Paz, para esse entendimento, essa conversa, esse diálogo democrático com os órgãos responsáveis...

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Dez minutos.

O SR. ADOLFO LOPES — Tenho conhecimento, louvo a atitude daqueles que buscam integrar a uma forma de solução e que posso adiantar que, do lado governamental, nós não estamos agindo de forma sensata. Apresentamos a nossa proposta. Vamos examinar as outras. Não podemos inibir as contribuições. Mas posso adiantar que, nessa operação, o milímetro de dignidade que apareceu foi essa operação de Brasília. As outras discussões ou ficaram frustradas, por algum motivo, ou elas não tiveram rigorosamente consequência. Isso não invalida que sejam colocadas pela comunidade.

O SR. SEBASTIÃO RIOS CORREA — Apenas porque o Governo do Distrito Federal se fechou a esse diálogo democrático.

O SR. ADOLFO LOPES — Desconheço essa postura.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Terminou o seu tempo.

O SR. SEBASTIÃO RIOS CORREA — Indago se a SHIS é a solução para o caso dessa população de baixa renda, desses miseráveis.

O SR. ADOLFO LOPES — Nós estamos, neste momento, voltando àquela situação dos efeitos. Acho que a SHIS, por mais esforço governamental que se faça, ainda vai ostentar o quadro triste de um déficit habitacional que pode ultrapassar 130 mil habitantes. Cento e trinta mil criaturas e, portanto, moradias. Acho que nós não podemos fazer milagres, mas, rigorosamente, um plano habitacional está sendo desenvolvido e aqui está o meu colega de habitação que pode desenvolver. O que nós precisamos é atacando causas a nível federal, começar a dar dignidade, na origem, a essas criaturas que, completamente tonhas, perdidas e até, de certa forma, desinformadas, caminham para essa região achando que aqui está a solução. Agora, se a moda de armar um barraco na 110 Norte, no coração de Brasília, ou dentro de uma guarita, pegar um e, no outro dia, ser premiado, aconselharia a todos nós, que podemos, pois muitos não podem fazer isso, dentro de no máximo 15 anos, sair daqui. Brasília vai ficar insuportável.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Já terminou o seu tempo.

Muito obrigado.

Um momento, peço a sua paciência só um pouquinho.

Concedo a palavra ao Padre Horta.

O Senhor tem, igual aos outros, 5 minutos.

O SR. PADRE HORTA — Sr. Presidente da Mesa, Srs. Secretários, Ilustres Constituintes, Srs. e Srs., não vim aqui para falar e nem para escutar, nem tampouco julgar e dar soluções. Entrei nesse fato, não houve nenhuma demagogia de minha parte, não fui buscar nenhum favelado na 110 Norte, recebi-os, com surpresa, após a missa das 7 horas, domingo retrasado, quando chegaram, conduzidos pelo Padre Virgílio, em nome da Comissão de Justiça e Paz, e o Dr. Gustavo, que falava em nome do Governo do Distrito Federal. Colocaram-me diante de um fato consumado que não me competia resolver: "Padre, esta é a questão de trinta e cinco famílias ao relento, escorregadas pela polícia, que querem um abrigo, no pátio da igreja, para não apanharem da polícia. Eu fecho o portão e eles ficam aqui dentro". A minha resposta foi essa: no pátio, essa crianças não ficarão. Então, eles me pediram abrigo na igreja e no salão paroquial. Não pude recusar, de maneira alguma. Nunca! Não foi demagogia, mas apenas inspiração de Deus, naquele momento, de estar na Paróquia de Nossa Senhora das Graças à qual pertencem as quadras 109/110. Então, não pude recusar. Fato consumado; abri as portas para eles, com todo meu coração e toda minha alma. Telefonei para o Sr. Arcebispo, que me deu todo o apoio e parabéns pela minha atitude. Estou lá, ajudando os outros a solucionar o problema, a arranjar uma solução. É claro que não posso ficar com eles indefinidamente. A paróquia está sofrendo prejuízos. Eles mesmos sentem, mais do que eu, que têm necessidade de sair. Eles têm mais pressa de sair do que eu de botá-los para fora. Vamos amanhã, como foi dito hoje,

combinar com o Sr. Secretário em companhia de alguns interessados, visitar Brasília. Eles vão ver de perto o que existe lá. Se quiserem, está aberto o caminho para aquelas 110 famílias que estão lá comigo. Eu assumi a responsabilidade por 110 famílias que me procuraram. Os outros não sei onde estão. Portanto, é do meu interesse achar solução para o problema deles. E espero encontrar, porque não é possível continuar permanentemente em nossa paróquia, mas jamais usarei da violência para botá-los para fora. Eles sairão dali para um lugar decente, onde poderão viver, como criaturas humanas, como filhos de Deus e como brasileiros. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — O Senhor pode falar. O padre gastou apenas dois minutos e meio. O Senhor tem cinco minutos também.

O SR. FREILENSE FRANCISCANO — Esse despejo violento, feito pela polícia, no caso da favela da 110 Norte, é apenas um dos milhares de casos, de ponta a ponta neste País, tanto na cidade, quanto no campo. Estou aqui, como favelado da Coordenação Nacional do VII Encontro de Favelados do Brasil. Enquanto não eliminarmos as causas dos efeitos sociais, o exercício do poder ficará eternamente inócuo. E como é da essência do sistema capitalista o lucro, e jamais a pessoa humana, esse mesmo sistema produzirá e reproduzirá eternamente a pobreza e a miséria na exploração do homem pelo homem. Daí, o poder ser exercido pelos que dominam em favor dos donos dos meios de produção, ou seja, os donos das terras. Passo aqui a relatar, como foi dito aqui num depoimento, de um dos favelados da 110 Norte.

"Meus companheiros, estou num leito de hospital, esperando a morte, mas não me separei de vocês. Todos os dias tomo conhecimento do que está acontecendo, estou crente e consciente do perigo de vida que estou correndo. Já conversei com os médicos. Um deles teve a coragem e a sinceridade de me dizer que, talvez, não saia vivo dessa operação. Plenamente consciente, porque não estou doido, estou ditando, palavra por palavra, o que eu penso, ao nosso protetor e amigo; Professor Antunes.

Ele também está jurado de morte por nossos inimigos. Estou ditando na frente de testemunhas, para que não digam que o que está escrito aqui foi por idéia dos outros. Sou semi-analfabeto, mas não sou burro; não sou piolho para ir pela cabeça dos outros. Seja quem for que me dê sugestões e conselhos, primeiro consulto a minha consciência e a minha comunidade. Só, então, decido.

Estou diante da morte e não temo a dor da morte, quanto mais o Sr. José Aparecido. Só peço que, no caso de eu morrer, não deixem o Sr. José Aparecido consumir e esconder o meu corpo, como ele fez com o cadáver da nossa companheira de sofrimento, que teve uma criança de sete meses, no dia da invasão da nossa querida 110 Norte, pelo Sr. José Aparecido e seus criminosos. Ela já morreu e hospital nenhum conta onde está o seu corpo. Talvez esteja escondido na casa do Sr. José Aparecido. Se eu morrer, quero ser enterrado em Brasília. Não saio de Brasília, nem morto. Não deixem o Sr.

José Aparecido esconder o meu cadáver, profanar o meu corpo.

Meus companheiros, não estou com vocês, mas uma coisa eu digo: continuem a luta. E a nossa luta é um espaço de terra no Distrito Federal. A terra prometida dos israelitas era Canaã, a nossa terra prometida é Brasília. Não esmoreçam! Vocês já foram expulsos da 110 Norte, já viram suas casas derrubadas e queimadas pelo Sr. José Aparecido, foram expulsos pelos seus cães, cavalos e soldados. Que mais o Governo tem para fazer medo em vocês? Derrubaram e queimaram nossas casas, nossos lares, mas não destruiram nunca vão conseguir nos destruir. Quanto mais nos pisarem, mais somos vitoriosos. Lutem por um lote no Distrito Federal, é meu pedido."

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Cinco minutos.

O SR. FREILENE FRANCISCANO — Um minuto, Sr. Presidente.

Estou numa cama de hospital, em meu leito da morte, graças ao Sr. Aparecido. Se eu morrer, ele é o responsável, como também é da sua responsabilidade dar teto, moradia, a todos nós: para isso, está no Governo.

Volto a dizer: quero que meu corpo fique em Brasília. O Sr. José Aparecido não me vence, nem depois da minha morte. Quero que escrevam na minha tumba: um homem que não tremeu diante da vida, não tremeu diante da morte, não tremeu diante dos poderosos; só abaixou a cabeça e se humilhou diante de seu Deus. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Meus amigos, nós chegamos ao ponto de encerramos o nosso encontro. Espero que ele tenha, pelo menos, caminhado dentro dos nossos objetivos. Como disse o nosso querido Geraldo: não foi esta reunião, não será a próxima e não será aquela outra. O assunto exige muito de nós.

V. Ex^o deseja falar? Um minuto só, por favor.

O SR. ADOLFO LOPES — Só para anunciar que nós deixaremos, em poder da Comissão no Senado do Distrito Federal, a proposta alternativa e todo o trabalho de Barrolândia, que aqui vai permanecer para consulta e, naturalmente, exames posteriores. Isso nós fazemos questão que faça parte dessa Casa.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Nós estamos encerrando a reunião.

A SRA. HERILDA BALDÚINO — (Intervenção fora do microfone)

...e vieram aqui democraticamente, para nos ouvirem e nos responderem.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Democraticamente, eu consulto o Secretário

O SR. ADOLFO LOPES — Sr. Presidente, eu entendo que a Comissão, a despeito do que sinto em termos de respeito pela ilustre Doutora, uma lutadora, inclusive pela causa do menor, quero dizer o seguinte: acho que o Dr. Rios pela Presidência, fez as colocações em nome da Comissão. Entendo que ele traduziu tudo no seu documento, mas teria imenso prazer de receber os questionamentos por escrito, e responder, por escrito, aqui-

lo que qualquer um outro realizar. Mais cinco minutos, estamos à disposição.

A SRA. HERILDA BALDÚINO — Por que a nossa Presidente não pode pelo menos dar uma palavra, Sr. Secretário? Por que só a Dona Maria do Barro pôde ter a palavra e a Presidente ficar mais prejudicada e não poder falar? Desculpem-me, Senhores.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Quero dizer à Senhora que a Casa tem uma Presidência e está Presidência, democraticamente, ainda consulta aos dois Secretários que aqui estão, se eles poderão permanecer aqui, pelo menos mais dez minutos. Então, vamos dividir esses dez minutos com proveito. O Senhor aí, um minuto.

O SR. ABRÃO CAVALCANTE — Represento aqui o conselho de comunidade do Cruzeiro, e ouvimos pela imprensa que hoje seria o último dia dos favelados do Cruzeiro permanecerem lá. Eu gostaria de perguntar ao Sr. Secretário de que forma vão ser removidas as invasões da periferia do nosso bairro, e em seguida lamentar que no Distrito Federal já existam campeões de represões, de trabalhadores e de Constituintes, e agora campeões em derrubar barracos. Essa é a nossa lamentável e profunda mágoa. Então, eu gostaria de saber de que forma vão ser removidas as invasões da periferia do Cruzeiro, que chegam a aproximadamente cerca de duzentas famílias.

O SR. ADOLFO LOPES — Essa pergunta já foi respondida, a partir do momento em que explicamos que há necessidade de uma programação, de um trabalho que vai permanecer integrado. A Secretaria dos Serviços Sociais não vai a lugar nenhum sem a presença de Carlos Magalhães e a sua Secretaria de Viação e Obras, que prestou um trabalho social extraordinário, quando enviou para lá caminhões, e vai propiciar escolas e o poço artesiano. Então, neste milímetro de dignidade, se houver, ele será preparado antecipadamente, e o Senhor será convidado a saber quem vai para onde, e como. Esta parte nós já falamos, concomitantemente não vamos fazer mais nada. Até porque ninguém vai a lugar nenhum, também, sem projeto, sem programa e sem planejamento.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Sr. Francisco Paraná.

O SR. FRANCISCO PARANOÁ — Sr. Presidente, diz o velho ditado, aproveitando que ainda temos os Srs. parlamentares aqui, o Valmir Campelo, o Geraldo Campos, o Augusto Carvalho, e o mais jovem daqui, o Pompeu de Souza, o nosso grande Presidente Meira Filho, então, em nome dos produtores rurais aqui, vou fazer um apelo, não vou entrar em detalhe de invasões, porque, com sinceridade, sou até contra invasões. Mas eu queria fazer um apelo e uma indagação ao Sr. Secretário, Dr. Carlos Magalhães, de como vão ficar os pedidos de eletrificação rural em Brasília, porque já temos quinhentos e oitenta e três pedidos, e foi baixada a Portaria nº 1/87, de 27 de maio de 1987, e que hoje está sendo indeferida pelas administrações regionais, sendo que não é da competência delas; então o que o Sr. Secretário vai resolver, porque se hoje os produtores rurais não têm o seu defensor e nós temos aqui a Casa da Câmara Alta, os nossos parlamentares, eu gostaria de perguntar, na presença do Presidente,

se o Sr. Secretário vai tomar as providências, e responder o que se vai fazer, como vão ser atendidas as eletrificações rurais no Distrito Federal.

O SR. CARLOS MAGALHÃES — Com relação às eletrificações rurais, existe uma portaria que normatiza esse assunto. A secretaria de Viação e Obras compete somente responder a seguinte pergunta: o loteamento é regular ou irregular? Nós não decidimos sobre a ligação da eletricidade. Nós só respondemos a essa pergunta. Tem várias e várias perguntas que o decreto estabelece. Na Secretaria de Viação e Obras chega esta pergunta: é loteamento regular ou irregular? Quando é irregular nós não podemos responder outra coisa, se for regular nós respondemos que é regular; e quanto ao resto, o processo segue o seu caminho normal, e até de cabeça, assim de cor, não sei qual é esse caminho. Mas à Secretaria de Viação e Obras compete responder a esta pergunta: o loteamento é regular ou irregular?

O SR. POMPEU DE SOUSA — Sr. Presidente, uma questão de ordem, já que o Sr. Secretário se prontificou a ficar mais um tempo, e o tempo é escasso, eu gostaria de propor que tivesse precedência, prioridade, a diligente Associação de Moradores da Favela, que é a grande vítima, afinal de contas. Nós ouvimos o Executivo, nós ouvimos o Legislativo, nós ouvimos as várias entidades, agora falta ouvir a vítima.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Perfeitamente, aceito a sugestão.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Dona Maria da Cruz, traga a sua cruz para que nós a vejamos.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Isto aqui tem que ser uma democracia, pelo amor de Deus!

O SR. MARIA DA CRUZ — Não vou falar sobre favela, lá onde nós morávamos; não vou discutir nem com o Secretário Carlos Magalhães, nem com o Sr. Adolfo Lopes, nem com ninguém. Só vou dizer uma coisa que já se passou há dias, aconteceu no dia 18 de abril, Sábado de Aleluia.

Nosso amigo e Governador José Aparecido teve a ideia de ir lá na SQN 110, antes de ir para a Europa, e disse que nós tínhamos que passar mais só dois meses lá, que ele tinha mandado numerar os barracos e quando ele chegasse iria passar os barracos no computador para saber quem tinha imóvel e quem não tinha. E, àqueles que não tivessem imóvel, nem nunca o tivessem possuído, ele iria dar um lugar dentro do Distrito Federal. É com isso que estou na minha cabeça, que ainda hoje continua enfeitada.

Era só isso o que tinha para dizer, e lembrar para vocês e a ele também. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Dona Maria, quero lembrar que a senhora me fez uma indagação lá, que cortou meu coração. Quando eu cheguei lá a senhora me disse: "Senador só agora é que o senhor está vindo aqui?"

A SR^a MARIA DA CRUZ — Nós o elegemos, o colocamos lá em cima, e agora acontece isso.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Não tem problema. A senhora pode falar.

A SR^a HERILDA BALDÚINO — Queria saber do Sr. Secretário do Serviço Social se o depoimento da Dona Maria do Barro, aqui, se ele o

ratifica. Se o projeto é realmente esse que ela nos falou.

O SR. ADOLFO LOPES — Eu prefiria passar para observação o projeto tal qual está escrito.

O SR. HERILDA BALDUINO — É porque, nesta situação, prezados companheiros que estão aqui, parece, e quer dizer bem claro, que o problema do Projeto Maria de Barro, como foi relatado por sua idealizadora, é algo muito irresponsável para ser acatado por uma Secretaria de Estado, para crer nele e tomar posições e decisões a respeito da comunidade, a respeito da vida. Eu o examinei na Comissão de Justiça e Paz e vi que ele não tem nenhum substrato econômico; ele não tem nenhum substrato de segurança jurídica, porque os terrenos não são dela, eles não fazem parte da Fundação, e como um projeto apenas de boa vontade, apenas para justificar talvez vaidades pessoais, é algo que não pode ser levado a sério. A coisa pública não é para ser tratada em termos meramente de satisfações pessoais.

O Governo do Distrito Federal não pode passar dinheiro nosso, de imposto que nós pagamos, num simples trocar de mãos, ou trocar de posições, com prefeitos do Entorno de Goiás. Isso é proibido por lei, isso é crime contra a lei orçamentária. Do jeito como as coisas foram colocadas aqui, como ouvimos, parece ser coisa da casa da Mãe Joana. Não tem nenhuma estrutura, não tem nada. Desculpem o meu modo de dizer, por que digo as coisas assim. E até acho que merece uma interpelação ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, para saber como esse dinheiro está sendo passado para o Entorno. Porque ele não pode mandar cascalho, não pode mandar fazer poços artesianos, não pode pagar a não ser que tenham tido convênios aprovados por quem deve aprovar esses convênios. Se o Governo do Distrito Federal pode agir sem dar satisfação a ninguém, não tem ninguém que aprove isso, chamo a atenção desta Comissão para que comece a agir, porque a Constituição ensina como se faz. Dinheiro público não é dinheiro para poder satisfazer programas emergenciais, para resolver problemas no momento, como se fôssemos descobrir, ou seja, como se fosse o estalo de Vieira.

Queria saber do Sr. Secretário de Viação qual a política habitacional para o Distrito Federal, e se nessa política habitacional para o Distrito Federal existe alguma alternativa de se estudar outras posições que não sejam aquelas nascidas dentro do Gabinete do Governador, dentro da visão única da Secretaria de Obras, dentro da instrução, do encaminhamento da Novacap, que é uma companhia para vender terras, para dar lucro, para depois, agora não sei se está fazendo.

O SR. ADOLFO LOPES — Novacap não, Terracap.

O SR. HERILDA BALDUINO — A Terracap. Agora não sei se está fazendo, mas há muito pouco tempo atrás distribuiu lucro com a sua diretoria, e estas coisas é que precisam ser retificadas no Distrito Federal. Hoje não tem, mas era. Então, visando lucro, visando a cupidez, estabeleceu um segregacionismo dentro do Distrito Federal de áreas prioritárias, de áreas nobres, de áreas não sei o quê. O Governo do Sr. José Aparecido, nesse ponto, certamente está tocando o barco como pode, as obras que fez, obras simplesmente para

atender a uma burguesia, precisa estabelecer os seus limites; estou lavrando mais ou menos o meu protesto, caro Secretário de Serviços Sociais. Os pobres não o devem incomodar, nós não precisamos mudar de Brasília por sermos pobres, nós não precisamos, como fomos atacados de pessoas que estão manipulando, fazendo politicagem. Será essa a eclosão que existe? Esta eclosão que existe dos problemas sociais é produto da incônia, da ineficiência, da falta de condição de administrações. O Sr. sabe disso, o Sr. mora em Brasília há não sei quantos anos, eu moro aqui há 27 anos. Estou falando porque conheço. E até então, o que vimos foram estas soluções unilaterais, autocriticas, e não dizer ao Sr. o que eu já disse, estão perdendo para os governos dos coronéis, na violência com que estão agindo. Vocês não são donos de verdade, vocês não são donos de Brasília, têm que nos dar satisfação, têm que ouvir os segmentos. Nós não fomos à SQN 110 para manipular e nem instigar ninguém.

O SR. ADOLFO LOPES — A Sr. quer deixar eu responder?

O SR. HERILDA BALDUINO — Pois não.

O SR. ADOLFO LOPES — A Sr. está muito belicosa para ser da Comissão de Justiça e Paz.

O SR. HERILDA BALDUINO — Estou respondendo aquilo que vivi lá, a belicosidade foi de lá.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Vamos proceder democraticamente.

O SR. HERILDA BALDUINO — Eu não admito nenhuma paz sem justiça.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Vamos devagar!

O SR. ADOLFO LOPES — Quem responde sobre o problema habitacional do Governo é o Secretário Benedito Domingos, que é o Secretário de Habitação do Governo do Distrito Federal.

O SR. — Então, da próxima vez nós vamos convocá-lo.

O SR. — Não. Não fuja da raia, deixe o homem falar.

O SR. BENEDITO DOMINGOS — O Problema habitacional faz parte da história da humanidade. Em Brasília, já foi falado aqui, nós todos sabemos, a Sr. está aqui há 27 anos, estou há 30, e moro em cidade-satélite este tempo todo, acompanhando as dificuldades que todos nós passamos, essa implosão demográfica das grandes cidades, conforme o Deputado Valmir Campelo bem colocou, e a falta de uma política ao longo dos tempos passados, direcionada mais para o campo, e hoje estarmos falando aqui — o Deputado Augusto Carvalho falou — em reforma agrária. Quero só dizer uma coisa. Domingo atrasado fui à cidade de Santo Antônio do Descoberto comprar lá um objeto, porque tenho uma chácara próxima, e um cidadão que conheci em Taguatinga me procurou, tinha ido à prefeitura buscar uma ambulância para transportar sua esposa para o Hospital de Taguatinga; a ambulância tinha vindo para Brasília às 10 horas, ele tinha dinheiro para pagar o ônibus, e me pediu que eu trouxesse, sua esposa para o hospital. Ora, se o entorno não tem um hospital, se nós não melhorarmos, não atacarmos essa política, levaremos a melhoria

para o entorno, como poderemos querer que essas populações vivam no entorno, se não levarmos melhoramento? Aquelas pessoas que escolheram Santo Antônio, voluntariamente, para viverem, ou outras localidades, como Brasília e outras, os que estão lá também merecem um tratamento. Agora, voltando especificamente a Brasília, existe uma política. O Governador José Aparecido, ao criar uma Secretaria Extraordinária de Habitação, o fez visando unicamente dar uma atenção especial à política habitacional: ela foi principalmente criada para a baixa renda.

Ocorre, companheira de luta, que sabemos que vivemos num País pobre, de escassez de recursos. Os recursos para a habitação, hoje, vêm do Sistema Nacional de Habitação, que são os recursos remunerados com correção monetária plena, e mais juros baixos, mas juros. Ora, esse dinheiro tem um custo, que tem que ser repassado, porque é dinheiro do próprio trabalhador, porque é do Fundo de Garantia, é dinheiro da poupança. Esses planejamentos habitacionais requerem um estudo, porque estamos vivendo, aqui, em Brasília, um rationamento de água. Não é só fazer lotamentos; temos que pensar na água, na energia, transporte, na educação, na saúde, na segurança, na coleta de lixo. O trabalho está sendo feito em conjunto com a Secretaria de Viação e Obras e outras Secretarias, e está bem adiantado, já estamos em fase de licitação de sete mil unidades, que serão iniciadas este ano, e a previsão, para daqui até o final de 1988, é a de entregarmos à população de baixa renda 19 mil unidades habitacionais. Não podemos fazer uma construção acelerada porque poderá faltar até a própria mão-de-obra, para construirmos a toque-de-caixa. A política do Governo está sendo tocada, e, no tempo certo, vai haver uma grande melhoria da situação, que, hoje, consideramos quase calamidade pública, que é a situação habitacional em Brasília. Mas está sendo tocada e, no tempo certo os frutos virão.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Para terminar, você que tem um rostinho, assim, do nosso irmão índio, está com a palavra.

O SR. MARIA NORMA DA SILVA — Boa-noite aos senhores. Sou moradora do restante que sobrou da 110 Norte, porque as pessoas não foram queimadas, só os nossos barracos, nós ainda sobrevivemos. Apesar de ter morrido uma companheira nossa, que morava lá dentro, e também de haverem nascido crianças de sete meses, de oito meses, que não podiam ter nascido naquela hora, mas com a polícia e com os helicópteros sobrevoando, soltando poeira por cima dos nossos padres, que estão aqui conosco, essas crianças nasceram a pulso. O Sr. Secretário falou que não tinha havido qualquer violência lá dentro; muito pelo contrário, não o estou desmentindo, mas houve, sim, violência, porque, se nasceram essas duas crianças lá dentro, a pulso, houve violência, sim. Muitos policiais começaram a chegar a partir de meia-noite em diante, não deixaram mais ninguém dormir, cercaram as nossas áreas, como a um circo, porque não queríamos a 110, como sempre falamos; nunca quisemos a 110; queremos um local dentro do Distrito Federal, o que temos como direito nosso. Quando votamos, votamos no Distrito Federal, não votamos em Goiás. Por que nos querem tirar do Distrito Federal, onde

temos nosso trabalho, nosso direito de sobreviver? Por que somos pobres e vamos ficar no meio dos ricos? Não! Acho que temos o direito de lutar dentro do Distrito Federal, de trabalhar e morar perto do nosso serviço, porque nosso serviço é muito importante, para criarmos nossos filhos, para lhes darmos estudos, para que amanhã, ou depois, eles venham a servir aos senhores mesmos. Acho que deveríamos morar dentro do Distrito Federal, e não fora, como todos querem que façamos. Não somos sardinha em lata para sermos transportados do Distrito Federal para dentro de Goiás. Assim, meus Senhores, faço um apelo, em nome das crianças, nem tanto em nome dos adultos. Aquelas pessoas que nunca possuiram imóveis, como eu, porque não chegou hoje, nem ontem, como o Sr. Secretário falou, porque outros chegaram antes, chegou há muito tempo; sou pionera velha dentro de Brasília; nunca possui imóvel dentro de Brasília. Não tenho medo de o Senhor anotar meu nome, posso dá-lo por completo, posso fornecer-lhes minha identidade, sou uma trabalhadora, e luto, batalhando para criar meus filhos. Eu queria que os Senhores, em nome das crianças, pensassem um pouco, que não nos jogassem para fora do Distrito Federal. É isto que pedimos. Só isto o que queremos. Não queremos mais nada; só um local dentro do Distrito Federal, que temos como direito nosso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Muito bem. Procuramos, na medida de nossas possibilidades, dar um tom bem democrático ao nosso encontro. Espero em Deus que o processo democrático brasileiro continue, que possamos nos reunir sempre, para discutirmos e colocarmos os nossos pontos de vista. Obrigado aos Secretários pela presença. Muito obrigado a todos. Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 23 horas.)

7^a Reunião, realizada em 1º de setembro de 1987

Às quinze horas e trinta minutos do dia primeiro de setembro de mil novecentos e oitenta e sete, na sala de reuniões da Comissão do Distrito Federal, Ala Senador Alexandre Costa, presentes os Senhores Senadores Meira Filho, Presidente, Edson Lobão, Pompeu de Sousa, Maurício Corrêa, Mansueto de Lavor, Mauro Borges, Itamar Franco e os Senhores Deputados Augusto Carvalho, Valmir Campelo, Francisco Carneiro, Geraldo Campos e a Deputada Márcia Kubitschek, tendo como convidado o Presidente da Caesb, Dr. William Sebastião Penido Valle, reúne-se a Comissão do Distrito Federal. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Mauro Benvides, Saldanha Derzi, Albano Franco, Iram Saravá, Chagas Rodrigues e Alexandre Costa. Havendo número regimental, o Senhor Presidente Meira Filho declara abertos os trabalhos e dispensa a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida, o Senhor Presidente faz a leitura da pauta, que trata da denúncia do *Jornal de Brasília* sobre a concorrência pública realizada pela Caesb para a obra de despoluição do lago Paranoá.

Além de sua missão de legislar para Brasília, a Comissão do Distrito Federal, com a eleição da Bancada de Brasília, composta de 3 Srs. Senadores e 8 Srs. Deputados, assumiu uma responsabilidade maior ainda perante a comunidade brasiliense.

Dando continuidade, o Senhor Presidente concede a palavra ao Presidente da Caesb, sendo alertado pelo Senador Pompeu de Souza da necessidade de requisitar a presença do Secretário do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia e o Secretário de Serviços Públicos, de posições diversas sobre o assunto em pauta. A convocação foi aprovada para data a ser marcada. Após a apresentação do relatório técnico do Dr. William Penido, o Senhor Presidente Meira Filho concede a palavra, pela ordem, e para interpelações, aos seguintes Parlamentares: Pompeu de Souza, Maurício Corrêa, Mauro Borges, Márcia Kubitschek, Valmir Campelo, Mansueto de Lavor, Edson Lobão, Augusto Carvalho e Francisco Carneiro, tendo, na oportunidade, o Senador Maurício Corrêa solicitado ao Senhor Presidente que sejam ouvidos outras autoridades e técnicos do CDF, proposta esta que foi aceita pelo Senhor Presidente. A Presidência franqueia aos presentes a palavra, pela ordem: Dr. Benjamin Sicsu, Senhor Carlos Zacarewsky — Presidente do PDS/DF. Os pronunciamentos desta reunião são publicados, na íntegra, em anexo a esta Ata, por determinação do Senhor Presidente Meira Filho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Carlos Guilherme Fonseca, Secretário da Comissão a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ANEXO À ATA DA 7^a REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 1º DE SETEMBRO DE 1987, REFERENTE AO PRONUNCIAMENTO DO SENHOR PRESIDENTE DA CAESB, DR. WILLIAM SEBASTIÃO PENIDO VALLE, QUE PRESTOU ESCLARECIMENTOS SOBRE A CONCORRÊNCIA PÚBLICA REALIZADA PARA AS OBRAS DE DESPOLUIÇÃO DO LAGO PARANOÁ.

Presidente: Senador **Meira Filho**
Vice-Presidente: Senador **Edson Lobão**
(Integra do apanhamento taquigráfico da reunião.)

ORADORES

Pompeu de Sousa
William Penido
Maurício Corrêa
Márcia Kubitschek
Valmir Campelo
Mansueto de Lavor
Edson Lobão
Augusto Carvalho
Francisco Carneiro
Carlos Alberto
Benjamim Sicsu
Antônio Cláudinei Poni
Carlos Zacarewsky

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Sr.^ss e Srs, está aberta a reunião, cuja pauta é a seguinte:

Esclarecimento sobre a concorrência pública realizada pela Caesb para a obra de despoluição do lago Paranoá.

Além de sua missão de legislar para Brasília, a Comissão do Distrito Federal, com a eleição da Bancada de Brasília, composta de 3 Srs. Senadores e 8 Srs. Deputados, assumiu uma responsabilidade maior ainda perante a comunidade brasiliense.

Esta reunião de hoje, 1º de setembro de 1987, se insere neste contexto. É o povo desta cidade, exclusivamente a ele, que devemos satisfazê-lo e explicá-lo, pois aqui estamos por uma honrosa delegação. Não estamos aqui reunidos para um confronto, estamos aqui sim, imbuídos do melhor espírito de isenção, através do qual vamos perseguir os necessários esclarecimentos e, por consequência, encontrar a verdade.

Antes, porém, agradecemos e registramos as presenças de entidades, associações, sindicatos e partidos políticos. Agradecemos a presença de quase toda a diretoria da Caesb. Agradecemos também aos Srs. Parlamentares, nas pessoas dos Srs. Senadores Maurício Corrêa, Francisco Rollemberg — Vice-Presidente desta Comissão, o nosso querido Senador Edson Lobão, o Senador Alexandre Costa, o Senador Pompeu de Sousa, o Senador Mauro Borges, o Deputado Valmir Campelo, o Deputado Jofran Frejat e o Deputado Francisco Carneiro suas presenças. Sejam todos bem-vindos para os nossos trabalhos.

É evidente que este trabalho tem um ordenamento, que passarei a explicar aos Senhores. Inicialmente, cederemos a palavra ao Dr. William Sebastião Penido Valle, que falará sobre a concorrência pública realizada para as obras de despoluição do Lago Paranoá. Logo após, cederemos a palavra ao representante do *Jornal de Brasília*, autor da denúncia de fraude na concorrência pública realizada pela Caesb. Em seguida, será a vez, com prioridade, de os Srs. Senadores e Srs. Parlamentares se manifestarem. Os Srs. Senadores terão cinco minutos para interpelar o Dr. Penido e S. S^r terá também cinco minutos para responder à interpelação. Logo após, cederemos a palavra aos representantes de cada entidade, por 3 minutos, a fim de formularem as suas perguntas.

Antes disso, queria dizer algo que originou esta reunião. Primeiro, pela necessidade de esclarecimento da notícia que chamou a atenção de toda a cidade, sobre fatos de ocorrências irregulares na concorrência da Caesb, anunciados pelo *Jornal de Brasília*; e, segundo, porque houve uma programação para que ocorresse esta reunião.

Inicialmente a Comissão do Distrito Federal houve por bem oficiar ao Governador José Aparecido um convite, a fim de que comparecesse a esta reunião. Ele, porém, alegou motivos superiores e não compareceu, mas em resposta nos mandou o seguinte ofício:

"Sr. Presidente:

Venho comunicar a V. Ex^a que o Presidente da Companhia de Águas e Esgotos de Brasília, Caesb, Enegenheiro William Sebastião Penido Valle, comparecerá ao Senado Federal em 1º de setembro próximo, às 17 horas.

Com essas providências atendo ao pedido de V. Ex^a para prestar à essa Comissão os esclarecimentos solicitados sobre a concorrência pública realizada para as obras de despoluição do lago Paranoá.

No enredo, renovo a V. Ex^a a expressão do meu apreço e estima.

(a) José Aparecido de Oliveira
Governador do Distrito Federal"

Convidamos para compor esta Mesa o Vice-Presidente da Comissão do Distrito Federal, Senador Edson Lobão. Convidamos, também, o Dr. Willian Sebastião Penido Valle, Presidente da Companhia de Águas e Esgotos de Brasília

Caesb. Reservamos também, nesta Mesa, um lugar especial ao representante do **Jornal de Brasília**, que veiculou a notícia de fraude na concorrência da Caesb.

Devo dizer a esta distinta assembléia que comuniquei e fiz o convite à alta Direção do **Jornal de Brasília** para que aqui se fizesse representar. Lamentavelmente, até agora, ainda não chegou ninguém. Então, da maneira como foi explicitado, passamos a palavra agora...

O SR. POMPEU DE SOUSA — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Pois não, Sr. Senador.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Na verdade, está a parecer-me que há um pequeno equívoco — vamos dizer — cronológico na colocação do motivo e do objetivo desta reunião, que resultou — V. Ex^a deve recordar-se de um discurso pronunciado por mim no Plenário do Senado, no qual propus pedir o apoio de V. Ex^a, imediatamente concedido, antes de qualquer divulgação referente a irregularidade na própria concorrência. O que então se discutiu eram dois assuntos preliminares, e a concorrência só apareceu como um terceiro problema. Quer, o primeiro problema era a recusa da Caesb em realizar o relatório de impacto ambiental, contra todas as determinações legais e, sobretudo, contra a posição firmemente sustentada pelo Sr. Secretário do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, o ilustre Dr. Paulo Nogueira Neto. O segundo assunto era a diferença de avaliação entre o projeto inicialmente levantado, se não me engano até fins de 1985, e aquela avaliação que sobreveio à anulação da concorrência, quer dizer, da concorrência que estava vinculada à esta avaliação, que era 45,5 milhões de dólares, convertida em moeda americana, e a avaliação sobrevinda logo após a anulação da concorrência anterior, e abertura da outra concorrência, quando, cinco meses depois, esses 45,5 milhões pularam para 125 milhões de dólares.

Foram estes dois fatos iniciais que constituíram o objeto do requerimento verbal que fiz a V. Ex^a e que V. Ex^a apoiou. Então, estando-se diante de uma anomalia mais do que evidentíssima, que era um desacordo frontal e público entre duas Secretarias de Estado do Governo do Distrito Federal sobre um assunto vital para o interesse da população atual e futura da Capital da República, propus que nesta reunião houvesse a presença dos dois Secretários de Estado, de posições diversas e adversas — o Sr. Secretário de Serviços Públicos, Dr. José Carlos de Melo, e o meu amigo Dr. Paulo Nogueira Neto, Secretário do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia —, acompanhados dos órgãos técnicos vinculados a cada uma dessas Secretarias — no caso o Dr. William Sebastião Penido Valle, como Presidente da Caesb, ligada à Secretaria do Dr. José Carlos de Melo, a Secretaria de Serviços Públicos; e o Engenheiro Dr. Benjamin Sicsu, ligado à Secretaria do Meio Ambiente, a Secretaria do Paulo Nogueira Neto.

Portanto, o que se pretendia era que, diante desta Comissão do Senado Federal e da população do Distrito Federal, houvesse um acordo de contas, para que chegássemos a uma solução harmoniosa entre os órgãos do Governo do Distrito Federal. Quer dizer, sem o sentido policialesco ou processualístico que isso podia ter, uma verdadeira acareação das razões de cada lado,

de cada parte, para que pudéssemos funcionar como mediadores, se fosse o caso. Era esta finalidade, portanto. Só depois é que sobreveio a denúncia sobre a concorrência.

De forma que insisto, Sr. Presidente, que esta reunião não se circunscreva apenas à concorrência, embora a concorrência seja um elemento muito importante, que V. Ex^a denominou de irregularidades.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Parabéns V. Ex^a, porque foi muito bem posta a questão. A explicação sobre a despoluição do Lago interessa de perto a todos que trabalharam e ajudaram a construir esta cidade. É um assunto importíssimo.

Eu queria apenas lembrar ao nobre Senador que surgiu um fato novo chamando a atenção da cidade, monopolizando a Imprensa, o rádio, a televisão e o próprio Senado Federal. Foi o fato anunciado pelo **Jornal de Brasília**, de que havia fraude na concorrência. Então, isso suscitou da própria Comissão certa urgência, porque a nossa gente, especialmente o Senado e a Câmara, precisa realmente de explicações a respeito desse fato novo. Espero que V. Ex^a compreenda a minha posição também.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Se não me engano, o ofício que V. Ex^a dirigiu ao Governo do Distrito Federal pretendia a solução proposta inicialmente naquele discurso, que era justamente a presença dos dois Secretários de Estado — Paulo Nogueira Neto e José Carlos de Melo e respectivos imediatos.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Eu diria, apenas, ilustre Senador, se me permite, que houve uma troca de prioridades.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Peço a V. Ex^a, Sr. Presidente, inicie a sessão. O Dr. Penido está aí, e, evidentemente, se houver necessidade, faremos outras reuniões.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Não há dúvida. Estamos aqui para isto.

Devo dizer que está previsto um tempo de 3 horas para esta reunião. Caso haja necessidade, terá uma prorrogação de mais 30 minutos.

Com a palavra o Dr. William Sebastião Penido Valle.

O SR. WILLIAM PENIDO — Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente da Comissão do Distrito Federal, Srs. Senadores, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores:

Para nós, profissionais da CAESB, a oportunidade de vir aqui, ao longo destas próximas horas, explicitar o que consideramos ser a sucessão de eventos conduzidos, no nosso entendimento, dentro da lei de um assunto complexo, permitirá, querer crer e espero, ao final dos trabalhos, que prevaleça a verdade e a confiança da comunidade, que os Srs. representam, na companhia.

A questão é complexa e vamos aproveitar a oportunidade que V. Ex^a nos dá para fazermos uma retrospectiva, desde o início da cidade até hoje, em torno dessa obra.

Brasília foi pioneira na implantação de estações de tratamento secundário. A primeira dessas estações nasceu praticamente com a própria inauguração da cidade, em 1961; a segunda estação, em 1969. Esses dois equipamentos constituem,

até hoje, o que a cidade dispõe, ou seja, duas unidades com capacidade de tratamento para 225 mil habitantes. São essas as disponibilidades existentes na Bacia do Paranoá.

Ao longo do tempo que medeia desde o início de formação do Lago Paranoá até hoje, aquilo que nos círculos de interesse é designado, e não há como fugir da palavra, como processo de entrofisação, vale dizer, degradação do Lago, tem ocorrido de maneira crescentemente mais rápida. O Lago, no início de sua vida, nos anos 60, já apresentava os primeiros sinais de entrofisação. Daí por que, após a implantação da segunda unidade, em 1969, já em 1970 o primeiro e único documento que a cidade do Distrito Federal fez acerca desse problema, levando em conta o longo prazo, ou seja, o Plano-Diretor de Águas e Esgotos, realizado na ocasião pela firma PLANIDRO, e pela primeira vez com enfoque do meio ambiente, gerou uma linha de ataques para a CAESB.

Esse Plano-Diretor, pela primeira vez, sugere menção a algo que se vai tornar objeto de debates nos dias de hoje, como foi no passado, algo chamado, exportação de esgoto. Entendido isso como o esforço de se tirar o esgoto dessa região, por algum sistema de transporte de dutos e se lançar fora da bacia. Alguns estudos se iniciaram àquela época e tiveram uma conclusão não muito demorada, porque se esbarrou com óbices de natureza geológica e geotécnica, porque a exportação envolvia a hipótese de túneis para lançamento desses desfluentes fora da bacia. A partir daí, o Plano-Diretor continuou, a despeito dessa primeira parada, no que diz respeito à exportação de esgotos, continuou a ser um documento normativo.

Naquela oportunidade, ainda nos inícios dos anos 70, as questões associadas com tratamento mais avançado de esgoto no Mundo sofreram um desenvolvimento acelerado; algumas inovações se passavam no Hemisfério Norte e na África do Sul. De maneira que, por volta de 1975, a CAESB, preocupada com o processo crescente de entrofisação, o de degradação do Lago, consultou cerca de vinte autoridades internacionais na área de limnologia e, pela primeira vez, de certa forma, considerou que o problema essencial da preservação do Lago, era desenvolver um sistema de tratamento que pudesse eliminar boa parte do fósforo e nitrogênio aportados ao Lago através de resíduos ali nele lançados. É preciso mencionar, nesta oportunidade, que dois anos antes disso, em 1973, na África do Sul ocorria uma primeira tentativa bem sucedida de desenvolver um processo para remoção do nitrogênio.

Por volta de 1975, a CAESB, portanto ainda um tanto perplexa diante desse desenvolvimento, sente necessidade de buscar aprofundamento na área de conhecimento de Lagos, na área de limnologia, na área, portanto, de ataque a problemas como o do Lago Paranoá, um lago diferente dos das outras cidades brasileiras que têm um corpo d'água, fechado, uma região de temperatura relativamente elevada, uma savana tropical. Iniciou-se, então, em 1975 um esforço dirigido, seguindo duas direções principais. Buscou-se o apoio no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, trazendo aqui dois tipos de profissionais, e é preciso citar nomes, porque esses nomes aparecem com frequência nos debates um é o especialista sueco em limnologia, um homem mais

de formação em História natural do que um engenheiro, o Professor Bjorn, que nos anos seguintes, ou seja, a partir de 1975, muito contribuiu para desenvolver um melhor conhecimento da Biologia, dos aspectos comportamentais do Lago para nós. Paralelamente, veio também outro tipo de especialista, desta vez sul-africano, o Professor Marre, menos na condição de um cientista ligado à área das Ciências Naturais, e mais um engenheiro, um homem de processo de tratamento. O Professor Bjorn, ao longo dos anos, contribuiu para que se conhecesse melhor a limnologia do Lago e o Professor Marre contribuiu para que se conhecesse melhor o processo de tratamento das condições brasileiras. No período de 1975, 1977 e 1978, o trabalho do Professor Bjorn resultou num relatório, que é freqüentemente citado. O Professor Marre foi na direção de se desenvolver uma estação de tratamento piloto, na Estação de Tratamento Norte da CAESB. Essa Estação-Piloto funcionou durante muitos anos e permitiu, então, testar as condições dos processos desenvolvidos na África do Sul, pelas condições de esgoto como aqueles da Bacia do Paranoá.

A final dos anos 70, portanto, já havia uma definição inicial de se trabalhar com o tal processo sul-africano, o processo Barnard. Esse processo vinha sofrendo inovações na África do Sul no período de 1973 a 1980. Em 1977, baseada nos primeiros dados da Estação-Piloto, a CAESB, inclusive com o apoio de uma firma sul-africana, consorciada a uma firma local, iniciou a tentativa de desenvolver concepção para uma usina em escala normal. Essas providências foram, de certa maneira, aceleradas com o acidente ecológico de 1978 no Lago. A comunidade daí ainda se lembra do chamado *Bloom* de algas naquela oportunidade, que se manifestou um período semelhante ao nosso, na época de estiagem, gerando um tremendo mau cheiro, com o desprendimento de gases nocivos em algumas partes. Esse *Bloom*, de certa forma, alertou as autoridades, particularmente a CAESB, de que era necessário um ataque mais rápido do problema. A partir daí, a CAESB iniciou, e faz isso de maneira relativamente rotineira até hoje, a aplicação de algicidas, que é o sulfato de cobre, para conter a proliferação desse tipo de algas verde-azulados, que, em última análise, do ponto de vista causal, são responsáveis pela possibilidade de eclosão desse tipo de acidente.

Ao final da década, em 1979, o Cientista Bjorn, trabalhando, então, ao longo do período, em oportunidades intercaladas, sob os auspícios das Nações Unidas com a CAESB, emitiu seu relatório. Entre as principais medidas recomendadas do ponto de vista limnológico, deveria haver a exportação de todos os esgotos e essa seria a melhor solução. Uma segunda recomendação é no sentido de se fazerem estudos comparando a eficiência das estações de tratamento existentes e a exportação de esgotos.

Ao final da década de 70, de posse, portanto, de uma massa de estudos e dados, pela primeira vez a CAESB começava a ter, por volta de 1979, um posicionamento acerca do futuro da despoluição do Lago Paranoá. Uma linha de estudos e uma linha de documentos colocavam a contribuição sueca das Ciências Naturais para o entendimento do processo limnológico do Lago. Outra linha, mais de engenharia, colocava a contribui-

ção sul-africana para o processo de tratamento mais avançado de esgotos. Com essas duas pontas, a CAESB encorajou a uma construtora nacional, chamada SERETE, um relatório técnico preliminar, em março de 1979. Os estudos se desenvolveram ao longo de mais de um ano, e oito alternativas foram listadas. Essas alternativas são basicamente associadas a dois tipos diferentes de abordagem: a primeira correspondente a quatro das oito alternativas, seria o tratamento, chamado terciário, na Bacia, com exportação. As outras quatro alternativas estavam cingidas em torno da idéia de tratamento secundário fora da Bacia, com exportação bruta. É importante situar-se nisso, porque o assunto é complexo, embora não esotérico. É um elemento mais de lógica do que a iniciação nos mistérios de engenharia ambiental.

Em 1979/1980, o primeiro documento que passa a ter foros de orientação para a política da empresa, é o documento encorajado à SERETE. Esse relatório técnico preliminar situa oito alternativas, das quais quatro envolvem tratamento terciário dentro da Bacia, com exportação; as outras quatro alternativas, exportação bruta com tratamento secundário fora da Bacia.

Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão, este ponto é importante ser enfatizado, porque pode contribuir, talvez, para desanuviar ou esclarecer possivelmente certas linhas de dúvida e incompreensão. Jamais se estudou, no caso da história do Projeto Paranoá, exportação pura sem tratamento de esgotos. Nunca houve e acredito que nunca haverá isso, porque a Unidade da Federação mais próxima, por exemplo, Goiás, jamais permitirá que o esgoto bruto de Brasília seja lançado no seu território, sem tratamento. Alguma forma de tratamento é necessária, seja na origem ou no destino. Os esgotos têm que ser tratados, por respeito inclusive, à legislação ambiental, ao direito dos habitantes a jusante. Pelo Direito Ambiental brasileiro, os esgotos devem ser tratados na origem ou no destino. Já naquele época, 1979/1980, a SERETE examinou oito alternativas, todas elas envolvendo tratamento: quatro na origem, tratamento terciário; quatro no destino, tratamento secundário.

Esse relatório técnico preliminar foi encaminhado dentro do Plano Nacional de Saneamento, à apreciação das autoridades do BNH e do seu órgão técnico.

A primeira análise inclusive ambiental, além de econômica e financeira das oito alternativas, foi feita em 1980, junto à FEEEMA — Fundação Estadual de Energia do Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro. Era o órgão técnico do BNH nesta região do Brasil onde estamos, no Distrito Federal. Essa entidade tinha, como tem, competência na área ambiental. Essa entidade estudou e, por um parecer, datado de 22-9-80, distinguiu, dentre as oito alternativas apresentadas, duas: a de nº 1 e a de nº 5.

Os documentos, Sr. Presidente, poderão ser exibidos, naturalmente, à medida em que qualquer membro da Comissão demonstrar interesse. Apenas para ficar contido no horário que V. Ex. alocou, não usarei meios de reprodução ou demonstração gráfica.

Das oito alternativas, portanto, a FEEEMA escolheu duas: a nº 1 e a nº 5.

No caso da de nº 1: tratamento terciário, com exportação; no caso da de nº 5: tratamento secundário, fora da Bacia.

Nestas circunstâncias, as duas alternativas selecionadas pela FEEEMA foram encaminhadas ao Banco Nacional da Habitação. O Banco Nacional da Habitação trabalhou sobre essas alternativas e, em ofício de setembro de 1981, determinou a escolha, dentre as duas alternativas que o órgão técnico distinguiu, da de nº 1, ou seja: tratamento terciário, fazendo a ressalva, agora, que esse tratamento deveria ser objeto de controle — para usar o neologismo — de monitoração ao longo do tempo e que, se eventualmente viesse a ser necessária a exportação, ou seja, se o tratamento terciário fosse inadequado, posteriormente se promoveria essa exportação.

Isso caracteriza, portanto, um elemento essencial do problema, que não estamos tratando de disputa de alternativas, a não ser as oito alternativas mencionadas, que são as que, do ponto de vista da Caesb, já foram objeto de estudo e de exame da parte do órgão técnico e de órgãos financeiros. Dentro as oito, duas foram escolhidas pelo órgão técnico e uma foi escolhida pelo BNH, a partir da definição dele, BNH, órgão técnico.

A partir dessa definição, a CAESB iniciou, ainda em 1981, o projeto básico. Para isso, a Empresa agiu com extremo rigor. Primeiro, selecionou as 21 maiores empresas na área de consultoria para o saneamento. Dentre essas 21, por uma série de critérios, a Empresa selecionou 4 e dessas 4, por proposta de preços, comparando tais propostas, selecionou uma delas.

Essa empresa CEBLA vem trabalhando no projeto e no desenvolvimento, inclusive documento de licitação e tudo o mais, nos últimos 5 anos.

Tão logo, portanto, se elaborou o projeto básico, através dessa empresa CEBLA, a CAESB tentou partir para um esquema de licitação.

A concepção da CAESB, na época, era a de que ela iria comprar os equipamentos e, posteriormente à compra desses equipamentos, tentaria fazer as licitações necessárias às obras civis.

Foi uma estratégia que, conceitualmente, podia até ser adequada, mas, na prática, não funcionou. Feita essa licitação em 1983, os valores associados com o resultado dessa licitação foram pelo menos três vezes maiores do que os recursos que tinham sido alocados. Ao longo dos próximos três anos, tais circunstâncias impediram, inclusive, a homologação dessa licitação.

Em período anterior à entrada desta atual Diretoria, da qual faço parte na CAESB, a Administração da CAESB dirigiu-se ao Governo do Distrito Federal e, através, dele, à Procuradoria Geral, buscando resolver esse impasse em torno de uma licitação de quase três anos, sem respaldo, do ponto de vista de homologação.

Essa concorrência, por despacho do Procurador-Geral do Distrito Federal, posteriormente encaminhado ao Secretário de Serviços Públicos, repito, em período anterior à entrada desta Diretoria na CAESB, foi decidido pela sua caducidade e, por consequência, deixava de existir qualquer interesse do Distrito Federal nessa licitação.

Do ponto de vista da atual Administração, — assumimos a CAESB em meados de abril do ano passado — com relação a esse projeto, primeiro, um conhecimento que assumimos depois

de analisar, ler, aprender sobre a gênese desse projeto, a dados associados com a recomendação do Distrito Federal, do próprio despacho do Secretário de Serviços Públicos de março de 1986, que cancelava, essa concorrência, realizada em 1983, praticamente baseado no parecer do Procurador-Geral, e determinava à Companhia que imediatamente promovesse nova concorrência, trabalhamos em cima dessa Diretoria de Governo, buscando os relatórios e os projetos disponíveis. Verificamos, logo, que os instrumentos financeiros era inadequados. Por volta de maio, já partimos inclusive, pela primeira vez, para fazer um orçamento integrado, levando em conta não apenas equipamentos, obras civis e outros componentes.

Ao longo dos meses seguintes, buscamos, sob a orientação do Governo do Distrito Federal, os instrumentos de garantia dos recursos financeiros junto à Caixa Econômica, sucessora do BNH, ao Banco Mundial, à própria SEPLAN. Os vários convênios foram ratificados ao longo desse período.

Várias iniciativas que se iniciaram, com relação a vários aspectos, como revisão de documentos técnicos, início em setembro de 1986, dos documentos de licitação, foram sempre feitas de maneira tripartite.

Todas as reuniões associadas com preparação de editais e documentos de licitação, se passaram através de consórcios da CAESB, da Caixa Econômica Federal e do Banco Mundial.

Por volta de novembro, toda a parte financeira estaria já equacionada e, ao final do ano, já era possível antever-se a possibilidade de licitar a obra.

Essa licitação ainda teve algumas delongas, porque o Banco Mundial tinha algumas dúvidas ainda, com relação ao documento de licitação e somente o homologou em fevereiro deste ano. A partir daí, em abril, tais documentos foram colocados na rua. A concorrência foi internacional.

Por volta de 10 de junho, foram entregues pelos participantes.

Em meados de julho, a Comissão de Licitação repassou os dados do seu relatório à Diretoria da CAESB, que os homologou e até o final de julho, em sucessão, a licitação foi homologada, primeiro, pela Caixa Econômica Federal e, depois, pelo Banco Mundial.

Após a homologação pelo Banco Mundial, tivemos contrato assinado em 5 de agosto, e a ordem de serviço, em 17 de agosto.

Ao longo dessa trajetória, emergiram, já depois de o edital ter ido à rua, as questões relacionadas com o relatório de impacto no ambiente. Essas questões foram, já desde a época, analisadas pela Empresa, levando em conta:

1º A empresa entendia, como entende, que tais documentos, os projetos e análise, inclusive ambiental, já haviam sido levados a cabo em duas circunstâncias, pelo menos, pelo órgão técnico, FEEMA, a um tempo, inclusive, anterior à própria legislação corrente sobre RIMA;

2º A própria CAESB tem uma lei orgânica, federal, até hoje não revogada, que dispõe sobre a sua criação e, de certa forma, transferindo à CAESB competências na área do meio ambiente hídrico no Distrito Federal.

Os estudos sucessivos que se passaram constituem, na realidade, na avaliação da empresa, o seu grande RIMA. Já tinham sido objeto, como

mentionado, de análise desses fóruns, inclusive da parte de um órgão do meio ambiente que, a seu tempo, tinha competência no Distrito Federal.

Por essas razões, entre outras, a Empresa, alicerçada nos seus pareceres da Procuradoria Jurídica e de eminentes pareceristas nacionais, adotou a posição de que a questão do RIMA já tinha sido resolvida a nível do próprio desenvolvimento dos seus estudos, inclusive como aprovados pela FEEMA.

Tais questões, inclusive, se transferiram da área inicialmente administrativa para a do Ministério Público, culminando, finalmente, na última sexta-feira, com uma audiência, onde a Curadoria, atendendo ao apelo de entidade ambiental, solicitava a suspensão das obras, liminar essa que não foi deferida pelo Juiz da 3ª Vara da Fazenda.

No momento, a posição continua sendo a de desenvolver, no nosso entendimento legal, as obras, dentro do objetivo colimado; há outras questões que certamente deverão interessar a muitos dos Membros da Comissão, Sr. Presidente, como a outros membros da comunidade. Acredito que, sem fazer uso dos 40 minutos que V. Exª gentilmente nos concedeu, poderíamos passar à parte substantiva.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Muito obrigado ao ilustre Presidente pela obediência ao horário.

Foi convidado o Representante do *Jornal de Brasília* para que aqui se fizesse presente e a quem cederíamos a palavra, porque, afinal de contas, foi o *Jornal de Brasília* o órgão divulgador de que havia fraude na concorrência da CAESB.

Em vista dessa ausência — que lamento imensamente — vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Registro, com prazer, as presenças do Senador Mansueto de Lavor, da Deputada Márcia Kubitschek e do nosso Deputado Geraldo Campos. Muito obrigado pelas presenças.

Tem a palavra o Sr. Senador Pompeu de Sousa.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Sr. Presidente, Srs. Membros desta Comissão, meus caros Colegas Constituintes, Srs. E srª, quero, inicialmente, cumprir uma missão que recebi, agora, há pouco, da Direção do *Jornal de Brasília*, que, citada nominalmente para participar da Mesa, me informou — eu não sabia que ela havia sido citada, eu ignorava completamente o assunto — que, tendo sido convidada por um telegrama que recebeu hoje, achou que não era função do Jornal participar dos trabalhos da Comissão, que a função do Jornal era divulgar esses trabalhos. Estou apenas cumprindo o pedido que me foi feito. Por isso mesmo é que ela se escusa de não estar presente, numa qualidade de procurador da sociedade, de promotor público. O Jornal não se arroga esse papel. Arroga-se o papel de divulgador da realidade.

Agora, eu gostaria de falar sobre a exposição do Dr. Willian Penido, começando por felicitá-lo pela longa, pormenorizada, e, direi mesmo, exaustiva e detalhada apresentação do problema — quero felicitá-lo por isso — com grande conhecimento do assunto. Evidentemente S. Exª preparou-se muito bem e conhece bem o órgão que dirige.

O único lapso que S. Exª cometeu foi colocar a inauguração de Brasília em 1961, quando foi em 1960. Disso lembro-me perfeitamente porque estava aqui. Mas isso é um detalhe. Apenas, vamos dizer, para efeito caricatural, porque gosto de caricaturar, Sr. Presidente. Desculpe-me essa preocupação secundária, mas pareceu-me que da exposição de S. Exª, sobre o aspecto técnico do assunto, e não sou técnico, apenas fui informado pela área técnica do próprio Governo, e, por isso, é que assumi o papel, vamos dizer, neste caso, eu sim, de procurador da sociedade que eu represento, que representamos, eu, V. Exª e os demais Companheiros parlamentares...

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Eu só queria lembrar ao ilustre Senador que vamos dar a cada Senador cinco minutos.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Eu vou ser breve.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Pois não.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Aparentemente S. Exª parece que quis colocar, vamos dizer, duas escolas como se fossem escolas diferenciadas, senão até antagônicas, a escola da Engenharia e da Biologia, a escola Barnard e a escola Bjorn. A escola Bjorn é sueca, e foi ocupada com o aspecto biológico, e a escola Barnard é de engenharia, que é da África do Sul. Aliás, é até curioso, porque Barnard é até o mesmo sobrenome do homem que criou os primeiros transplantes de coração, não sei nem se são parentes, o que transplanta coração e o que cuida da engenharia e meio ambiente. Creio que não há nenhuma incompatibilidade, acho que deve se fazer a compatibilização da Engenharia com a Biologia, nunca, a contradição entre ambas.

A afirmativa de Bjorn é muito veemente, quando disse textualmente que a única maneira de despoluir o Lago Paranoá é a exportação dos esgotos, ou seja, interceptando todos os esgotos, e lançando-os no rio mais próximo e fora da Bacia, através de tratamento secundário. Portanto, me pareceu muito veemente. Por outro lado, a proposta de Barnard me parece muito precária, porque ele próprio diz que essa proposta só será válida, só funcionará, primeiro, se os microorganismos se comportarem como se espera se comportem.

Há uma expectativa de fazer um pacto prévio com a parte biológica, que os microorganismos se comportem bem, porque, se não se comportarem bem, vai tudo por água abaixo, isto é, por esgoto abaixo. Em segundo lugar, o Sr. Barnard diz expressamente que não se pode fazer nenhum acréscimo nos afluentes sanitários de esgotos, portanto, quer dizer, além da quota atualmente existente. Ora, sabemos que o Plano Lúcio Costa prevê um acréscimo de um milhão e novecentos mil habitantes e, hoje, temos uma população de setecentos mil habitantes nesta Bacia. Então, o Plano Barnard já estaria, de início, invalidado, eu até fazia anedoticamente aquela observação que, mesmo com a população atual, se houvesse uma diarréia coletiva na população de Brasília, ou uma prisão de ventre coletiva, também o plano iria por água abaixo. Aí é parte anedótica.

Verifico que S. Exª acha que se deve adotar, um plano para um tratamento terciário, ver se dá certo — ver se dá certo, porque foi o que

S. S^o disse, ver se a coisa funciona, porque, se funcionar, muito bem, mas, se não funcionar, se acrescenta esse tratamento terciário à exportação dos afluentes sanitários.

Ora, me parece que significa fazer hoje um projeto que, no total, está previsto em cento e sessenta e seis milhões de dólares, no total absoluto, no total completo, porque será, pelo menos, cento e vinte e cinco milhões, cuja precariedade está evidente na própria condicionalidade de verificar se funciona, para depois, então, fazer outro de não sei quantos milhões de dólares para exportar, quando me parece que a alternativa é a exportação com um tratamento apenas secundário, é muito menos onerosa e é uma solução imediata, não uma solução para quando se verificar que a primeira não funcionou.

Finalmente, quanto à parte de custo, S. S^o passou muito alto, ao contrário do resto da longa e exaustiva exposição, quando falou que, na primeira concorrência, cogitava-se de equipamentos sem execução das obras. Tudo isso está documentado, eu até trouxe umas notas para que o circunstancial não preponderasse sobre o essencial, porque podia perder-me na pressa do pouco tempo de que disponho. Estava estabelecido que aquilo significava não apenas a compra de equipamentos, mas toda a execução da obra, por 45 e meio milhões de dólares, o que, por um passe de mágica, cinco meses depois se transformavam em 125 milhões de dólares.

Eram estes os dois pontos que queria observar, de vez que o terceiro item, justamente a parte da concorrência, não foi aforado.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Dr. Penido, há necessidade de uma resposta de V. S^o ao Senador Pompeu de Souza.

O SR. WILLIAM PENIDO — Sr. Presidente, na intervenção o Senador Pompeu de Souza cita questões tão importantes que não sei se apenas 5 minutos serão suficientes.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Peço a V. S^o se esforce para responder em 5 minutos.

O SR. WILLIAM PENIDO — Senador Pompeu de Souza, eu não disse que Brasília foi inaugurada em 1961, mesmo porque eu também estava aqui, era um colegial na época.

A questão de duas escolas, talvez eu tenha colocado mal, não se trata disso. Apenas que duas linhas, de dois pesquisadores, trabalhando complementarmente, foram o ponto de partida para a CAESB elaborar, através de consultoria, as montagens das alternativas.

Quanto ao problema de mérito, o fundamental é que fica parecendo que a alternativa de tratamento terciário versus secundário é algo como se tratasse de diferenças entre situações extremamente dispares. O processo envolvido — e esta é a razão por que ele foi adotado — é um processo que permite um tratamento terciário de implantação a um custo ligeiramente superior a 8, a 9% do tratamento secundário. Se Brasília, hoje, resolver descartar a hipótese de fazer tratamento terciário e voltar a considerar uma das alternativas que foram descartadas no passado, ou seja, de fazer tratamento secundário, dentro ou fora da Bacia, esse tratamento secundário envolverá investimentos de não menos que 8 a 9% inferiores aos de implantação do tratamento terciário, den-

tro do processo Bardella. Fundamentalmente, a tecnologia envolvida é apenas de edição de um reator biológico. No mais, a ampliação das estações se fará como se fosse para estações de tratamento secundário, de igual porte.

O segundo ponto é que o prazo de implantação seria o mesmo, ou seja, de 3 anos.

O terceiro ponto é que, se implantassem, dentro da Bacia, estações secundárias, 3 anos depois continuáramos, do ponto de vista de preservação do Lago, em situação pior do que a de hoje, porque não haveria remoção adequada aos níveis considerados adequados de nitrogênio e fósforo. Por consequência, a comparação terciário é secundário deve ser esclarecida deste ponto de vista.

Quanto ao problema de população na Bacia, naturalmente os estudos demográficos que foram feitos em 1970 situaram um nível, uma escala, um tamanho para essas estações. No momento, as estações que existem tratam para 225 mil habitantes. Com certa sobrecarga, elas chegam a 300 mil habitantes. As novas estações terão uma capacidade nominal, depois de ampliadas, para 710 mil habitantes. Levando em conta coeficientes embutidos no projeto e alterações que podem ser extrapoladas, de consumo de água que se está alterando no Distrito Federal, face à concepção original, já houve alteração da ordem de 20% para menos nos índices *per capita*. É possível projetar, portanto, uma população de uso das duas estações na faixa de 800 a 850 mil habitantes. Passado esse limite, as estações realmente não tratarão. Se a Bacia do Paranoá vier a ter mais de 850 mil habitantes, hão de se buscar novas alternativas como, de resto, ocorre em qualquer equipamento público. Não é possível que agora se projete ou invista em expandir capacidade que ficará ociosa por período muito prolongado. Mesmo porque há uma ressalva muito importante, que acho de interesse fundamental para a comunidade: é que qualquer tentativa de passagem de um limite relativamente não muito ambicioso de ocupação da Bacia do Paranoá, o Lago Paranoá, independente de ter ou não estações de tratamento, ele se entrofizará por completo, porque o aumento da área impermeabilizada na Bacia, o aumento, portanto, dos períodos de máximas, nas cheias vão levar à entrofização deste Lago, mesmo que se tratem os esgotos.

Então, a população de Brasília, sobretudo seus representantes no Senado e no Congresso Nacional, tem que ser vigilante com relação a isso, porque hipóteses de ocupação muito ambiciosa da Bacia do Paranoá levarão, inevitavelmente, à destruição do Lago, que tem um componente paisagístico na Cidade. As estações de tratamento guardam sintonia com isso.

Outra questão da maior relevância que V. Ex^s situa é o problema de custo. Eu gostaria de ter oportunidade, acredito que esse problema virá e eu poderei ocupar outros 5 minutos, porque há, inclusive, de se projetar números. É impossível falar sobre uma questão desta magnitude sem alguma referência, pelo menos tópica, a alguma aritmética. Se V. Ex^s me permite, portanto, numa próxima sequência de respostas...

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Já está bem próxima, porque o Senador Maurício Corrêa vai interpellá-lo agora.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Inicialmente, indago a V. Ex^s, Sr. Presidente, se lerei as perguntas de uma vez só, ou se rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Deixemos o nobre Senador Maurício Corrêa à vontade.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Não quero impedir que os companheiros também formularem as suas perguntas. Vou ser muito rápido.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Louvo V. Ex^s, porque realmente há um interesse de todos aqui no sentido de apurarmos o mais breve possível tudo isso que se falou.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Inicialmente, louvo a bela exposição feita pelo ilustre Presidente da CAESB, aliás, sua maneira até didática de expor a matéria. As perguntas que farei, V. S^o, de certo modo, já tocou *en passant*. No entanto, gostaria que fossem respondidas, com clareza absoluta, para entendermos bem o assunto.

Fora o aspecto de financiamento para obras, ou seja, não fôr a participação de agentes financeiros, qual das alternativas seria mais recomendada em termos de melhor aproveitamento técnico e de custos menos onerosos, o tratamento terciário dentro da Bacia do Paranoá ou a exportação para fora da Bacia do Paranoá? Por quê?

O SR. WILLIAM PENIDO — Senador Maurício Corrêa, das 8 alternativas, tomando o índice de custo 100 para a primeira, que é a mais baixa, a segunda seria 106, 117, 112, 100,2, 107,3, 117,7 e 105,4. Esses, os dados para as 8 alternativas do Relatório da SERETE mencionado, e a inquirição de V. Ex^s, certamente, incide sobre ele. As duas alternativas escolhidas pela FEEMA, a 1 e a 5, são exatamente as de custo menor, comparadas com as outras 6, relegadas naquela oportunidade.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Qual das alternativas absorve maior porção da tecnologia brasileira, condições de execução das obras por empresas locais, geração de mais empregos diretos, a título de mão-de-obra e economia de divisa na balança comercial, o tratamento terciário dentro da Bacia do Paranoá, ou exportação para fora da Bacia? Por quê?

O SR. WILLIAM PENIDO — Relativamente ao tratamento, a diferença entre tratamento secundário e terciário, do ponto de vista que V. Ex^s levantou, ou seja, a importação de equipamentos, pelo menos, foi induzido nessa direção, entre tratamento terciário e secundário, na escala em que está sendo implantado no Distrito Federal, a diferença é apenas com relação a equipamentos. O tratamento terciário importa aproximadamente 4% do equipamento, comparado com o tratamento secundário. Com relação à mão-de-obra e ao aspecto gerencial, embora a concorrência fosse, no caso a internacional, tivesse teoricamente que ter a participação de qualquer empresa de países membros, isso não ocorreu. Por consequência, ela vai ser feita por empresa brasileira.

O aproveitamento de mão-de-obra local, mesmo qualificada, de maneira informal não pode ser incluído no edital, pelas razões, inclusive, condensadas pelo Banco Mundial, por questão de protecionismo, seja entre países, seja entre Unidades da Federação. Estamos fazendo de público uma exortação aos vencedores para que usem toda

a possibilidade de emprego e mão-de-obra locais, no sentido de que nas obras civis e de montagem haja maior participação para a formação da renda local.

O SR. MAURÍCIO CORRÉA — Qual o montante da dívida acumulada final que terá de ser resgatada ao Banco Mundial, em decorrência da obra contratada? Gostaria que V. S^o pudesse detalhar os cálculos.

O SR. WILLIAM PENIDO — Perfeitamente, nobre Senador. Aproximadamente 1/4 dos recursos para implantação do projeto virão aportados do Banco Mundial, mas através da Caixa Econômica Federal; eles não vêm em dólares para a CAESB no Distrito Federal. Esses recursos são repassados em cruzados. Não existe um risco cambial associado. As taxas de juros são em torno de 7,5%; período de carência da ordem de 5 anos; e um prazo total de amortização da ordem de 20 anos para os equipamentos.

Do ponto de vista do Brasil, como um todo, é um alívio, ainda que pequeno, para melhorar o perfil da dívida a longo prazo. As taxas de juros são bem abaixo das taxas de juros de mercado. Como V. Ex^e acentuou na sua pergunta, sob o ponto de vista de carência, ela é a maior possível para esse tipo de financiamento.

O SR. MAURÍCIO CORRÉA — As conclusões e recomendações do relatório de estudos para o controle da poluição do Lago Paranoá produzido pela Planidro em maio de 1975, segundo as quais a alternativa de exportação de esgoto corresponderá o menor custo, qualquer que seja o aspecto enfocado do custo do investimento inicial, valor atual dos custos totais ou custo anual total e do Relatório intitulado "The Lago Paranoá Resturing Project, Final Report, March 1979" — estão corretas ou incorretas?

O SR. WILLIAM PENIDO — Da perspectiva da época, nobre Senador, foi uma grande contribuição. O relatório, porém, ignorava os desenvolvimentos que se faziam já naquela época; no início, apenas eram das novas alternativas de tratamento biológico na área terciária, a custos muito menores do que o tratamento terciário que até então se fazia, no tipo químico — o chamado "striking towers" — que tinha entidades em Filadélfia, em Londres, e que vemos vestígios desse tipo de licitações que são de investimento maior, operação maior, disfunções maiores para a comunidade. Aquela época havia a crença entre os praticantes da profissão e os estudiosos, aqui entre nós, que o tratamento terciário biológico ainda era uma promessa remota.

Então, a ênfase ficou, naquela oportunidade, muito em torno da hipótese de exportação bruta com tratamento fora da Bacia. Há uma questão certamente que nos motiva muito, que não é questão de custo. É uma preocupação que tem ser levada em conta: a exportação de esgotos da Bacia pode, eventualmente, colidir com a própria manutenção do Lago Paranoá, porque o equilíbrio hidrológico é muito delicado. Não posso ser definitivo — e V. Ex^e me permita nesta afirmação — mas temos uma suspeita bem fundada de que as taxas, no período de estiagem, de entrada de água na Bacia, levando em conta a evaporação e a hipótese de retirar os esgotos da Bacia, na transferência para outra bacia, isso pode real-

mente colidir com a manutenção do Lago ao nível da quota estabelecida pelos fundadores da cidade como um lago, inclusive faz parte da forma urbana. Esta é uma razão, para mim, que tem pesado depois do relatório da Planidro, que inclusive menciona isso. A par das questões de custo e de desenvolvimento tecnológico, essa questão hidrológica também inibi, de certa forma a partir para o tratamento com transporte em bruto para fora da Bacia.

O SR. MAURÍCIO CORRÉA — A obra despoluirá de vez o Lago Paranoá ou a sua eficácia será temporária? E por qual prazo?

O SR. WILLIAM PENIDO — Nobre Senador, se a população na bacia se mantiver dentro da faixa de capacidade dos equipamentos, não além dos 800 a 850 mil habitantes, ou se, mesmo passando algumas centenas de milhares de habitantes desse limite, novas unidades forem instaladas com — uma vez o Programa de Despoluição do Lago Paranoá não se confina apenas à ampliação das duas estações, após a implantação virá um período longo de depuração do lago, por forças naturais — o auxílio tecnológico da aeração, remoção de parte do lodo acumulado, nessas circunstâncias, acreditamos — e essa tem sido a tônica dos últimos 15 anos — que o lago se manteria em equilíbrio. Nunca seria um lago — como se fala no jargão — oligotrófico, um lago alpino, de grande pureza em que se poderia ter excelentes condições de vida animal, mas um lago que poderia, nessas circunstâncias, talvez, reverter a sua posição do início dos anos 60.

O SR. MAURÍCIO CORRÉA — Uma questão nos está preocupando e que, inclusive, gera uma dúvida muito grande, sobretudo para nós da comunidade. Em 1985, quando o Dr. Laélio Ladeira era o presidente da CAESB, essa obra foi orçada em torno de 12.826.500 ÚPC, o equivalente a 100 milhões de dólares — hoje, pelo que se verifica, sobretudo na publicação do *Jornal de Brasília*, custará 125 milhões de dólares e uns quebrados.

Gostaria que V. S^o explicasse por que houve esse aumento?

O SR. WILLIAM PENIDO — Nobre Senador, gostaria muito e pediria ao Sr. Presidente me permitisse a projeção de *slides* referentes aos documentos.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Pois não. Acho que a pergunta do nobre senador é a mesma de toda a população de Brasília.

O SR. WILLIAM PENIDO — Nobre Senador, se V. Ex^e me permite, gostaria de expor dois pontos, antes de qualquer questão aritmética, que facilitariam o entendimento e corroborariam, naturalmente, a validade do que tenho a dizer.

O primeiro é que jamais fizemos orçamento ou qualquer tipo de documento, contrato, convênio etc., em dólar. Vamos, eventualmente, entrar no exercício desse tipo, mas do ponto de vista para elucidar questões que sejam de interesse — como V. Ex^e mencionou — do público.

(Projeção.)

Uma primeira questão, numa obra como esta, que teve uma longa história de orçamentos e licitações mal sucedidas e tudo o mais, é que na economia brasileira — se pegarmos entre novem-

bro de 1985 e junho de 1987 — são absolutamente dispare as variações entre o índice nacional do custo da construção — coluna seis da **Revista da Fundação Getúlio Vargas**, coluna 35, edificações — a OTN e o dólar. Nesse período, o dólar, no Brasil, tem-se comportado — V. Ex^e há de convir — com um preço administrado, enquanto que o acréscimo percentual na coluna seis, que é a que interessa para o ponto de vista da formação dos custos dessa obra, o INCC variou, com esse tipo de percentual, ou seja, entre novembro de 1985 e junho de 1987. Em período equivalente o dólar variou aproximadamente em 289%, caracterizando, inclusive, uma economia administrada e com profundo grau de distorção entre o componente interno de formação de preços e o setor externo da economia.

Exatamente nessa linha é que fizemos, com o intuito de tentar elucidar de uma vez essa questão, uma projeção pegando a estimativa orçamentária, a que V. Ex^e fez referência, que tinha sido a primeira estimativa feita em 1984, de 6.208.500 OTN. Estou convertendo em cruzados apenas para reduzir três casas decimais — a moeda de então era o cruzeiro. Equivaleriam a 438 milhões de cruzados e, às taxas da época, a 46 milhões de dólares.

O exercício que proponho é que consideremos, em 10-6-87, o valor de 438 milhões de cruzados, corrigidos pelo Índice Nacional do Custo da Construção, que é o índice de referência para a formação de preços numa obra desse porte. Isso equivaleria a 3,62 bilhões de cruzados, que, ao câmbio da época, eram 82 milhões de dólares.

Isso mostra, mais uma vez, a fenomenal discrepância entre preços internos e externos na formação da renda brasileira.

A cresce a isso, Sr. Senador, que o primeiro ponto é a estimativa orçamentária original. Ela dizia que os nossos predecessores fizeram por estígios. Em 1983, fizeram uma concorrência apenas para equipamento. Verificaram que o seu resultado era três vezes maior do que a dotação. Não conseguiram fechar essa equação durante três anos.

Posteriormente, em 1984 e 1985, fez-se uma nova avaliação, partindo-se, então, para esse convénio de 6,9 milhões de OTN, dos quais subtrai 700 mil OTN, no primeiro quadro, à conta do que seria uma pequena parcela de trechos interceptores que também fariam parte do projeto. Por uma questão de consistência, estou fazendo essa subtração.

No período interventor entre essa estimativa orçamentária e o início da nossa gestão, introduzimos novos itens além daqueles associados com a primeira estimativa. Nós nos afeiçoamos à idéia de fazer uma concorrência única, e não várias ou duas, uma de equipamentos e outra de serviços. Essa idéia fôr recomenda, inclusive, na análise do primeiro relatório Serete e pela FEEMA, em 1981.

Se adicionarmos os novos serviços em OTN, obter-se-ão oito milhões de OTN. Ainda estou falando do orçamento do Dr. Laélio, o administrador de então, acrescido dos novos serviços, quais sejam: montagem de equipamentos, que não fazia parte do original e que, posteriormente, após análise do orçamento original, tivemos que incorporar.

Adotamos o partido, para evitar o modelo do elefante branco, de se ter uma obra que, ao seu final, será operada por um período não inferior a seis meses. A obra, portanto, só será entregue à companhia depois de pré-operação. Todas as estações serão equipadas. Essa sucessão de custos adicionais seria da ordem de oito milhões de OTN. Em dezembro de 1985, isso equivaleria, tornando-se a OTN de então, a 566 milhões de cruzados, que corresponderiam a quase 60 milhões de dólares.

Se considerarmos agora a mesma correção, passando de dezembro de 1985 para junho de 1987, através do Índice Nacional da Construção Civil, teremos quase quatro bilhões de cruzados, que equivaleriam, em 10 de junho, a 107 milhões de dólares.

Esta questão está relacionada com a estimativa orçamentária feita à época. A questão ainda não termina aí. Se colocássemos apenas isso, estariamos considerando apenas parte do que sabemos. Há outras implicações.

Uma questão é a que V. Ex^e levantou, que está associada ao orçamento. Outra é o convênio. De certa forma, ele deveria sempre preceder o orçamento, mas há circunstâncias — isso não ocorre apenas com a CAESB — em que o carro passa à frente dos bois. Muitas vezes o orçamento é feito praticamente depois do convênio ou vice-versa. São essas agruras da administração pública, sobretudo no período turbulento.

O primeiro convênio que foi assinado entre a SEPLAN, então BNH, e Distrito Federal, era de 6.900.000 OTN, aquelas a que anteriormente fizemos referência, deduzidas cerca de 700 mil OTN para a implantação de interceptores. Isso em dezembro de 1985 equivaleria a 490 milhões de cruzados, ou seja, 51 milhões de dólares.

Em 10/6, se V. Ex^e corrigir esse valor em cruzado de dezembro de 1985, teremos 3 bilhões e 400 milhões, utilizando de novo o Índice Nacional da Construção Civil. Isso equivaleria a 92 milhões de dólares. O mesmo raciocínio aplicando ao convênio: orçamento é uma coisa; convênio, outra.

O convênio, sendo enxertado, se me permite, com novos serviços, ele passaria para oito bilhões e 760 mil OTN. O mesmo raciocínio, corrigindo de novo com o Índice Nacional, passaria de 65 milhões para 117. Com humildade: sapateiro não deve passar além do sapato — V. Ex^e, que é um homem público, sabe muito bem que o período em questão, na certa, viu a mais profunda distorção do sistema de formação de preços, que talvez qualquer país ocidental, de alguma dimensão, tenha visto em período fácil. Um dos indicadores mais severos disso é aquela evidência mostrada no primeiro quadro, em que V. Ex^e tem uma variação da ordem de 600% no mesmo período, no Índice Nacional da Construção Civil e da ordem de 280% no valor do dólar.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Uma última pergunta. Até peço desculpas a V. S^e, porque nós, homens públicos, somos, às vezes, acusados por informações errôneas ou por dados equivocados. V. S^e tem sido, no seu depoimento, lhano, cavaileiro e há de entender que esta pergunta tem exatamente o condão de um esclarecimento necessário.

O teor das informações que temos recebido é de que V. S^e seria sobrinho, ou, é sobrinho do

presidente de uma das firmas que ganhou. Na hipótese de essa afirmação ser verdadeira, esse fato não o constrangeu na condição de presidente da CAESB? V. S^e me desculpe, mas são as informações que a mim me têm chegado e é bom que sejam esclarecidas.

O SR. WILLIAM PENIDO — Correto.

SR. SENADOR, está é, de todas as questões que V. Ex^e levanta, a única em que há uma gota de adrenalina a mais, e agradeço a V. Ex^e pela própria introdução que colocou e que, de certa forma, me deixou mais à vontade.

Primeiro, é correto que eu seja parente de um dos ganhadores. Já o era quando essa mesma firma construiu a primeira estação de tratamento de Brasília, já o era quando essa mesma firma construiu a segunda estação de tratamento de Brasília, já o era quando ela implantou mais da metade de todos os equipamentos sanitários do Distrito Federal. Jamais tive qualquer relação comercial — é um depoimento público e não vou fazer exercício de falsa humildade. De qualquer maneira, sou a ponta pobre dessa família em questão.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Desse iceberg.

O SR. WILLIAM PENIDO — Além disso, sou também parente de firmas que perderam, inclusive, a concorrência. E só a nível anedótico: essa mesma firma, há alguns anos, se indispôs comigo, quando foi desclassificada em outro Estado da Federação, numa obra de grande porte em que se candidatou e a comissão achou por bem desclassificá-la. Não vejo nenhuma interação, nenhum aspecto de natureza ética ou moral que me impeça de relacionar comercialmente na gestão de uma empresa pública, mesmo porque seria heróico, de minha parte, supor que conseguira dobrar o sentido de uma concorrência internacional para beneficiar, à luz do dia, em Brasília, uma firma com a qual tivesse qualquer vínculo de interesse pessoal. (Palmas.)

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Cumprimento o Dr. William Penido pela sua exposição, embora, em alguns aspectos, eu não esteja devidamente convencido, sobretudo relacionado com o aumento do orçamento. É claro que vamos continuar. Sem dúvida nenhuma, a presença de V. S^e aqui foi de extraordinária valia. Desejo cumprimentá-lo como presidente da CAESB, reservando-me, evidentemente, o direito de procurar, na medida do mandato que executo, que desempenho aqui, exatamente toda aquela representação que me foi conferida na Capital da República.

Peço, inclusive, que o Sr. Presidente me escuse, porque tenho que me afastar às 19 horas e 30 minutos.

Mais uma vez os meus agradecimentos, Dr. William Penido, reservando-me como saliente, sobretudo nessa parte do orçamento, que não me convenceu, o direito de continuar a pesquisar.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Borges.

O SR. MAURO BORGES — Cumprimento o Dr. William Penido pela brilhante e magnífica exposição que fez e as respostas corretas que deu às inquições que lhe foram feitas.

Eu queria apenas um pequeno esclarecimento: se essa população, que seria o limite aceitável para essas instalações de 850 mil habitantes, coincide com as previsões do planejamento de Lúcio Costa para a bacia, o aumento de população da bacia do Paranoá.

O SR. WILLIAM PENIDO — Nobre Senador, não exatamente, embora o Plano Lúcio Costa, do ponto de vista de engenharia ambiental, seja ainda uma incógnita. A CAESB não recebeu até agora as diretrizes de assentamento de uma maneira compreensiva, mesmo porque, quando isso ocorrer, juntamente com outras autoridades do meio ambiente do Distrito Federal, teremos de examinar com extremo rigor, uma vez que o problema de preservação do lago e a qualidade de vida na bacia não se ligam apenas à capacidade de tratamento de esgoto. Na linha que V. Ex^e sugeriu, por exemplo, eu não poderia dizer qual a população limitante, mas certamente poderia dizer, por exemplo, que uma população de três milhões de habitantes na bacia aniquilaria o lago em período muito curto, independente da capacidade de tratamento de esgoto. Seria o problema de contribuição pluvial que V. Ex^e bem conhece.

O SR. MAURO BORGES — Então, de certa forma, isto significa que há que se conter, de certa forma, o aumento de população dentro da área da bacia do Paranoá; se não, isso virá, no futuro, trazer graves problemas para a cidade de Brasília, inclusive criando uma situação de irrecuperação do lago.

O SR. WILLIAM PENIDO — Sem dúvida nenhuma, Senador, e essa questão tem que emergir e acredito que aqui é o foro principal e mais adequado na direção. A Bacia não tem condição de absorção ilimitada. Não se trata de elitismo, ou seja, para ser preservada a herança urbana da cidade, a colocação e destino dela, a qualidade de vida e a garantia de os Poderes da República funcionarem a contento, há que se colocar um limite claro e definido, e ele certamente não é muito maior do que a capacidade de tratamento desejada e em desenvolvimento dessas novas situações.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Concedo a palavra à nobre Deputada Márcia Kubitschek.

A SRA. MÁRCIA KUBITSCHEK — Dr. William Penido, antes de mais nada, cumprimento V. S^e pela sua brilhante exposição, como, aliás, já foi dito por outros colegas aqui presentes. Evidentemente, estamos aqui nesta reunião para perguntar e obter esclarecimentos, não somente para nós mesmos, como sobretudo, para a população de Brasília, que se apaixonou por esta questão da despoluição do lago, porque, inclusive, ela realmente é vital.

Algumas das perguntas que teria a fazer já foram respondidas, de modo que dispenso, evidentemente, uma segunda resposta, porque V. S^e já tratou delas de uma forma brilhante.

Gostaria de fazer, durante esta reunião, uma série de perguntas, atendendo a solicitações de pessoas do povo. A primeira delas é em relação ao bloom; se o esgoto da bacia do Paranoá não for tratado agora, de imediato, qual é a possibilidade de ocorrer um novo bloom e em que intensidade, em relação a 1978?

O SR. WILLIAM PERNIDO — Nobre Deputada, para nós, é praticamente impossível prever exatamente quando e como ocorreria, mas é possível dizer que, a cada período que intervém entre a entrada em operação dessa ampliação das estações, a probabilidade de **bloom** cresce. Ela tem sido evitada até agora pela aplicação do sulfato de cobre, desde 1978. Isso ocorre particularmente no período seco, no período como o que vivemos agora.

O quadro projeção à esquerda ilustra a progressão, desde 1978 até hoje, dessa questão. Tínhamos, em 78, aproximadamente 10% da superfície do lago coberta com esse tipo de alga capaz de ocasionar o **bloom**. Essa área, hoje, é cinco vezes maior. O sulfato de cobre tem sido usado com sucesso, mas não pode ser usado indefinidamente a exemplo do controle da febre de uma criança com infecção grave, usando aspirina; há que se combater a causa ou as causas. As causas são a introdução de nutrientes: fósforo, nitrogênio nos esgotos. Portanto, há necessidade de ação rápida. Não sabemos até onde o sulfato de cobre vai responder bem e, também, do ponto de vista da própria preservação de longo prazo do lago, embora o sulfato de cobre seja colocado dentro das doses compatíveis com a orientação da Organização Mundial de Saúde e das normas de meio ambiente no Brasil, há que se levar em conta que é um metal pesado. A longo prazo, o próprio lago e, por sua vez a vida aquática, pode vir a ser objeto de alto grau de intoxicação por parte desse metal pesado. Por consequência, trabalhamos numa região de razoável incerteza e risco crescente, que é de um **bloom** que poderá ocorrer a limites com a aplicação de sulfato de cobre. Se esse **bloom** vier a ocorrer, uma coisa bastante provável, será muito mais intenso do que aquele vivido em 1978. Serão milhares de toneladas de proteínas em decomposição, com a emanação de todos os vapores de gases sulfurosos, anômicos, que poderão afetar, severamente, a qualidade de vida de populações na bacia.

A SRA. MÁRCIA KUBITSCHEK — Esta era exatamente a minha segunda pergunta: quais seriam as consequências para a população, se isso ocorresse?

O SR. WILLIAM PERNIDO — Um **bloom** como esse seria proporcionalmente à extensão infestada por esse tipo de microorganismo; comparado com 1978, é possível antever para muitas regiões circunvizinhas e boa parte das populações da orla do lago a necessidade de evacuação, uma vez que são sobretudo, populações de alto risco de mobilidade, populações de faixa etária infantil ou populações de faixa etária superior, pessoas com deficiências respiratórias e cardiovasculares etc; essas pessoas, eventualmente, teriam que ser evacuadas. A emanação e o mau cheiro que tomariam conta da região poderiam, inclusive, inibir o funcionamento — e é até concebível — dos Poderes da República e das delegações.

A SRA. MÁRCIA KUBITSCHEK — Quer dizer que isto representaria uma espécie de calamidade pública?

O SR. WILLIAM PERNIDO — Da maior gravidade.

A SRA. MÁRCIA KUBITSCHEK — Da maior gravidade?

O SR. WILLIAM PERNIDO — Sem dúvida nenhuma, e que levaria à necessidade de intervenção de todo o equipamento de defesa civil, não apenas do Distrito Federal, mas em escala nacional.

A SRA. MÁRCIA KUBITSCHEK — Muito obrigada. Eu gostaria de saber...

O SR. PRÉSIDENTE (Meira Filho) — Nobre Deputada, o tempo de V. Ex^a está esgotado.

A SRA. MÁRCIA KUBITSCHEK — Sr. Presidente, peço apenas mais um minuto.

O SR. PRÉSIDENTE (Meira Filho) — Tem a palavra V. Ex^a.

A SRA. MÁRCIA KUBITSCHEK — Quantos empregos esse projeto irá gerar em Brasília?

O SR. WILLIAM PERNIDO — Nobre Deputada, nas fases de ampliação das estações e implantação do sistema coletor, se levar em conta empregos diretos, indiretos e os induzidos que o efeito renda traz para outras atividades da população, poder-se-á raciocinar com o nível total de absorção entre seis a dez mil.

A SRA. MÁRCIA KUBITSCHEK — Muito obrigada. Apenas uma última pergunta, se ainda houver tempo.

O SR. PRÉSIDENTE (Meira Filho) — Peço a V. Ex^a seja rápida.

A SRA. MÁRCIA KUBITSCHEK — Serei rápida.

Estão dizendo por aí — é outra coisa que a população gosta muito de perguntar — que o processo utilizado nas usinas de tratamento terciário está ultrapassado. Existe alguma verdade nisto?

O SR. WILLIAM PERNIDO — Não. É exatamente o contrário. A tradição do tratamento terciário, em países sobretudo do Hemisfério Norte, se fez, depois da Segunda Guerra Mundial, sempre na direção do tratamento químico, que tem caminhado para a obsolescência. É um tratamento de implantação mais cara, de operação mais complexa. Este, sim, com alguns riscos inclusive de derrame de substâncias eventualmente nocivas à comunidade. Tanto é assim que a tendência, hoje, é na direção do tratamento biológico. A primeira usina desse tipo tem um pouco mais de 15 anos. Não obstante, já temos mais de quarenta estações em funcionamento no mundo e o número é crescente, a cada ano há introdução de novos equipamentos em áreas urbanas. Por consequência, esse processo que queremos em Brasília é altamente inovador, que trabalha praticamente com custos relativamente pequenos comparados com o processo químico tradicional e que coloca praticamente a biologia a serviço da comunidade.

A SRA. MÁRCIA KUBITSCHEK — Muito obrigada.

O SR. PRÉSIDENTE (Meira Filho) — Com a palavra o nobre Deputado Valmir Campelo.

O SR. VALMIR CAMPELO — Dr. Willian Pernido, realmente fiquei satisfeito com a sua exposição, pela segurança e pelo brilhantismo das respostas.

Apenas para tirar algumas dúvidas farei três perguntas:

— Se a licitação de 1983 contemplou o mesmo projeto de licitação deste ano? A CAESB — é do meu conhecimento — tem pareceres jurídicos

que a isentam de apresentar o RIMA para esta obra. Porém, visando solucionar essa polêmica, a CAESB se propôs a apresentar o RIMA? E, por último: como será pago o empréstimo e por quem?

O SR. WILLIAM PERNIDO — Sr. Deputado, V. Ex^a colocou três questões que tentaria objetivamente situar.

Primeiro, é que a licitação de 83 não diz respeito ao mesmo projeto que a licitação de 87. Ela dizia apenas respeito a fornecimento de equipamentos, única e simplesmente. Valendo ressaltar que a CAESB tinha buscado um financiamento, naquele ocasião, de um milhão e meio de IPC, e, após a abertura das propostas, ela se deparou com a situação de que dispunha de menos, talvez de 40% dos recursos necessários para a aquisição desses equipamentos.

Comparada essa licitação de 83 com a atual, na de 87, hoje, além de aquisição de equipamentos, fornecimento de equipamentos, estão incluídas todas as obras civis, a montagem dos equipamentos, toda a elaboração de manuais de operação e manutenção, todo o período de pré-operação, operação experimental, treinamento do pessoal e fornecimento de todos os equipamentos, inclusive os laboratórios de suporte para as novas estações.

Quanto ao RIMA, como sugerido anteriormente, temos pareceres a partir da nossa própria Procuradoria Jurídica e de eminentes administrativistas brasileiros, no sentido de que nos isenta, em face das peculiaridades distintas de quaisquer outros Estados da Federação, das peculiaridades da CAESB, como gestora do meio hídrico do Distrito Federal.

Essas questões, suponho, passada a fase judicial a que fomos levados a que, na última sexta-feira, culminou com um indeferimento do pedido de liminar, ela certamente deverá ser remetida à apreciação. E o governador do Distrito Federal, certamente, exercerá o seu papel de liderança e de chefe administrador, no sentido de compor uma situação que atenda ao interesse público. Estou seguro, nossa posição é de obediência. Aguardamos, é o nosso entendimento, a qualquer momento, uma determinação de S. Ex^a, no sentido de que a companhia CAESB ultime, independente do seu arrazoado legal e de seu posicionamento, ultime os seus documentos relacionados com o impacto ambiental e submeta-os ao Governo do Distrito Federal, com o espírito de total obediência e disciplina. Acredito que a partir daí, independente da vitória legal, partiremos também para uma situação de equilíbrio administrativo, que é o que interessa à comunidade.

Finalmente, quanto ao empréstimo que V. Ex^a menciona, o esquema de financiamento é equacionado de maneira que aproximadamente 50% desses recursos são a fundo perdido. Outros 50% se distribuirão por tomada de encargos, parte pelo Distrito Federal, parte pela CAESB. No caso da CAESB, será respeitado um limite que será determinado pela capacidade de pagamento da empresa associado ao aumento de receita que possa exigir esse projeto, visto que grande parte hoje dos nossos cidadãos que habitam a orla do lago não dispõem de equipamentos de esgoto sanitário e deles virão a dispor no futuro. Isso é um dos pré-requisitos — naturalmente há a ampliação das estações inicialmente para tratar, inclu-

sive, os fluentes que ali chegam e que não têm tratamento hoje uma parte deles é lançado em bruto. Além de incorporar esses fluentes que não são tratados hoje, as estações terão capacidade disponível para tratar novos participantes no sistema total de coleta. Isso significa aumento de receita da companhia, que será cotejado, naturalmente, com uma parte de encargo para a CAESB. A CAESB só terá encargo até no limite do seu acréscimo de receita; fora disso, parte do encargo associado a 50% do empréstimo, então, é responsabilidade do GDF, e a outra metade na composição total de empreendimento é a fundo perdido.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Em nome da presidência da Comissão do Distrito Federal, registro a nossa satisfação em ver aqui presente o ilustre Senador Itamar Franco.

Obrigado a V. Ex^a pela sua presença. (Pausa.)

A palavra continua franqueada aos Srs. parlamentares. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Mansueto de Lavor.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Só uma pergunta a respeito do financiamento do Banco Mundial. Temos experiência em outros projetos, principalmente no nosso Estado, onde o Banco Mundial impõe condições inclusive de decisões internas próprias dos órgãos envolvidos nos contratos. Vou citar apenas um exemplo: no que se refere ao chamado Projeto Nordeste, projeto de desenvolvimento que vem do Governo passado, para a região Nordeste, o Banco Mundial, que é o principal financiador — aliás, não é nem o principal, é o parceiro que entra com 50% do financiamento, ficando o restante, a outra metade, com financiamento internos do País — no entanto, o Banco Mundial, entrando com 50% dos recursos, entrou com quase 90% das decisões. Entre elas, a de se fazer um levantamento aerofotogramétrico do Nordeste, com equipamentos importados, sofisticados, levantamento este que poderia ser feito ao nosso alcance, ao nosso modo, com equipamentos nacionais, inclusive por firmas nacionais.

Isso foi muito ruim, mas foi uma imposição e, como se precisava do dinheiro, se aceitou esse tipo de imposição do Banco Mundial. Lemos aqui, pelos jornais, que também o Banco Mundial está interferindo aqui nessas decisões desse projeto, inclusive com prejuízos para a obra.

Até que ponto vão essas exigências do Banco Mundial acerca desse projeto?

O SR. WILLIAM PENIDO — Senador Mansueto de Lavor, as questões de interferência a que V. Ex^a alude também existem no caso desse projeto. Elas se explícam de maneira mais enfática na preparação dos documentos de licitação. Foi mencionado, no início da exposição, que já em julho do ano passado tínhamos o primeiro fac-símile, digamos assim de uma idéia desses documentos; levamos ao então BNH e de 20 a 30 dias já tinham sido resolvidas as diferenças de concepção e questões legais e emergia o documento conjunto. A coisa foi para Washington e lá se passaram exatamente seis meses, ao longo dos quais um verdadeiro conflito se estabeleceu entre a parte brasileira, no caso a CAESB, o GDF e o BNH, depois a Caixa Econômica, dadas as exigências do Banco. Sentimos, naquela oportunidade, que as exigências do Banco Mundial eram

profundamente enfáticas, no sentido de tornar a concorrência realmente internacional.

Em várias oportunidades ouvimos da parte dos nossos interlocutores, lá, proposições de que aqui no Brasil temos fechado o nosso mercado para firmas prestadoras de serviços, ao mesmo tempo em que abrimos nossas oportunidades lá fora — isso na concepção desses senhores.

Eles nos tentaram impor, por exemplo, níveis de exigência de capital que tornariam a concorrência praticamente impossível de participação no processo...

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Empresas nacionais.

O SR. WILLIAM PENIDO — Exatamente. Ou, pelo menos, ficariam muito limitadas. Conseguimos abrir um pouco essa exigência. Acabou sendo exigência de um capital, o capital do consórcio, porque foi outra exigência que conseguimos sobrepor. O consórcio foi possível. Aliás, a licitação permitiu que o consórcio ganhasse nível comparável com grande parte das firmas de porte médio superior brasileiras, e as exigências também, deles, em termos de requisitos. Exemplifico: atestados técnicos na área de tratamento; se fôssemos seguir essa exigência, tornariam a concorrência realmente internacional, mas com prejuízo para o Brasil, vez que ainda não há esse tipo de atestado para as firmas brasileiras. Conseguimos manter a coisa em nível propriamente secundário.

Então, como V. Ex^a bem situou, no caso do Projeto Nordeste, no nosso caso a escala é menor; naturalmente um empreendimento mais pontual, mas sofremos, eu não diria intransigência, mas uma atitude firme da parte deles, tentando permitir a entrada de firmas externas.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Eu gostaria de concretizar que, por esse contrato de financiamento, a CAESB, o Governo do Distrito Federal se obrigou a importar equipamentos que tinham similares nacionais e a importar serviços que poderiam ser prestados por empresas nacionais? Esta é a minha pergunta.

O SR. WILLIAM PENIDO — Senador, primeiro com relação a serviços, eles já estão estabelecidos; e, da parte dos ganhadores para a construção civil, são todos nacionais. Da parte de equipamentos, são todas firmas nacionais, embora se deva ressaltar que todas elas têm vinculação com empresas multinacionais no setor. Aliás, na área de tratamento, seja de esgoto, seja para boa parte de equipamento no setor de saneamento é profunda a presença entre nós de empresas brasileiras que mantêm algum grau de dependência, inclusive tecnológica, externa. Com relação à importação direta de equipamentos que não serão fabricados no Brasil, como referi, correspondem a 4% do montante total alocado para equipamentos, cerca de pouco menos de 2% do total do projeto; portanto, pouco mais de 2 milhões de dólares; não houve imposição com relação à aquisição. Essa aquisição ocorrerá mais do ponto de vista do interesse industrial, vale dizer, também comercial, dos ganhadores, uma vez que, com relação aos fitogeneradores a serem usados, a construção deles no Brasil violaria economias de escala. Não haveria interesse da parte deles, por isso serão importados.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Agora passamos a palavra ao vice-presidente desta comissão, o ilustre Senador Edison Lobão.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Sr. Presidente, meu caro colega Edison Lobão, peço licença para fazer um pequeno requerimento verbal a V. Ex^a e ao presidente. Compromisso fora e longe daqui, às 19 horas e 30 minutos, e vou ter que me ausentar. Sendo o maior interessado no assunto, de vez que solicitei essa providência, embora esteja sendo desvirtuada, porque pretendíamos justamente comparar as posições de dois órgãos de Estado, queríamos o confronto que não se deu. Tenho o maior interesse em acompanhar o debate. Solicito a V. Ex^a que amanhã mesmo eu tenha acesso à gravação de toda esta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Perfeitamente, Senador. O pedido de V. Ex^a é uma ordem aqui nesta Casa. (Pausa.)

Com a palavra o nobre Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO — Esta reunião foi convocada, como disse o Senador Pompeu de Sousa, por sua própria iniciativa e S. Ex^a o fez muito bem. As questões do interesse do Distrito federal — e o senador é um representante do Distrito Federal — devem ser examinadas com cuidado, porque a todos nós, políticos, cabe fiscalizar e zelar pela coisa pública. Portanto, me regozijo com o Senador Pompeu de Sousa pela iniciativa que teve. Afinal, esse problema ligado à CAESB, em verdade, já estava causando certo *frisson* aqui no Distrito Federal.

Pelo depoimento que ouço do presidente da CAESB, devo concluir que tudo aquilo, toda aquela atoarda não teve muito sentido. Acompanhei uma por uma as indagações do Senador Maurício Corrêa, objetivas todas, profundas, e foram, todas elas, respondidas de maneira, para mim, plenamente satisfatória. E, quanto ao Senador Pompeu de Sousa, tanto quanto pude perceber, a única objeção maior que S. Ex^a levantou foi ao fato de o presidente da CAESB ter confundido a data da inauguração de Brasília. Ovi as indagações do Senador Mansueto de Lavor, também pertinentes, e as dos demais parlamentares.

Devo dizer que, a meu juízo, se dependesse de mim, eu daria o assunto inteiramente por encerrado, pois os esclarecimentos do presidente da CAESB foram terminantes. (Palmas.)

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Sr. Presidente, desculpe a impertinência, mas eu acho que não vamos encerrar aqui o problema relativo à CAESB. Queremos ouvir os técnicos inclusive de órgãos do próprio Governo.

Requeiro a V. Ex^a providências no sentido de marcar também uma nova reunião para ouvir as autoridades.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Não querendo contrariar o Senador Edison Lobão, acato a colocação de V. Ex^a.

Com a palavra o nobre Deputado Augusto de Carvalho.

O SR. AUGUSTO DE CARVALHO — Sr. Presidente em primeiro lugar registre o meu protesto, quando dessa discussão que movimentou toda a cidade de Brasília.

Longe dessa discussão, a comunidade depôs-se com um ato de violência, na minha opinião,

que foi a demissão, por parte do governador do Distrito Federal, do engenheiro Benjamim Sicsu, pessoa do mais alto gabarito técnico, pessoa que tem colocado todo o seu trabalho em defesa dos interesses do povo de Brasília, exatamente uma pessoa que divergia da forma como estava sendo encarinhado o problema da despoluição do lago Paranoá.

Registro este meu protesto.

Da mesma forma como falou o Senador Pompeu de Sousa, seria muito importante que tivéssemos, nesta reunião, partes envolvidas com interpretações diferenciadas, para que se pudesse estabelecer as diferenças desses entendimentos.

Pergunto ao Sr. William Penido a respeito de uma informação publicada nos jornais, relativamente ao protesto ou à insatisfação de uma das empresas que participaram da licitação — a Tratex.

Segundo o **Correio Braziliense**, Jornal de Brasília, a empresa Tratex solicitou, no dia 5 de junho, o adiamento da concorrência, por não ter conseguido obter proposta de fornecimento de nenhum dos dois únicos fornecedores de equipamentos.

Então, pergunto: se os outros concorrentes conseguiram obter os preços negados à Tratex, não seria esse um indício suficiente para anular ou, pelo menos, adiar a concorrência, em face da alegação de suspeição suscitada por essa empresa?

A segunda questão: a CAESB buscou averiguar e esclarecer a denúncia da empresa Tratex? Se buscou, qual foi o resultado da averiguação?

Este é um esclarecimento que eu gostaria fosse feito, uma vez que essa notícia foi veiculada nos jornais da cidade, insinuando que haveria, por parte de uma das empresas que participaram dessa concorrência, dificuldades na obtenção dos preços dos equipamentos, que foram obtidos por outras empresas envolvidas nessa licitação.

O SR. WILLIAM PENIDO — Sr. Constituinte, é correto que a empresa em questão, que V. Ex. menciona, dirigiu-se, tentando obter adiamento da concorrência, primeiro por via informal e, posteriormente, ou quase simultaneamente, por via formal.

Submetemos o assunto ao exame da nossa Procuradoria Jurídica, que não viu mérito legal em se tentar adiar uma concorrência internacional baseado nos argumentos, que eram questões afeitas à província, sobre a qual a CAESB não tem controle, e que, no nosso entendimento e no da nossa dota Procuradoria Jurídica, não teriam nenhuma interveniência nem viciariam o processo em curso.

Da nossa parte, satisfeitos por essa análise jurídica, procuramos manter o processo, tendo em vista que um processo de concorrência internacional como esse envolve tempo e uma liturgia relativamente complicada, que, se viéssemos a sustar, parando o relógio, e tentar começar de novo, no nosso entendimento, isso poderia colocar em risco o projeto, uma vez que, nessas questões, a presença do Banco Mundial é sempre complicadora do ritual. Por esta razão, satisfeita, no nosso entendimento, a questão legal, indeferimos a solicitação de adiar a concorrência.

A outra questão, relacionada à denúncia, não apuramos. Acredito que, se a empresa argui que lhe foram negados, da parte de fabricantes de equipamentos, dados para que montasse a pro-

posta, certamente ela deveria, se assim achasse que seus interesses foram lesados, solicitar recursos às autoridades, sobretudo do ponto de vista do direito econômico, ou coisa parecida, do Judiciário. Este deveria ter sido o caminho, mas ela não o seguiu, terminou a sua solicitação nesta correspondência do dia 5 e não mais gerou nenhum outro tipo de contato ou solicitação com relação ao processo que se seguiu.

O SR. AUGUSTO CARVALHO — Apenas mais uma pergunta.

Gostaria de saber do Sr. William Penido a magnitude da soma envolvida nessa obra de despoluição do lago Paranoá, em que existe toda essa divergência nos noticiários dos jornais, dizendo que o valor em que estava orçado primeiramente, incluir 45 milhões de dólares a compra de equipamentos e execução das obras; e, segundo o contrato, a última licitação feita seria toda a parte de compra de equipamentos e a execução das obras.

Então, diante da magnitude desses valores, diante das denúncias que foram colocadas nos jornais, primeiro o **Jornal de Brasília** noticiando informações publicitários que davam, por antecipação, o resultado daquela licitação, depois o **Correio Braziliense** publicou, da mesma forma, outro anúncio em que se colocavam, também, por antecipação, os ganhadores daquela concorrência, nós, como representantes da comunidade de Brasília, temos o dever de zelar para que os interesses do povo de Brasília não venham a ser objeto de disputa de empreiteiras interessadas em abocanhar essa soma fabulosa de recursos. Esta situação, na declaração que V. S.º deu à imprensa, quando falou que "seria muito fácil antecipar o resultado da concorrência, uma vez que, àquela altura, havia apenas três concorrentes e indícios concretos de que o terceiro concorrente não satisfaria as condições de qualificação exigidas pelo edital", declarações de V. S.º ao **Correio Braziliense**, assim, V. S.º mesmo falou, esse anúncio é uma absoluta comédia; qualquer pessoa mediana, entendida no assunto, poderia, a uma semana da abertura do resultado da concorrência, saber quais seriam as duas vencedoras. Então pergunto: o fato de V. S.º descobrir, com relativa facilidade, por antecipação, quem seriam os ganhadores da concorrência não colocaria em xeque, não colocaria, assim, à luz as dificuldades dessa concorrência internacional? Não seria muito frágil, uma vez que se poderia com facilidade, antecipar os ganhadores dessa concorrência?

O SR. WILLIAM PENIDO — Deputado, primeiro que a concorrência tenha esse tipo de novela, que é um ritual; ela começou com o edital em 24 de abril e várias etapas sucessivas se passaram; primeiro, a compra dos editais, como é de praxe, sete empresas o fizeram, diríamos sete grupos e mais sete empresas, porque algumas são consórcios, dessas, cinco são da área de construção e duas na área de equipamentos. As etapas intermediárias se sucederam: a partir da edição do edital, a visita técnica à obra, até, finalmente, à caução. Ao longo desse período, alguns desses grupos, algumas dessas empresas deixaram de participar, abandonaram o barco. No dia 5, portanto cinco dias antes da entrega, dos envelopes, dos documentos da licitação, já tínhamos uma empresa solicitando adiamento, alegando que

não podia participar; restavam três. A referência que V. Ex. fez à alegação que eu dava, ela tem que ser colocada no contexto próprio. Argüia-se, na semana passada, que, a exemplo do que se fizera numa concorrência de conhecimento nacional, que seria a Norte/Sul, onde se tinha algo como vinte empresas, dezenas lotes, argüia-se, a exemplo daquilo, que um anúncio teria sido feito e que, como tal, se caracterizaria uma fraude *a priori*. Então, eu alegava — e era nesse contexto que essa citação pode ser construída — que, onde tínhamos já três empresas, uma vez que a quarta alegava que não podia participar, se alguém fizesse a função de três elementos, de dois a dois, iria ter três alternativas; e eu alegava a natureza inclusive cômica, no sentido não de desprudor, mas de quase tragédia, que ao se construir, como foi o caso que se verificou logo depois, pelo menos, é o que nós ali detectámos das três possibilidades, duas cobertas com anúncios em dias separados, alguém estava tentando gerar uma loteria esperta, usando um eufemismo, ou seja, um jogo em que não se ia dar chance para o vilão alegado, ou seja, a *a priori* estava-se colocando e caracterizando, em meu entendimento, a construção prévia de uma pequena conspiração, através da definição prévia de situações que correspondem à exaustão de todas as situações possíveis. Tal situação é o que teria ocorrido, no meu entendimento, e que, como tal, não gerou, desde o início do *affaire*, preocupação outra que uma profunda, naturalmente, angústia. Ninguém parecia ver o seu, dele ou dela, nome construído como corrupto, como vilão, mas que, de outro lado, por sua vez, isto se assentava numa tranquilidade de que a loteria em questão não era suscetível de caracterizar nenhum ato obsceno da nossa parte. Portanto, não houve preocupação associada a esses anúncios, dos quais pelo menos dois já afloraram, do ponto de vista quase que estatístico "combinatorial" é um caso que não ofende os costumes. Por consequência, não há, no nosso entendimento, o que rever nessa questão, a não ser a gravidade de se tentar montar uma pretensa fraude a partir de expediente tão primitivo.

O SR. AUGUSTO CARVALHO — Na opinião de V. S.º não houve quebra de sigilo.

O SR. WILLIAM PENIDO — Não. Se me permite, só para compreensão, Sr. Presidente.

Qualquer entendido da indústria, a referência seria em outro contexto; pessoa vivida na área de construção pesada, e que é o caso de todas as pessoas que militam nisso, ao sentir as três empresas que tinham chegado ao final, a pessoa já era capaz de discernir que a quarta empresa já estava fora, essa empresa tinha, praticamente, colocado isso no papel. E, das três em questão, uma montagem de diferentes anúncios é uma tarefa relativamente fácil. Portanto, no nosso entendimento, não houve, em nenhuma momento — é uma afirmativa que faço, solene e gravada — quebra de sigilo.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Com a palavra o nobre Deputado Francisco Carneiro.

O SR. FRANCISCO CARNEIRO — Inicialmente, congratulo-me com V. Ex. Sr. Presidente, pelo fórum de debate em que realmente V. Ex. transformou a Comissão do Distrito Federal. Aliás, quando assumiu esta Presidência, dizia que ela seria

o fórum de debates dos grandes problemas de Brasília. Isto se verificou hoje aqui. Ao Sr. William Penido quero dizer que a sua brilhante explanação não me surpreendeu, porque o Governador José Aparecido, preocupado já com algumas notícias que corriam na cidade, dias antes da concorrência, entendeu que, pelo fato de eu, como empresário, haver participado, em todo o Brasil, de várias concorrências públicas, inclusive internacionais, mais de trezentas concorrências durante 28 anos de empresário, pediu-me examinasse detidamente a concorrência que se pretendia levar a efeito na Caesb. E o Sr. William Penido se pôs à minha disposição, com toda a sua equipe de engenharia. Por mais de três horas estive na Caesb, examinando detalhadamente a parte técnica da concorrência, a parte do edital da concorrência e da elaboração do contrato. Com um pouco mais de síntese do que fez hoje aqui, ele me deu toda essa explanação. Após uma análise detida, achei por bem informar ao Governador José Aparecido que podia autorizar a concorrência, porque ela estava perfeita. Realmente, como disse o Dr. Penido, ele não pôde ler aqui, ou colocar leitura todos os documentos, mas, pelo menos, todos os telex de exigências do Banco Mundial foram por mim lidos na Caesb.

Sr. Presidente, esta é a realidade que vemos hoje aqui, a clareza de como se processou essa concorrência numa história que vem de mais de 10 anos.

Eu me congratulo com V. Ex^a, Sr. Presidente, porque este fórum de debate, e somente ele, poderia trazer à sociedade de Brasília a realidade do que houve na concorrência para a despoluição do lago Paranoá, além de todos os aspectos técnicos antes e pós-execução desse trabalho.

Muito obrigado e meus parabéns ao Dr. William Penido, pelo brilhante trabalho que aqui fez, com tom pausado, técnico, sem elevar a voz, em um só momento, respondendo com a tranquilidade de quem tem a convicção do que ocorreu nessa concorrência. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Transfiro o reconhecimento e as palavras elogiosas do ilustre Deputado Francisco Carneiro a toda a Comissão do Distrito Federal. Toda a Comissão está realmente de parabéns, e não a Presidência. (Pausa.)

Ainda continua franqueada a palavra aos Srs. Senadores e Deputados e representantes do povo. (Pausa.)

Não havendo mais ninguém que deseja fazer uso da palavra, passamos à participação popular.

Obedeço à ordem de inscrição. Houve uma troca em relação à lista de inscrição, do Sr. Benjamim com o Sr. Carlos Alberto, Engenheiro, Presidente do PCB-DF.

Com a palavra o Sr. Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO — Sr. Presidente, Senador Meira Filho, realmente esta é uma oportunidade para que o povo do Distrito Federal possa ser esclarecido sobre um projeto que afeta e afetará a sua vida, não só nos próximos anos, mas para muitos anos à frente.

Quero dizer, em primeiro lugar, que não me encontro convencido das razões apresentadas pelo Dr. Penido, apesar da sua forma gentil, educada e refinada de apresentar as razões da Diretoria da Caesb porque me parece que o Dr. Penido,

apesar de Presidente da Caesb, não fala em nome de todos os empregados daquele órgão. Pelo menos foi o que deduzi pelas declarações surgidas na imprensa, de entrevistas do Presidente do sindicato do setor.

Eu gostaria de frisar as seguintes questões: da exposição do Dr. Penido ficou claro, em primeiro lugar, que a alternativa proposta pela Caesb não é a única. São cerca de oito alternativas estudadas.

Segundo, elas se dividem basicamente entre exportação com tratamento secundário, ou do tratamento dentro da Bacia, ou sejam, com depósito do esgoto tratado no lago Paranoá.

Terceira alternativa escolhida foi concebida para uma população de cerca de 700 mil habitantes, e não considera o Plano Lúcio Costa, que elevará a população para cerca de 1 milhão e 200 mil, que vem sendo ardorosamente defendido pelo Governo, bem como, desconsidera, desde já, os sofridos 30 mil habitantes da Vila Paranoá.

Quarto, existe polêmica quanto ao método técnico adotado, além do reconhecimento de que se joga com uma margem de risco e, portanto, podendo não dar certo, como o próprio Dr. Penido falou, o que submeteria a saúde da população às mais graves consequências.

Considerando que os métodos de exportação com tratamento secundário não submetem a esses riscos a população do DF, além de que a diferença de custos é muito pequena, gostaria de propor que, independente do julgamento em segunda instância, em nome da abertura democrática que estamos tentando construir neste País com todo o povo brasileiro, em nome da transparência, em nome do esclarecimento do povo do Distrito Federal, que aqui vive e continuará vivendo, seja apresentado imediatamente o RIMA — Relatório de Impacto Ambiental, ou será que devemos deduzir que a Diretoria da Caesb é contra essa democrática medida instituída no nosso País, que é a de que todo o projeto que tenha impacto ambiental seja discutido pela sociedade?

O SR. WILLIAM PENIDO — Quero dirigir-me ao Presidente do PCB dizendo que, com relação à questão das alternativas, das oito alternativas que o Senhor mencionou, elas eram alternativas em 1981, e deixaram de serlo a partir daí, porque nenhuma delas, exceto uma, passou pelos estágios de relatórios técnico preliminar, projeto básico e projeto executivo. Na tentativa de reativar qualquer uma delas, admitindo por qualquer razão, elas certamente teriam um ciclo longo — oneroso nesse encontro, ou seja, apenas a alternativa à que fiz referência chegou ao estágio atual, de projeto básico, executivo, negociado e licitação feita. Esse ciclo — V. S^a há de convir — demanda vários anos. A exportação a que V. S^a menciona, por um tratamento secundário, é importante talvez esclarecer que a opção foi feita por um processo que custa pouco menos do que qualquer processo de tratamento de fecundagem de lodos ativados e que se acredita que deva resolver o problema no Lago, com uma população como sugerido, não superior a 800 mil habitantes. Se uma operação da bacia de contribuição passar desse nível, isso não significa nem o fim dos projetos nem que eles vão se tornar obsoletos. As estações vão continuar tratando para esse nível de população, a exemplo do que ocorre com qualquer equipamento urbano. A usina de geração

que produz 500 mW em determinada região, se a carga passar a 1.000 mW, o problema é fazer outra usina, de certa forma, é um problema de complementariedade. A exportação tem aquela preocupação, entre outras, do problema hidrológico do Lago; a grande preocupação com a hipótese de, num período de estiagem mais rigoroso, a contribuição para o Lago diminuir de maneira o.

A polêmica quanto ao método — com todo o respeito a debates, democráticos — a nível, vamos dizer, de deflagração de uma concepção, de um projeto, a hora é também de entendimento, de organização da sociedade no trato de questões, sobretudo como esta, que envolve participação de terceiros. Foi seguido todo um ritual de apresentação de órgãos técnicos adequados etc., e o estágio em que estamos hoje é um estágio de obras em execução. A posição da CAESB não é posição de intransigência em relação ao RIMA. A questão toda — e sempre nos batemos — é um entendimento de que o RIMA é uma grande conquista para a comunidade, para a sociedade brasileira. O RIMA pode ser construído como substituto para tomada de decisão das autoridades, no que diz respeito à eleição de projetos de interesse público. O RIMA contempla e a análise dele deve contemplar, questões de interesse em qualquer grande projeto público: a questão ambiental, o problema do impacto ambiental, a medição disso, mas o RIMA não é um substituto para as ações conjugadas de governadores, presidentes e diretores de empresas, do Poder Legislativo, dos dirigentes de órgãos financeiros, a certa altura do processo, sentimos, pelo menor debate público, que passou a existir, que se estava tentando caracterizar o RIMA como um instrumento para reversão do próprio processo de implantação do projeto. Dentro do nosso entendimento, o RIMA é um instrumento para checar riscos, custos, benefícios para a comunidade, do ponto de vista ambiental. A posição, entretanto, é intransigente do ponto de vista, mesmo ressaltando-se que acreditamos ter uma base jurídica, uma base legal para a nossa posição do ponto de vista administrativo e político.

Esperamos, e isso deve ocorrer logo, ser satisfeita pelo Governo do Distrito Federal, para apresentar análise sob essa ótica, um documento em que se vá analisar o impacto ambiental e, a partir daí, naturalmente que ouvido por outras pessoas a CAESB e pessoas ligadas à área ambiental, se feita uma definição de diretrizes para o projeto em implantação.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Pergunto ao Dr. Carlos Alberto se está satisfeita.

O SR. CARLOS ALBERTO — Não estou satisfeita, evidentemente. Apenas renovaria o apelo de que essa apresentação do RIMA, que dar confiabilidade ao projeto, que é inclusivo coloca em contestação à sua idoneidade através de um órgão da imprensa, fosse necessária, para se dão Distrito Federal essa satisfação. Se a CAESB, evidentemente, não tem a apresentação do RIMA, ela deve apresentá-lo imediatamente, porque isso é que dará a confiabilidade sobre um projeto que terá impacto sobre a vida do povo do Distrito Federal, durante dezenas e dezenas de anos.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Obedeço ao critério estabelecido pela Presidência

da Comissão do Distrito Federal, ainda teremos 25 minutos desta assembléia. Portanto, passo a palavra a mais um dos participantes, o Engenheiro Benjamim, da Associação Brasileira de Canoagem e Ecologia, lembrando ao distinto Engenheiro que não se esqueça do nosso tempo, que é primordial.

O SR. BENJAMIM — Sr. Presidente, sobre as questões técnicas não me vou ater, porque as questões técnicas vão ser debatidas em torno do RIMA, conforme foi anunciado ontem pelo Governador do Distrito Federal, que, na consciência dele, estava claro que deveria ser feito o RIMA e que tomaria as providências para ser feito o RIMA. Vou-me ater à questão financeira.

Em setembro de 1985, foi feito pela Empresa FEEBA, que foi citada aqui pelo Presidente da CAESB, um orçamento no valor de aproximadamente 45 milhões de dólares ou 6.300.000 IPC, na época, que incluía a montagem de equipamentos, os equipamentos e a construção civil. Esse projeto custava 6.300.000 IPC, retirando-se os encanamentos respectivos, que não estão sendo necessitados agora. Isso equivalia a algo em torno de 45 milhões de dólares, e, agora, o projeto estaria custando 125 milhões de dólares, e uma das grandes razões para essa mudança é o Índice de Construção Civil Versus crescimento do dólar.

Primeiro: para equipamentos não vale o índice de crescimento civil, mas o valor solicitado na época, que foi garantido pelos fornecedores de equipamentos durante cinco ou seis sucessivas manutenções de preço. Durante todo esse período, eles mantiveram o preço, e esse preço tem uma equivalência em dólar.

A outra parte do projeto, que inclui a construção civil, esse grande índice na verdade escamoteia. Por quê? O que se entende por índice de Construção Civil? Primeiro, os materiais e, em segundo, a mão-de-obra, e não me consta que houve um crescimento do salário do trabalhador brasileiro, e nesse tipo de obra há uma intercessão muito grande do trabalhador braçal; não houve um crescimento do índice do trabalhador brasileiro superior ao dólar. Ao contrário, Sr. Presidente, estamos numa época onde o salário mínimo tem uma equivalência menor, tem índice menor possível em relação ao dólar. Tanto que o Presidente da República vem tentando reverter essa consideração, vem tentando aumentar o salário mínimo para atingir uma equivalência em dólar.

Em terceiro lugar, Sr. Presidente, a única questão que no orçamento de 1986 não estava sendo considerada e a forma de licitação agora levaria em consideração era o BDI, ou seja, o chamado lucro e as despesas indiretas do empreiteiro para poder realizar essas obras.

Essa associação de Índice de Construção terá de ser dissecado, mas em dois minutos e meio não poderemos estender essa análise. RG, lógico dissecarmos esses índices, porque não adianta corrigir os 45 milhões de dólares com um índice que não os atinge, porque Índice de Construção Civil não atinge a parte dos equipamentos e muito menos o salário do trabalhador; atinge meramente os índices do cimento, os índices do ferro alguns outros índices de alguns componentes da parte civil.

Voltando agora à questão do único índice que não estava orçado na época, que eram o lucro da empreiteira e custo indireto da obra, as despesas indiretas da obra, qualquer lucro de empreiteira superior a 6% representa uma transferência direta de renda do trabalhador para o trabalho, porque 6% foi o maior índice de crescimento da economia nesse período. Como não tivemos outro índice de crescimento da economia nesse período, qualquer índice superior de lucro de fixação de 15 a 20% de lucro da empreiteira significa, objetivamente, uma transferência de renda da classe trabalhadora para o capital, e isso numa licitação pública, onde há uma interferência muito forte do Estado, e que não é admissível!

Em último lugar, Sr. Presidente, qualquer despesa indireta, superior a 10%, num tipo de construção dessa, é altamente questionável, porque qualquer remuneração indireta — e o Professor e Engenheiro Carneiro, a quem prezo bastante, é especialista e conhece esses índices —, qualquer despesa indireta dessa, num tipo de obra desse porte, é bastante questionável.

Agradeço a V. Exº o tempo que me foi concedido, de três minutos. Gostaria depois, em outra oportunidade, por escrito, de fazer uma colocação em relação a essa variação de preço. Acho bastante questionável essa variação de preço, de 6.300.000 para 8.200.000 IPC, como foi apresentado na montagem. Trouxe uns dados aqui, e vou deixar para a Comissão. Na época, o orçamento de 1985 da CEEBRA, feito em setembro, que depois foi consubstanciado num convênio assinado, em novembro de 1985, e um protocolo de intenções com a Sepplan, inclui a montagem de equipamentos, principalmente na última folha da planilha; como incluía toda a construção civil, como incluía a totalidade da aquisição dos equipamentos. Se novos equipamentos vão ser adquiridos, se novas questões vão ser inseridas no projeto, teremos que levar em consideração que este mesmo projeto foi: o primeiro, orçado também pela empresa; foi aprovado pelo mesmo sistema de saneamento do BNH, hoje Caixa Econômica Federal, e pelo mesmo Banco Mundial. Afinal de contas, se também a engenharia sanitária tem feito uma série de acertos na vida do Brasil, e isto é correto, estamos vivendo alguns erros da engenharia sanitária, como, por exemplo, a usina de lixo, que foi projetada dentro da Companhia, foi erguida dentro da Companhia, foi licitada pela CAESB, e hoje apresenta a problemática que conhecemos como também o Santa Maria, que foi projetado e construído pela Companhia e em fevereiro deste ano foi anunciado publicamente que ele secaria, e não secou.

O SR. WILLIAM PENIDO — Sr. Presidente, há algumas questões aqui que nos exigirão um tempo maior, porque elas, inclusive, são do campo estrito do esgotamento sanitário, para entrar na questão do racionamento de água. Um primeiro ponto que gostaríamos de enfatizar é a concorrência que tratamos e que o Deputado Francisco Carneiro, com sua experiência, teve ocasião de inquirir e fazer esse tipo de indagação. Para esse tipo de concorrência o edital não estabelece relação de nenhuma natureza entre orçamento e proposta vencedora. Isso é uma questão que para algumas pessoas deve ficar bem gravada, na medida em que isso não é concorrência de preço

por intervalo, em intervalos associados a um orçamento-base podem motivar propostas.

O orçamento tem o caráter fundamentalmente de orientar a solicitação, neste caso, dos pedidos de financiamento. Os pedidos de financiamento que o ilustre interlocutor mencionou, de 6.900.000 OTN, de 1985, foram posteriormente revistos, revisão baseada em índices como o INCC, solicitados aos órgãos financiadores. Esses órgãos acolheram — o ex-BNH, o Banco Mundial, e a própria Sepplan, a Presidência — acolheram, tanto assim que retificaram e ratificaram os instrumentos anteriores, dando, assim, não só o seu assentimento, mas o seu reconhecimento de que essa revisão de orçamento, baseada em índices, como o INCC, era irrelevante. Somente depois de garantido o respaldo financeiro e legal, via ratificação dos convênios anteriores, é que podemos passar ao processo licitatório.

As agências, tanto o ex-BNH, a Caixa Econômica Federal, o Banco Mundial, ou a própria Sepplan, não são ingênuas e certamente analisaram isso sob o crivo de seus procedimentos usuais. Voltamos a enfatizar a necessidade desse tipo de análise nesse tipo de questão, de levar em conta o grau razoavelmente anômalo e a alteração da estrutura da economia brasileira, sobretudo, nos últimos dois ou três anos. A interveniência do chamado Plano Cruzado é um divisor de águas e basta verificar, como sugerimos anteriormente, a profunda divergência de alterações nos índices como o INCC, que é um índice irrelevante para o tipo de obra que estamos realizando, como contraposto ao caso do dólar.

Essas questões, em última análise, certamente não se esgotam aqui. Toda essa documentação de interesses já está à disposição do Tribunal de Contas, que, seja por dever de ofício, seja como garantia da tranquilidade da comunidade, já iniciou o seu exame: questões de verificação orçamentária, que exigem, realmente, um apuro, em um tempo que nos falta aqui. Nesta semana, o Tribunal de Contas já iniciou o seu exame e temos certeza de que a evidência aritmética vai corroborar o que vamos falar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Agora concedemos a palavra a outro participante desta reunião, é o Sr. Antônio Claudinei Poni, do Sindicato dos Engenheiros.

O SR. ANTÔNIO CLAUDINEI PONI — Sr. Presidente, Constituintes, Colegas engenheiros, Sr. e Srs., o Sindicato dos Engenheiros se faz presente nesta hora em que a sociedade brasileira precisa ficar com essa questão de saneamento colocada de uma forma muito transparente e, por isto, estou aqui.

A primeira coisa que eu gostaria de solicitar ao Sr. William Penido seria que todos esses espaços que ele coloca, como relatórios, projetos e estudos, nos quais cita que determinadas entidades, pessoas jurídicas aprovaram, que ele, por favor, encaminhasse ao CREA quais são os responsáveis, com os seus respectivos CREAS, que estão assumindo essas responsabilidades técnicas, tanto por parte da CAESB como por parte das firmas que fizeram esses estudos.

Sou conselheiro no CREA e, infelizmente, o Estado não cumpre a legislação, fazendo essas anotações de responsabilidade técnica. A usina de lixo, por exemplo, que hoje é um problema, não

sabemos, com detalhe, quem projetou, quem estudou, quem recomendou. Acho que a sociedade precisa ter, cada vez mais, a sua transparência exercitada.

A segunda coisa que nos leva a colocar aqui, nesta Comissão é que estranhemos uma dicotomia que existe entre o CAUIMA e a CAESB. Pelo que me consta, já foi aprovado o plano de assentamento em Brasília que levará a população, na melhor das hipóteses, a 1 milhão e meio de pessoas, e a CAESB está adotando soluções no esgoto que atenderiam aproximadamente, já, numa folga de projeto, cerca de 850 mil pessoas.

Será que — se admitirmos que, nos próximos 15 anos, teremos essa população ultrapassada — essas condições de contorno de projeto não mudariam?

Uma outra coisa que nos preocupa é que essa técnica de tratamento de esgoto está tendo uma evolução tecnológica, com acentuada rapidez, e existem outras experiências. Será que, numa hora de gastarmos um volume de recursos que levaria, em contas reais de usuário desse sistema, a cerca de 30 mil cruzados por habitante usuário desse sistema, não deveríamos dar uma respiradinho e rever essas posições?

Outra coisa que me pergunto é a seguinte: esse projeto excede a tudo o que nós, costumeiramente, temos visto quanto a financiamento e custos de projeto. Tivemos normas de BNH, com 60 dólares. Eu concordo que Brasília não pode entrar nisso. Mas passar de 60 para 600, a coisa complica; precisávamos ter uma mensuração disso. Eu faço esta pergunta bem clara; hoje, os projetistas e o corpo técnico da CAESB, de uma forma clara, recomendariam ainda essa solução?

O SR. WILLIAM PENIDO — Quanto à questão do CREA, acredito que estamos à sua disposição para montar esse levantamento de informações que o Senhor solicita.

A CAESB, até hoje, não tem uma definição construída, uma definição clara do nível de ocupação da Bacia e do intervalo em que isso vai-se passar. Acredito que o Senhor está mencionando esse plano. Enquanto isso ocorre, ela tem que se basear, pautar-se pela última definição demográfica que ela recebeu e a partir da qual ela trabalhou o desenho dessas situações e desse programa. Imagina que a população da Bacia, eventualmente, dentro do que já foi sugerido aqui, ultrapasse esses valores e, com relação, inclusive, a esse problema de população da Bacia, é a questão de firma, que se discute aqui, esse plano naturalmente exige um RIMA bastante compreensivo, para que o conhecimento disso, a nível da comunidade, inclusive da sociedade civil, se faça de maneira razoavelmente adequada. Quando isso for feito, evidentemente, se isso alterar o horizonte de implantação dessas estações, nenhum a catástrofe. De novo, como qualquer equipamento urbano, regional, vamos estudar a adição de capacidade, dentro do que o plano recomendar. Quando o Presidente Juscelino Kubitschek, por exemplo, determinou a implantação de Brasília, ainda que flertando com o futuro maior, ele o fez, inicialmente, definindo um equipamento urbano compatível com o primeiro estágio de implantação. Quando se definiu, por exemplo, a construção de uma usina como Três Marias, não se levou em conta qual era a carga de 30 anos depois. O mesmo problema nosso: um problema de adi-

ção de capacidade, na medida em que o tempo passa e novas realidades se incorporam.

A despeito do rigor que todos pretendemos, do ponto de vista, inclusive, acadêmico, escolástico, temos que levar em conta que, no mundo real, tridimensional, temos problemas. O Senhor há de convir que o ciclo de se pensar em projeto na escala do Lago Paranoá, um projeto novo, desenvolver relatório técnico preliminar, projeto básico, executivo, negociar e tudo mais, é longo e esbarra em questões que transcendem a competência técnica de pessoas, esbarra no ciclo político, no apetite, praticamente, dos órgãos financeiros e tudo mais. O caso que temos em pauta é um testemunho disso. De qualquer maneira, independente de qual projeto seja, já se vão aproximadamente 12 anos sem que tenhamos chegado a nenhum ponto, a não ser o início provável, ou o início que estamos vivendo agora nas obras. Acredito que seria um desserviço à comunidade, cercado como já está, no nosso entendimento, o projeto das salvaguardas necessárias e que foram trazidas à longa gênese desse projeto, parar agora para considerar a hipótese de jogar tudo por terra e começar numa nova direção. Correríamos um risco. Está entrando aí o ano 2000 e, com todas as desvantagens o problema de técnica para tratamento. Nessa escala, eu diria que o custo de tratamento, a capacidade unitária de tratamento, como o Senhor mencionou, realmente é alto. Isso distingue Brasília de outras cidades, uma região metropolitana, em torno de um corpo d'água praticamente único, com condições peculiares. Certamente esse tratamento tem nível de remoção de certos limitadores maior do que seria numa cidade que tem um corpo d'água receptor dinâmico. Brasília paga um preço pela sua peculiaridade e pelo fato de ser Capital, e naturalmente recebe uma contrapartida, ela está recebendo uma boa parte desse investimento a fundo perdido. O custo para a comunidade daqui é bem menor do que seria se esse equipamento tivesse sido implantado no Rio, em São Paulo, em Goiânia, em Belo Horizonte ou em Curitiba. Essas questões, possivelmente, não esgotam o que o Senhor levantou, mas são as que me assaltam no momento.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Cedemos, agora, a palavra ao participante desta assembleia Wilson Tadei. (Pausa.)

S. S. não está presente.

Então, passamos ao Sr. Carlos Zicarewsky, Presidente do PDS — DF.

O SR. CARLOS ZACAREWSKY — Sr. Presidente, Senador Meira Filho, Sr. William Penido, o Senhor afirmou que o atual convênio prevê juros de 7,5% ao ano e prazo de amortização de 20 anos. Pergunto: como o Senhor explicaria um convênio assinado em 85 que prevê juros, na sua 12ª cláusula, alínea "b", de 6,5% ao ano e um prazo de carência, na alínea "s", de 360 meses, ou seja, 30 anos, convênio esse que está assinado, inclusive, pelo Sr. Governador José Aparecido, em dezembro de 85? Em segundo lugar, tenho aqui também um papel timbrado, da CAESB, que previa, àquela época, a recuperação total do Lago por 12.826.500 IPC e que, em outro documento, a própria CAESB se encarregou de transformar em moeda americana, o que montou 98 milhões de dólares. Pergunto se lhe

poderia passar os documentos e se o Senhor nos poderia dizer se houve, efetivamente, a instalação de novos serviços ou de novos equipamentos que justificassem esse aumento de 98 milhões de dólares para 126 milhões de dólares.

O SR. WILLIAM PENIDO — Uma vez mais as questões que o Senhor menciona devem ser vistas pelo seguinte ponto de vista: primeiro, os valores de taxas de juros, de prazos, de períodos de amortização, na realidade, são ditados quando da assinatura dos contratos de financiamentos. Esses que são os instrumentos legais. Os convênios que foram assinados anteriormente eram, na verdade, convênios guarda-chuva. A CAESB e o Governo do Distrito Federal só vieram a assinar convênios, contratos de financiamentos, há cerca de cinco meses deste ano de 87. Em linhas gerais, as taxas de juros, como disse, foram em torno de 7,5% e prazo de carência, o período de amortização, de 20 anos.

Quanto ao problema dos valores que o Senhor menciona, poderíamos sugerir o seguinte: entre dezembro de 1985 e 10 de junho de 1987, aquele valor de 6.900.000 OTN do convênio original, baseado na correção do INCC, como mencionamos anteriormente, ele passa de 51 para 92 milhões de dólares, se corrigissemos os valores de moeda brasileira com o INCC e se em cada um dos pontos no tempo utilizássemos a taxa de câmbio corrente.

Com os novos serviços, a mesma correção, baseada na data-base do final de 85, daria 116.898 milhões de dólares, ou seja, 117 milhões de dólares, incluindo todo o pacote que foi licitado, o que é praticamente compatível com o resultado de licitação, desde que, como tive oportunidade de situar, a concorrência internacional, a concorrência de preço mínimo, em tese, desde que a firma "x" fosse qualificada passasse em todo o processo de qualificação e desse o preço de cinco, ela ganharia. O processo é de preço mínimo não vinculado ao orçamento, e baseado nos dados de que dispomos de correção como INCC, teríamos uma correção do período, trabalhando em cada ponto do período com a taxa de câmbio existente — apenas como ilustração, não fazemos contrato em dólares nem pedido de financiamento em dólares, a moeda nossa é o cruzado ou IPC, ou OTN — da ordem de 117 milhões de dólares.

Então, esta é fundamentalmente o que penso ser a elucidação da sua indagação.

O SR. CARLOS ZACAREWSKY — Somente para o Senhor reafirmar. Esse convênio assinado em 85, que tem inclusive o testemunho de Burle Marx, o Senhor diz que é simples guarda-chuva?

O SR. WILLIAM PENIDO — Tanto é que ele foi, posteriormente, ratificado, ele deixou de ter sentido depois que houve nova orçamentação baseada nos índices relevantes. O assunto foi levado ao BNH, Caixa Econômica, e esse convênio foi substituído por outro. Quando foi assinado esse outro, ao final de 86, naquela semana, última do ano, a Caixa Econômica trabalhou nas novas solicitações do Distrito Federal e ratificou esse convênio anterior. Esses valores que estão, ainda deixaram de ser relevantes. O mesmo ocorreu com a Seplan: o convênio inicial com a Seplan foi ratificado posteriormente, em face da nova realidade econômica do País. Esse projeto, como

muitos outros, pelo seu porte, reflete o ambiente macroeconômico de profunda distorção em que se viveu, particularmente nos últimos três anos. Pela experiência de cada um de nós, de qualquer um de nós que iniciou a construção de uma casa em 1984, ou 1985, dois anos depois qual é o nosso registro acerca de orçamento, do pedido de financiamento à Caixa, ou a qualquer órgão do Sistema Financeiro de Habitação? Foi uma época de profunda distorção de índices de preço. Não somos alijores da economia, somos vítimas dela.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Meus amigos, houve alguém aqui, nesta Comissão, que elogiou a Comissão. Queria, nesta oportunidade ter todos aqui presentes para transferir os elogios que foram feitos à Comissão a todos que participaram deste encontro. Enquanto não tivermos a nossa Assembléia Legislativa, será aqui sempre o nosso encontro. As dúvidas, as incertezas, os nossos anseios, as nossas necessidades deverão sempre ser transferidos para aqui, para que possamos discuti-las e procurar, de todos os meios e modos, equacioná-las. Deus queira que continue o nosso País nesse processo democrático, porque este é o caminho da discussão, do esclarecimento e dos debates. Transfiro todos os elogios feitos à Comissão do Distrito Federal aos Senhores, a quem aplaudo. (Palmas.)

Está encerrada a nossa reunião.

(Encerra-se a reunião às 20 horas e 5 minutos.)

8ª Reunião, realizada em 8 de setembro de 1987

Às dezenove horas do dia oito de setembro de mil novecentos e oitenta e sete, na sala de reuniões da Comissão do Distrito Federal, Ala Senador Alexandre Costa, presentes os Senhores Senadores Meira Filho, Presidente, Edison Lobão, Saldanha Derzi, Pompeu de Sousa, Mauro Borges, Alexandre Costa, Ronan Tito, Francisco Rollemberg, João Menezes, Aluizio Bezerra e os Senhores Deputados Augusto Carvalho e Geraldo Campos, reúne-se a Comissão do Distrito Federal. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Mauro Benevides, Albano Franco, Iram Saraiwa, Chagas Rodrigues e Maurício Corrêa. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Meira Filho, declara abertos os trabalhos e dispensa a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida, o Senhor Presidente passa à leitura da pauta, Projeto de Lei do Senado nº 13/87-DF, "que dispõe sobre as Cartas-Patentes dos Oficiais do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal", de autoria do Poder Executivo, adiado para a próxima reunião pela ausência do Relator, Senador Maurício Corrêa. Dando continuidade, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senador Saldanha Derzi, que emite parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 14/87-DF, "que altera a estrutura da categoria funcional de datilógrafo, do grupo Serviços Auxiliares, e dá outras providências", de autoria do Poder Executivo. Colocado em discussão e votação, é o mesmo aprovado por unanimidade. Prosseguindo, o Senhor Presidente apresenta proposta do Senador Pompeu de Sousa requerendo a constituição de uma Subcomissão destinada a investigar as irregularidades na Concorrência Internacional 01.87, realizada pela CAESB para

a contratação das obras de despoluição do Lago Paranoá, e franqueia a palavra, pela ordem, aos seguintes parlamentares: Senador Ronan Tito, Pompeu de Sousa, Alexandre Costa, Aluizio Bezerra, Mauro Borges e ao Deputado Augusto Carvalho. Colocado em votação a proposta, o Senhor Presidente declara que a mesma será nominal; seguindo-se a chamada, votaram a favor pela criação da Subcomissão os Senhores Senadores: Pompeu de Sousa, Ronan Tito, Francisco Rollemberg, Aluizio Bezerra, e votaram contra os Senhores Senadores: Saldanha Derzi, Alexandre Costa, Edison Lobão e Mauro Borges. Verificando-se o empate, o Senhor Presidente, Senador Meira Filho, desempata, com seu voto, a favor da criação da Subcomissão, declarando que a composição dos membros participantes será apresentada oportunamente. Os pronunciamentos desta reunião são publicados, na íntegra, em anexo a esta Ata, por determinação do Senhor Presidente Meira Filho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Carlos Guilherme Fonseca, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ANEXO À ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 8 DE SETEMBRO DE 1987, REFERENTE À PROPOSTA DO SENHOR SENADOR POMPEU DE SOUSA REQUERENDO A CONSTITUIÇÃO DE UMA SUBCOMISSÃO NO ÂMBITO DESTA COMISSÃO DESTINADA A INVESTIGAR AS IRREGULARIDADES NA CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL 01.87, REALIZADA PELA CAESB, PARA A CONTRATAÇÃO DAS OBRAS DE DESPOLUIÇÃO DO LAGO PARANOÁ.

Presidente: Senador **Meira Filho**

Vice-Presidente: Senador **Edison Lobão**

(Integra do apanhamento
taquigráfico da reunião)

ORADORES

Ronan Tito

Pompeu de Sousa

Alexandre Costa

Aluizio Bezerra

Mauro Borges

Augusto Carvalho

Saldanha Derzi

Edison Lobão

Francisco Rollemberg

O SR. RONAN TITO — A denúncia que apareceu no **Jornal de Brasília** só serviu para nos acordar para o âmago da questão. Na realidade, é uma concorrência, é um trabalho que, neste momento em que não estamos dando conta de contar os cruzados para saldar os compromissos do Estado, inclusive com os funcionários públicos, fala em mais de uma centena de milhões de dólares. E a maneira como foi conduzida a concorrência até as ressalvas que a empresa impõe para contratação, porque a própria empresa, na sua proposta, se não for logrado êxito na maneira que se propôs, sugere outra solução. De maneira que acho que o assunto merece estudo, é da maior importância, da maior relevância, o valor implicado na obra é muito grande. E, por isso mesmo, a proposta do Senador Pompeu de Sousa merece de nós a maior acolhida.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Concedo a palavra ao Sr. Senador Pompeu de Sousa.

O SR. POMPEU DE SOUSA — A propósito desta proposta, quero, evidentemente, apoiar a intervenção do nosso colega, o nobre Senador Ronan Tito, fazendo dois pequenos esclarecimentos: em primeiro lugar, esta proposta não implica nenhum prejuízamento, em nenhuma acusação, no sentido injurioso. Ela tem o sentido de procurar apurar a verdade entre as alegações que se fizeram, algumas delas muito ruidosas mas, de qualquer maneira, com uma carga contraditória muito grande. Acho que é dever do desta Comissão, como é o dever Senado Federal esclarecer-se para se orientar. Temos, realmente, um múnus público do qual não devemos nos dispensar, uma obrigação cívica, eu diria assim. Não quero e não pretendo, de maneira nenhuma, que isto seja tornado como um prejuízamento. Devemos ouvir as várias partes, de vez que, em havendo duas Secretarias de Estado, e ambas com o mesmo **status** de poder, que se contradizem, que se contrapõem, julgo ser dever da Comissão do Distrito Federal ouvir as duas partes e ouvir todos os elementos implicados no caso, para verificar a possibilidade de irregularidades ou não e procurar que desse debate nasça a proposição mais conveniente ao interesse da população presente e futura do Distrito Federal.

Quero dizer, que, talvez no ímpeto inicial com que esse requerimento foi dirigido, tenha proposto que a Comissão seja composta dos três Senadores da Bancada do Distrito Federal. É uma proposição um tanto temerária, eu não deveria ter feito a proposição e indicar logo os Senadores. Retiro essa parte da proposição, porque acho que não deveria indicar nem o número de Senadores, nem quais os Senadores. A sugestão nasceu da natural tendência de achar que quem melhor conhece os problemas do Distrito Federal são os seus próprios representantes que, além do mais, trazem consigo a responsabilidade do mandato popular pelos habitantes do Distrito Federal. E parece-me que eles não devem, de maneira nenhuma, se dispensarem nem se omitirem de participar. Mas acho que a Subcomissão pode ser composta por quaisquer dos membros, e tanto três, como de cinco Senadores. Acho que, preferencialmente, os membros da bancada do DF deveriam ter uma presença quase que obrigatória em função da sua própria responsabilidade no caso. Era o que queria dizer, a título de esclarecimento.

O SR. ALEXANDRE COSTA — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Alexandre Costa.

O SR. ALEXANDRE COSTA — Sr. Presidente, ao contrário do eminente Senador por Minas Gerais, entendo não ter procedência o que requer o nobre Senador Pompeu de Sousa. Pode até ter havido procedência, no passado, mas agora não. Foi S. Ex. que, pela Comissão, convocou o Presidente da Caesb, há oito dias, aproximadamente, e S. Ex. aqui esteve, prestou depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Precisamente há oito dias.

O SR. ALEXANDRE COSTA — ...respondeu a todas as perguntas. Estive presente do princípio ao fim e não vi um só Senador que fizesse uma pergunta que ficasse sem resposta. S. Ex^o foi aplaudido pelas galerias, aplaudido pelos Srs. Senadores, inclusive pelos próprios Senadores do Distrito Federal, cumprimentado pelo Senador Pompeu de Sousa pelo brilhantismo de sua exposição e pela clareza dos argumentos que apresentou. Não vejo razão para que, depois de ter vindo à Comissão maior, que é a do Distrito Federal, vá, agora, submeter-se a uma Comissão menor, que é uma Subcomissão do Distrito Federal. Por estes motivos e razões, por não concordar com tricas, por aceitar, mas por não concordar que as tricas e as lutinhas políticas se transfiram para o seio da Comissão do Distrito Federal, que, aliás, é coisa inédita, nunca foi usada; por entender que Brasília é cheia de problemas os mais diversos e que, se todos os Srs. Senadores componentes desta Comissão se derem ao trabalho de se entregarem à luta, para dar solução aos problemas de Brasília, o tempo é muito curto, as 24 horas não bastarão para dar solução.

Creio que, atrás disto, não há qualquer procedência, nenhum argumento, provadamente, pelo Presidente que aqui esteve, com brilhantismo, clareza, seriedade. Ninguém o contestou, Sr. Presidente, nenhum Senador do Distrito Federal, ninguém a começar por V. Ex^o contestou. Assim, não vejo por que, agora, fazer-se uma subcomissão para investigar o nada, que estabelecesse um escândalo que não existe. Não se vai apurar nada! Nunca apurou. Nem o que existe se apura, imaginem o que não existe. Por todas estas razões, Sr. Presidente, fico contra o requerimento e voto contra a subcomissão pretendida.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Sr. Presidente, citado nominalmente, tenho que responder.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Concedo a palavra V. Ex^o nobre Senador Pompeu de Sousa.

O SR. POMPEU DE SOUSA — O nobre Senador Alexandre Costa disse que se trata de uma trica e de política do Distrito Federal. Pelo amor de Deus, nem é trica, nem é motivada por política do Distrito Federal! Na verdade, as possíveis divergências que eu tenha, pessoalmente, com relação ao atual Governo, derivam justamente desse fenômeno. Amigo que sou do Governador José Aparecido, há muito mais anos do que o Senador Alexandre Costa, que sequer conhece o Governador José Aparecido. E, continuo a ser amigo, tanto que, daqui a pouco, devo sair porque tenho que jantar em Águas Claras — creio que V. Ex^o também terá esse mesmo compromisso. Na verdade, eu apartei V. Ex^o porque não gostaria de ser aparatado...

O SR. ALEXANDRE COSTA — Graças a Deus, não fui convidado! Nunca fui Secretário...

O SR. POMPEU DE SOUSA — Trata-se de um convite que, evidentemente, foi dirigido à Bancada do Distrito Federal, porque homenageará a Comissão de Leis do Senado da França, que está visitando o Distrito Federal. E evidentemente, nos convidou por sermos membros da Bancada do Distrito Federal. Não houve nenhuma exclusão, nobre Senador, V. Ex^o não foi excluído, apenas não pertence à Bancada do Distrito Federal; portanto, não é nenhuma motivação de ordem política.

Em segundo lugar, o que ouvimos aqui — e o Senador Alexandre Costa apressa-se em dizer que não existe nada, vamos investigar o nada — foi uma encenação do inteligentíssimo, aliás eu o felicitei pela inteligência, pelo brilhantismo com que ele argumentou, sofismando evidentemente — Presidente da CAE/SB, que trouxe numerosa claque de funcionários para aplaudí-lo, criando assim um ambiente de apoteose de teatro de revista. Mas, de qualquer maneira, S. Ex^o foi muito claro quando respondeu à minha arguição; só que eu não estava autorizado a contra-argumentar, porque V. Ex^o, Sr. Presidente, quando estabeleceu as normas da reunião, dava cinco minutos para inquirição, cinco minutos para resposta a nada para a réplica. Mas, está gravado que, quando apontei a estranheza do fato de se insistir num projeto que o próprio autor, o Sr. Barnard anunciou que só poderia funcionar com a mesmíssima cota de população existente na época da elaboração do projeto, em 83/84 havia no Plano Piloto, só poderia funcionar nessa situação e que com qualquer aumento ou diminuição do fluxo de afuência não funcionaria.

S. Ex^o, sentado naquela cadeira, disse — e está gravado, pode-se mostrar a qualquer momento, é só pedir a gravação — que implanta-se a esse projeto e, se ele não desse certo, se faria o outro que é o projeto alternativo, pelo qual é responsável a Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, que é o órgão que, ao mesmo tempo, controla o meio ambiente, tem responsabilidade sobre o meio ambiente, que é o grande afetado, o grande interessado. Entregue à competência de Paulo Nogueira Neto, trata-se de um projeto de exportação dos esgotos, sem necessidade de tratamento terciário; um simples tratamento secundário resolve, em definitivo, o problema, pelo mesmo custo ou talvez por custo menor.

Então, por que vamos experimentalmente implantar um onerosíssimo projeto para verificar se dá certo, quando o próprio autor do projeto diz que não dará certo com o aumento de população? Para, verificado que não dá certo, fazemos com custos redobrados, o outro projeto? Sabemos que como muito bem aparteia o Senador Ronan Tito, fatalmente não dará certo porque o próprio Caura — Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente — já aprovou um segundo projeto de Lúcio Costa, que vai aumentar em um milhão e 900 mil habitantes a bacia de esgotos que atualmente despeja no Lago Paranoá. Assim, é absolutamente impossível funcionar um projeto que foi adotado de maneira temerária e autoritária pelo qual se dispunha até a não se realizar o Rima que é o Relatório de Impacto Ambiental. Agora, parece que se está encorrendando o Rima.

Mas, o que se pretende, Sr. Presidente e meus caros colegas, é esclarecer a dúvida. A dúvida constitui um privilégio do ser pensante; a dúvida não é nenhum esforço filosófico maior, é apenas um privilégio do ser pensante e a dúvida existe em função da contradição de duas Secretarias de Estado do Governo do Distrito Federal, que estão em contraposição evidente, em luta evidente, que não se compuseram em torno de uma solução. Então não se pode dizer que não há nada, que nós vamos apurar o nada. O Senador Alexandre Costa pretende fazer a sua cavala. (Risos.) E peço a atenção dos meus companheiros para o fato de que dizer que não há nada, que

vai se apurar o nada, quando há duas Secretarias de Estado se contrapondo, uma querendo contradizer a outra? É realmente querer tapar o sol com a peneira, Sr. Presidente.

O SR. RONAN TITO — Sr. Presidente, eu também fui citado nominalmente e gostaria de replicar.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Pois não, é um prazer ouvir a palavra do Senador Ronan Tito, ao qual concedo a palavra, uma expressão de Minas Gerais.

O SR. RONAN TITO — O ilustre Senador Alexandre Costa, além de ilustre Senador, além de ter uma vivência extraordinária, se revelou hoje...

O SR. ALEXANDRE COSTA — Eu me referi a V. Ex^o, homenageando-o.

O SR. RONAN TITO — Em recebendo a homenagem é que eu uso da palavra para replicar V. Ex^o. Mas descobri mais uma qualidade do nobre Senador Alexandre Costa: além de lúcido, além de patriota, além de desprendido, principalmente no que tange à coisa pública, é profeta, pois já sabe adrede que não se vai apurar nada, o que é extraordinário.

A primeira coisa que me assusta é o despreendimento com o dinheiro público, pois fala-se em cento e tantos milhões de dólares como se fosse qualquer coisa que não merecesse a nossa acuidade.

Eu tenho medo apenas, Sr. Presidente e Sr. Senador Alexandre Costa, que desvalorizemos tanto essas comissões e tanto a acuidade dos Senadores, que nós acabemos por provar a nossa inutilidade. Para que, então, Senador? Para que, então, Comissão? Para que, então, homens públicos? Vamos deixar que tudo aconteça, porque nós já sabemos adrede — pelo menos, eu não sabia, agora estou informado pelo Senador Alexandre Costa — que nada será apurado porque nunca foi apurado.

O SR. ALEXANDRE COSTA — Eu pergunto que providências V. Ex^o tomou com a concorrência da Previdência? Quantos milhões de dólares?

O SR. RONAN TITO — Eu acho que cabia à oposição naquele momento levantar, e levantou bem o problema.

O SR. ALEXANDRE COSTA — Que despreendimento o de V. Ex^o?

O SR. RONAN TITO — Eu não tenho despreendimento. Acho que, embora tenha sido feito o negócio às claras, acho que o negócio foi muito vultoso e deveria ser apurado.

O SR. ALEXANDRE COSTA — Mas este foi através de concorrência pública, naquele não houve, não foi tão às claras. Este é que foi às claras, porque foi por concorrência pública, aquele não foi às claras, não houve concorrência.

O SR. RONAN TITO — Senador, neste momento nós não estamos discutindo a Previdência. V. Ex^o já pensou se no momento em que veio aqui o Ministro da Previdência, nós fôssemos falar para ele da questão da despoluição da lagoa? Fugir do assunto é não tocar no assunto em que está se tocando. Neste momento, nós estamos tratando o assunto da despoluição do Lago Para-

noá, e eu pediria que, no mínimo, V. Ex^e que tem tantas qualidades, inclusive a mediúnica de saber que nós não vamos apurar nada — e isso me contenta extraordinariamente — gostaria, no entanto, de dizer que aqui tem um Senador cético que, ao mesmo tempo, acredita na classe política, acredita no Senado, acredita na Comissão, acredita na capacidade do Senador para, quando acha que há alguma coisa errada — ele tem a obrigação, o dever moral — verificar até o fundo o que está sendo feito com o dinheiro público. Eu não gosto desta expressão, Sr. Presidente. É dinheiro do povo, dinheiro suado deste povo trabalhador brasileiro, pois 42 milhões deles vivem ao nível da indigência, principalmente pela falta de cuidado que tiveram os nossos políticos do passado, talvez por ter esse desprendimento muito grande.

Outro dia, assistimos pela TV Globo, as obras que foram feitas no Brasil absolutamente desnecessárias. E vi até com certo orgulho, porque eu sou tido como criador de caso, quando se fez o acordo nuclear eu falei que nós estávamos comprando com um dinheiro que nós não tínhamos, uma tecnologia que eles não tinham para nos vender, e agora, após oito anos de acordo nuclear, gerou-se o nada, mas quatro bilhões de dólares, que nós não temos, estão comprometidos, dada a facilidade que muitos parlamentares desta Casa têm para liberar dinheiro do povo, do erário, dinheiro público!

Acho que esta é a nossa obrigação maior. Somos legisladores, mas somos, ao mesmo tempo, fiscais do Executivo. Se abdicamos, inicialmente dessa nossa função, já passamos a limitá-la muito. Já que o Senador Alexandre Campos, ou melhor, Costa — Alexandre Campos é um ilustre mineiro que em nenhum momento desdoura a figura do Senador Alexandre Costa; desculpe-me confundi-lo, mas em nada deslustra a biografia de V. Ex^e, porque também é um ilustre brasileiro — mas, já que houve uma divagação, eu também queria fazer alguma divagação a respeito da questão da apuração desses recursos.

Foi dito, segundo afirmou o Senador Pompeu de Souza, segundo está nos Anais desta Casa e segundo a imprensa registrou, que esse projeto só funcionará, ou só funcionaria — acho melhor, inclusive, conjugar o verbo no condicional — se a população de Brasília ficasse estática. Ora, já temos a manifesta vontade política dos dirigentes de passar para um milhão e novecentos mil os habitantes daqui. Então, é uma confissão de que não vai funcionar. Mas são cento e poucos milhões de dólares, é dinheiro do povo e não vai dar nada. Vamos deixar assim, Sr. Presidente? Pelo amor de Deus, pelo amor de Deus...

Senador Alexandre Costa, estamos vivendo, agora, o momento de recobrar a credibilidade da classe política. Os desmandos feitos nesses 21 anos não podem, em nenhum momento, servir de argumento para se perpetuarem. Acho que, agora, é o contrário. Temos que, neste momento, ir em busca do tempo perdido e começar a fazer as verificações, porque temos um mandato popular. Para isto recebemos não só um mandato popular, mas um ordenado que, por sinal, é muito bom, para que sejamos, aqui, fiscais da aplicação do dinheiro do povo.

Era isso o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — A palavra continua franqueada aos Srs. Senadores.

Esta Presidência recebeu a proposta do Senador Pompeu de Souza e, regimental e democraticamente, a está colocando à apreciação desta Assembléia. Teremos, posteriormente, uma votação.

Senador Aluizio Bezerra, é uma honra termos a sua presença aqui, hoje.

O SR. ALUÍZIO BEZERRA — Existe uma proposta a ser discutida e, a seguir, votada, a imprensa divulgou nestes últimos dias, matérias sobre as obras da despoluição do Lago com relação à concorrência internacional realizada pela CAESB, para a contratação de obras nesse sentido.

Estou realmente preocupado com esse problema e faço algumas reflexões sobre qual seria a melhor maneira de decidirmos a questão e de o Senado Federal, através deste órgão técnico, colaborar com a Administração Pública, em primeiro lugar. E, em segundo lugar, qual seria a melhor forma, também, de colaborar com o Governo José Aparecido, do Distrito Federal, além de cumprir com a sua função de órgão técnico do Senado da República.

Dante desta reflexão que faço, parece-me que a prática nos tem mostrado que a melhor maneira de resguardar o bom funcionamento dos órgãos públicos é o que se tem dito ultimamente, a transparência dos atos públicos.

Entendo que, uma vez que a questão se tornou polêmica, nós temos essa proposta do Senador Pompeu de Souza para apreciar. Uma vez que foi levantada a dúvida sobre a Administração Pública fiz e estou adotando um critério com absoluta coerência. Posso dizer na Comissão, sobre a situação do ClMI, por exemplo. O **Estado de S. Paulo** divulgou uma matéria e o pessoal do ClMI me disse que era absolutamente falsa. No entanto, O **Estado de S. Paulo** é um jornal da maior credibilidade neste País e para aqueles que eram contra ou a favor do ClMI, acho por bem assinar um documento criando a Comissão para apurar os fatos. E, neste sentido, diante dos argumentos pro e contra, adotei o critério de apoiar a Comissão, o que me pareceu ter sido o pensamento predominante entre todos aqueles que ouviram os argumentos a favor e contra o ClMI.

Neste instante aqui, nesta Comissão, procurando a maneira de melhor contribuir e adotando um comportamento absolutamente coerente com primeiro, me pronunciarei a favor, para que esse órgão público, que dispõe de meios, de mecanismos apropriados, possa trazer à luz da opinião pública a transparência que a mesma deseja ter acerca das dúvidas levantadas, sem ter nenhuma opinião preconcebida com relação ao problema, mas tão-somente colaborando para o esclarecimento sobre a dúvida estabelecida a partir das opiniões contraditórias que foram noticiadas pela imprensa de Brasília e pela imprensa nacional.

Neste sentido, Sr. Presidente e Srs. Senadores, entendo que nós todos estaremos coerentemente contribuindo, votando pela aprovação desse instrumento que vai, no meu entender e por esse raciocínio que acabo de expor, colaborar com o prestígio desta Casa, a partir desse órgão técnico, e trazer esclarecimentos à opinião pública, que podem até reforçar a concorrência havida, ou seja, dar-lhe cunho de credibilidade perante a opinião pública, uma vez que nada venha a

se apurar sobre o fato. Nesse sentido, manifesto-me pela aprovação da proposta apresentada pelo nobre Senador Pompeu de Souza.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Ainda está franqueada a palavra aos Srs. Senadores.

Não havendo mais quem queira usar da palavra, vamos colocar a proposta do Senador Pompeu de Souza em votação. Quero declarar ao nobre Deputado que a sua palavra será ouvida, mas não tem poder de voto. Pode falar o nobre Deputado Augusto Carvalho. Esta é uma assembléia democrática.

O SR. ALUÍZIO BEZERRA — Há um artigo no Regimento que permite que Deputados façam uso da palavra? Eu desconhecia esse artigo.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Devo dizer ao nobre Senador que, democraticamente, eu aduzi esse direito de voz; mas não de voto, na primeira reunião que tivemos, e foi aceita pelo Plenário.

O SR. ALUÍZIO BEZERRA — Estou plenamente de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — O Regimento não permite!

O SR. MAURO BORGES — O Regimento não permite. Não se pode, democraticamente, infringir o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — O Regimento não impede a fala; impede o voto.

O SR. AUGUSTO CARVALHO — Posso falar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Está com a palavra, de acordo com a Assembléia.

O SR. AUGUSTO CARVALHO — Louvo a posição de V. Ex^e por permanecer na linha de conduta adotada na primeira reunião desta Comissão. Espero que, em breve, possamos ter a representação política plena, de Brasília, com a sua Assembléia Legislativa, onde os problemas da cidade, os problemas do Distrito Federal tenham o calor e o debate aberto com a comunidade.

Quero apenas aproveitar este ensejo para registrar a minha posição, Sr. Presidente, de absoluta concordância com as palavras do nobre Senador, no sentido de que o fato, o puro fato da publicação de anúncios em dois jornais de grande prestígio da cidade, dando a impressão de que as empreiteiras, as construtoras moviam uma luta violenta, para abocanhar a fabulosa quantia de recursos a ser investida nessa obra de despoluição do Paranoá, já causou uma perplexidade na comunidade brasiliense. E se gerou um clima de desconfiança, um clima de acusações de lado a lado, penso que faltou, na audiência havida na última sessão desta Comissão, um esclarecimento da outra parte envolvida, uma vez que não teve a oportunidade de, aqui, através da Secretaria — como foi colocado pelo Senador Pompeu de Souza — ter trazido a sua contribuição, o seu subsídio para essa decisão.

Eu gostaria apenas, Sr. Presidente, de dizer que a Bancada de Brasília, pela sua maioria, entre Deputados e Senadores, gostaria muito que fosse constituída essa subcomissão, tal como na proposta do Senador Pompeu de Souza, para que, pelo menos, alguns esclarecimentos que faltaram,

que foram parcisos, fossem concluídos e a comunidade pudesse ser esclarecida de forma cabal. Gostaria de aduzir ao argumento do Senador Ronan Tito que um dos pontos que muito ouvi na última reunião desta Comissão foi a respeito da viabilidade da obra, numa população que se estima hoje em mais de um milhão e quinhentos mil habitantes e que poderá ser aumentada em virtude do Plano Lúcio Costa. Ouvi a argumentação do representante da CAESB de que aquele era um projeto ainda a ser viabilizado, que não estava implementado e que, conforme fosse implementado, deveriam haver as adaptações do projeto. Eu gostaria apenas de colocar, como argumento, que não precisamos esperar a multiplicação dos habitantes da cidade para ver as dificuldades que esse projeto terá na sua viabilidade prática.

Nós devemos levar em conta, Sr. Presidente, que a população do Plano Piloto, nos turnos da manhã e da tarde, pelo fato das populações das cidades-satélites se deslocarem para o Plano para os seus trabalhos, esse excesso de população que sai das satélites para o seu trabalho já em si pode colocar em risco a capacidade de acolher todo esse impacto de excesso dos esgotos que são despejados no Paranoá. Então, não é uma previsão de longo prazo, de quando que o Plano Lúcio Costa vai ser implementado.

Hoje, concretamente, não temos apenas 700 mil habitantes no Plano Piloto. E só, este já é um argumento suficientemente forte para colocar a obra que se estima atender uma população de 700 mil pessoas, para que venha a preencher todos os requisitos. Que a capacidade e a compreensão daqueles que vão decidir sobre essa questão, principalmente do ponto de vista técnico, possam dar a decisão que seja a mais favorável para a comunidade.

Era o argumento que eu gostaria de aduzir e apoiar em nome de alguns Parlamentares de Brasília, porque, infelizmente, nem todos estão presentes aqui, e gostariam de ter essa subcomissão criada para apurar todos os fatos que tiverem que ser colocados à luz do dia.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Como disse ainda há pouco, a Presidência cumpre, regimentalmente, a proposta do Senador Pompeu de Souza, democraticamente submetendo-a à votação por esta Assembléia. A votação será nominal.

(Procede-se a votação.)

O SR. MAURO BORGES — Eu voto NÃO, mas queria fazer uma declaração de voto.

Quando foi chamado a esta Comissão o Presidente da CAESB, por iniciativa creio que do Sr. Presidente, parece que V. Ex^e tornou a iniciativa de convidar o Dr. William Penido...

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Foi a Comissão do Distrito Federal que convidou o Governador, e o Governador, então, designou o Presidente da CAESB.

O SR. MAURO BORGES — Mas, se pôs em jogo, pelo que percebi, o problema de fraude, ou desvio, mas, essencialmente, esse conflito entre a Secretaria do Meio Ambiente e a CAESB, que não queria fazer o relatório técnico, o Rima. Agora, o meu eminente colega e amigo, Senador Pompeu de Souza, caracterizou, deu uma ênfase

especial a essa distorção entre a Secretaria do Meio Ambiente e a CAESB, creio que para sanar, se o assunto é este, exatamente porque, quando o Dr. Penido fez a exposição, que foi brilhante eu acho, não houve contestação aos dados que ele apresentou aqui. Foram absolutamente claros. Então, se o problema é do Rima, já foi declarado, segundo eu li nos jornais, que o Governador determinou a CAESB que aceitasse. Quer dizer, o motivo dessa divergência não há mais, o relatório do Meio Ambiente deveria ser feito, deveria ser permitido fazer, não sei exatamente o detalhe, mas a razão do desencontro deixou de existir. Por outro lado, quem pode menos, pode mais. Ora, se nós podemos designar uma pequena comissão para analisar o assunto, por que não fazê-lo aqui através de sucessivas convocações para depoimentos das pessoas envolvidas, como seria o caso da Secretaria do Meio Ambiente. Por que não chamar aqui o seu representante para que o plenário da comissão pudesse analisar as suas declarações. Portanto, por estas razões, por achar que esta decisão não contraria a ideia de procurar onde está a verdade, eu voto não.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Procede-se à votação.

O Senador João Menezes não vota, porque S. Ex^e é suplente e os dois estão presentes: 4 a 4.

Tive a honra de ser distinguido pela população desta cidade como Senador, uma honra que recebi também como responsabilidade. Tenho pedido a Deus para não decepcionar o povo que acredita em mim; tenho pedido a Deus para que me comporte no Senado com dignidade que sempre admirei no Senado Federal. Devo dizer que, quando da exposição feita aqui nesta sala, que foi uma reunião aberta, a exposição feita pelo Dr. William Penido provocou de parte, inclusive, dos que punham em dúvida a concorrência, até elogios ao seu comportamento. Acho sim, como disse, e disse muito bem o ilustre Senador por Minas Gerais, Ronan Tito, que nós temos obrigação de cuidar do bem público, temos obrigação de cuidar da cidade que ajudamos a construir; é um compromisso que assumimos diante dessa gente, diante desse povo.

Estou fazendo esse preâmbulo para me posicionar, como Presidente da Comissão do Distrito Federal, porque, na verdade, esta Comissão, a partir do dia que passou a funcionar com a representação do Distrito Federal — não quero dizer que a outra não tenha tido alma — passou a ter mais calor, porque aqui estão os representantes desta cidade, que sempre se dedicaram a ela, que sempre, inclusive, quando postularam as suas candidaturas, propuseram-se a assim fazer. Cabe-me, como se fosse um voto de Minerva, decidir este problema. É um problema sério da minha vida, como Presidente da Comissão do Distrito Federal. Acho que precisamos cuidar de tudo aquilo que diz respeito ao bem público. Investigar não quer dizer um prejulgamento; investigar, no meu entender, é zelar pelo cumprimento daquilo que foi proposto ser feito e ser feito com correção, com insenção, democraticamente. Sou pela criação da Subcomissão. (Palmas.)

Agora, queria aduzir aqui um pensamento meu de brasileiro e de Senador: Acho que não devemos criar Comissão com o sentido premeditado de perseguir a quem quer que seja; temos sim

a obrigação de zelar por aquilo que o povo nos confiou. Era o que eu tinha a dizer. (Palmas.)

Agora vou indicar os três nomes. Como Presidente da Comissão do Distrito Federal estou no direito absoluto de não participar desta subcomissão.

Gostaria de designar, para participar desta subcomissão, como mineiro que é, procedente da terra que nos deu o mineiro que construiu esta Cidade, o Senador Ronan Tito. Então, teremos o Senador Pompeu de Souza, pelo PMDB, o nosso Senador Ronan Tito, também do PMDB e o Senador Maurício Corrêa, pelo PDT.

O SR. ALEXANDRE COSTA — Sr. Presidente, pela ordem. V. Ex^e não pode fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Não posso? Então, submeto-me à Assembléia.

O SR. ALEXANDRE COSTA — Porque V. Ex^e não é o dono da Comissão, não é o proprietário. Toda subcomissão tem que ter todos os Partidos tomando parte. Aqui não é só o PMDB; aqui tem o PFL, tem o PDT, tem todos os Partidos. V. Ex^e tem que compor com os demais Partidos, de acordo com a maioria; claro que o PMDB, sendo o maior Partido, terá o maior número de membros aqui na subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Devo dizer a V. Ex^e que não houve pretensão minha de preterir o seu Partido.

O SR. RONAN TITO — Sr. Presidente, para facilitar a criação da Subcomissão e ...

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Eu gosta de fazê-lo democraticamente.

O SR. RONAN TITO — Sim, e parece que o espírito de V. Ex^e deve impregnar toda a Comissão.

Gostaria de pedir a V. Ex^e que eu fosse substituído, não por querer inserir-me de nenhum trabalho nessa Casa, mas porque, neste momento, acho-me sobrecarregado. Sou Relator da Comissão que apura as denúncias do Jornal **O Estado de S. Paulo**; estou nesta Comissão como suplente; pertendo à Comissão da Dívida Externa do Senado e tenho os trabalhos normais como Senador. A Comissão seria enriquecida se tivesse um parlamentar do PFL, embora, dentro da proporcionalidade, acho que o PMDB, que tem 64% do Senado; ficando com dois membros e o PDT com um, a Comissão estaria bem representada. Não é questão de equidade, apenas peço que se substitua o meu nome, dada à sobrecarga em que me encontro, e por não poder dedicar-me tanto a esta subcomissão como eu gostaria. Entendo que o PFL tem nomes da melhor qualidade, que poderão emprestar a sua colaboração.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Sr. Presidente, gostaria de falar e ponderar o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Nobre Senador, se V. Ex^e me permitir, gostaria apenas de agradecer a disponibilidade e a atitude democrática do Senador Ronan Tito. E acrescentar a meu querido Senador Alexandre Costa — chamo-o de querido, porque tenho uma grande admiração por V. Ex^e — que não sou o dono, só apenas o Presidente da Comissão. Se me excede agradeço a observação de V. Ex^e e, democraticamente, coloco, ainda, a esta Assembléia a decisão para o terceiro.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Sr. Presidente, não considero que a motivação do Senador Ronan Tito em participar da Comissão seja válida, embora reconheça que seja um ato de vontade. S. Ex^a realmente se exime pelo fato de estar em uma ou duas comissões parlamentares de inquérito — estou em três simultaneamente, além da Comissão Permanente e da Comissão de Orçamento do Senado. Então, há três Comissões Parlamentares de Inquérito, a Comissão do Distrito Federal e a Comissão Permanente de Orçamento. Mas, se S. Ex^a realmente se exime, acho que não podemos, de maneira alguma, obrigá-lo a vir para a Subcomissão.

Poderia sugerir a V. Ex^a que a Subcomissão não fosse apenas trina, de três membros, mas de quatro ou de cinco.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI — Foi aprovada com três.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Sugerir três, mas eu próprio disse que poderia ser maior.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI — Mas está escrito três, está escrito.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Sim, mas acabei...

O SR. RACHID SALDANHA DERZI — E os três são do Distrito Federal...

O SR. POMPEU DE SOUSA — Mas, meu caro Senador, V. Ex^a não é surdo e me ouviu dizer que tinha sido um impulso decorrente da condição de sermos representantes do povo do Distrito Federal. Só nós três somos representantes do Distrito Federal aqui, só nós três. Entretanto, retirava essa condição e achava que a Subcomissão podia ser ampliada. V. Ex^a se opõe a essa ampliação? Acha que devo ficar aprisionado ao que disse originalmente? Não! Esta Comissão pode ser ampliada. Se V. Ex^a acha que devem ser só os três, sejamos só os três, mas estou propondo, para efeito de pacificação, nobre Senador.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI — Estou ouvindo...

O SR. POMPEU DE SOUSA — Mas, V. Ex^a não ouviu a declaração que fiz no início dos trabalhos. Acha que não vale a declaração? Acha que quem fez o requerimento não pode formular um adendo ao seu requerimento, dizendo que abre mão, inclusive, desta condição trinitária? V. Ex^a acha que devo ficar aprisionado eternamente a essa composição? Perfeito. Então, mantenha-se os três. Não tenho nenhuma objeção a isso. Entretanto, o faço com o espírito de pacificação, Sr. Presi-

dente, procurando ampliar. O Senador Saldanha Derzi está, exaltadamente, colocando-me contra mim mesmo, para que não pacifique, para que crie um ambiente bélico, o qual não desejo criar.

O SR. EDISON LOBÃO — Peço a palavra Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Com a palavra o nobre Senador.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI — Sr. Presidente, sugiro o nome do nobre Senador Edison Lobão para membro da Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Com a palavra o nobre Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO — Gostaria apenas de fazer uma observação e uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Pois não.

O SR. EDISON LOBÃO — A observação decorre do fato de que, em verdade, o Senador Pompeu de Souza havia abdicado dessa proposta inicial sua, segundo a qual a Subcomissão seria composta pelos três representantes do Distrito Federal. S. Ex^a deu-se conta de que não estivera bem inspirado quando fez a proposta.

Todavia, V. Ex^a, inicialmente, compôs a Comissão com dois representantes do Distrito Federal, o que desde logo, fica evidenciado que aequalizou a posição dos nove outros representantes do Distrito Federal, que são tão representantes na Comissão quanto os eminentes representantes do Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Pois não.

O SR. EDISON LOBÃO — A sugestão que vou fazer, e teria tantos arumentos agora a despender a respeito da convocação, da constituição dessa subcomissão, que a considero absolutamente desnecessário por tudo quanto ouvimos aqui, depois do depoimento do Presidente da CAESB, sem objeções maiores...

O SR. POMPEU DE SOUSA — É matéria vencida.

O SR. EDISON LOBÃO — V. Ex^a foi quem mais falou nesta Comissão. Respeito muito V. Ex^a, mas não dou a V. Ex^a o direito de ser juiz de minha palavra. Depois do que ouvimos aqui, do Presidente da CAESB, sem maiores objeções, mesmo do Senador Pompeu de Souza, que se limitou a objetar quanto a data — e nencionei isto aqui naquela ocasião — da inauguração de Brasília...

O SR. POMPEU DE SOUSA — V. Ex^a está querendo transformar em pilharia...

O SR. EDISON LOBÃO — Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que me garanta a palavra, porque o Senador Pompeu de Souza não é mais sério do que nenhum Senador neste Plenário. A sugestão que quero fazer a V. Ex^a é a de que tenha prudência...

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Peço ao nobre Constituinte que mantenha a calma e o equilíbrio do Senado Federal.

O SR. EDISON LOBÃO — A sugestão que quero fazer a V. Ex^a — repito — é que tenha prudência quanto à indicação dos três, quatro, cinco membros ou quantos o sejam. E V. Ex^a tem tempo para meditar sobre o assunto. Medite, é a sugestão que dou, e dentro de 24, 48 horas, o que for necessário, faça então a proposta que melhor lhe convier. V. Ex^a tem autoridade, realmente, para compor a Comissão da maneira que bem entender. É a sugestão que faço.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Eu estava, é estou ainda aceitando a disponibilidade e o gesto democrático do Senador Ronan Tito em indicar um Senador do PFL. Se eu tenho esse direito, eu indicaria o nobre Senador Alexandre Costa.

O SR. ALEXANDRE COSTA — Muito obrigado Sr. Presidente, já foi indicado o Senador Edison Lobão e espera vê-lo tornando parte da Subcomissão.

O SR. EDISON LOBÃO — Sr. Presidente, tanto quanto os Senadores Ronan Tito e Alexandre Costa, não desejo fazer parte dessa Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — O nobre Senador Francisco Rolemberg aceita?

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG — Sou suplente!

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Como suplente S. Ex^a não pode fazer parte dessa Subcomissão.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Permita-me fazer uma sugestão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Pois não!

O SR. POMPEU DE SOUSA — Que V. Ex^a acate a sugestão do Constituinte Edison Lobão e componha, até amanhã, a Subcomissão. Há titulares que faltaram hoje e que podem ser postos nessa Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Acato, então a sugestão do nobre Constituinte Edison Lobão. Posteriormente, faremos a indicação de um terceiro, quarto ou quinto nome, dependendo da vontade da Assembléia.

Está encerrada a sessão.

<p>MESA</p> <p>Presidente Humberto Lucena — PMDB-PB</p> <p>1º-Vice-Presidente José Ignácio Ferreira — PMDB-ES</p> <p>2º-Vice-Presidente Lourival Baptista — PFL-SE</p> <p>1º-Secretário Jutahy Magalhães — PMDB-BA</p> <p>2º-Secretário Odacir Soares — PFL-RO</p> <p>3º-Secretário Dirceu Carneiro — PMDB-SC</p> <p>4º-Secretário João Castelo — PDS-MA</p> <p>Suplentes de Secretário Aluizio Bezerra — PMDB-AC Francisco Rollemburg — PMDB-SE João Lobo — PFL-PI Wilson Martins — PMDB-MS</p>	<p>LIDERANÇA DO PMDB</p> <p>Líder Fernando Henrique Cardoso</p> <p>Vice-Líderes Leopoldo Peres João Calmon José Fogaça Lourenberg Nunes Rocha Mauro Benevides Olavo Pires Raimundo Lira Severo Gomes Nelson Wedekin</p> <p>LIDERANÇA DO PFL</p> <p>Líder Carlos Chiarelli</p> <p>Vice-Líderes João Menezes Edison Lobão Marcondes Gadelha</p> <p>LIDERANÇA DO PDS</p> <p>Líder Jarbas Passarinho</p>	<p>Vice-Líderes Roberto Campos Virgílio Távora</p> <p>LIDERANÇA DO PDT</p> <p>Líder Maurício Corrêa</p> <p>LIDERANÇA DO PSB</p> <p>Líder Jamil Haddad</p> <p>LIDERANÇA DO PL</p> <p>Líder Itamar Franco</p> <p>LIDERANÇA DO PMB</p> <p>Líder Antônio Farias</p>
---	--	--